

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ALEX SANDRO NASCIMENTO DE SOUZA

CIDADES AMAZÔNICAS NA FRONTEIRA: DINÂMICA URBANA, COMÉRCIO E  
MIGRAÇÃO PERUANA NO ALTO SOLIMÕES - AM

Manaus - AM  
2019

Alex Sandro Nascimento de Souza

CIDADES AMAZÔNICAS NA FRONTEIRA: DINÂMICA URBANA, COMÉRCIO E  
MIGRAÇÃO PERUANA NO ALTO SOLIMÕES - AM

Tese apresentada para defesa pública no programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito à obtenção do título de doutor pela Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Drº José Aldemir de Oliveira

Manaus - AM  
2019

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729c Souza, Alex Sandro Nascimento de  
Cidades Amazônicas na fronteira : Dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões - Amazonas / Alex Sandro Nascimento de Souza. 2019  
172 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: José Aldemir de Oliveira  
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Cidades. 3. Fronteira. 4. Imigrantes. 5. Comércio.  
I. Oliveira, José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas  
III. Título

## DEDICATÓRIA

Ao digitar a palavra dedicatória no espaço de pesquisa da *internet*, encontraremos os seguintes atributos: cuidado, devoção, aplicação, abnegação, empenho, devotação, devotamento, diligência, entrega, esforço, sacrifício, tenacidade. Todas essas expressões não são suficiente para dimensionar o que vocês representam na produção dessa tese e em minha vida como um todo. Portanto, dedico:

À família, meu alicerce e estrutura de vida. Em especial pai, mãe, irmãos, padrinhos, sobrinhos, esposa e filhos.

Aos professores pela escrita, leitura e raciocínio crítico social, que estejam representados pelo amigo e orientador José Aldemir de Oliveira.

Ao Pai, criador do universo e fonte de toda ciência.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo o coração às agências de fomento à pesquisa, nas mais variadas modalidades de bolsas, sem as quais esta tese não seria possível.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que a partir da concessão de bolsas de pós-graduação, possibilitou o acesso aos lugares mais longínquos de nossa Amazônia.

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, instituição que representa minha trajetória educacional na pós-graduação, mestrado e doutorado.

Agradeço à Universidade do Estado do Amazonas – UEA, precisamente o Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, divisor de águas no vislumbrar de novos horizontes na graduação e pós-graduação.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED/Manaus, que por intermédio do Programa QUALIFICA, permite e incentiva a capacitação em nível de pós-graduação *stricto sensu* para servidor docente e/ou pedagogo.

Agradeço ao Programa Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, que no âmbito da secretaria e docentes possibilita a concretização desse sonho, o doutorado.

Enfim, agradeço pela acolhida, pelos incentivos econômicos e humanos, pelos questionamentos e debates que se ensejam no Núcleo de Estudos e Pesquisas nas Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB.

## RESUMO

As cidades amazônicas que aqui abordamos, apesar de distribuídas de modo irregular às margens do rio Solimões, apresentam formas e sequências que se repetem. Todavia, não se pode analisar cada cidade em particular sem levar em conta os aspectos complexos que a formam, pois estes aspectos variam continuamente no espaço e no tempo, decorrendo nesse sentido, que cada cidade é diferente da outra, e apresentam especificidades, mas da mesma maneira também é verdade que cada uma é semelhante a outra, mesmo que não imediatamente contígua ou sucessiva. Nesse sentido, estudar a partir da ótica do cotidiano as cidades localizadas nessa faixa de fronteira nos permite identificar formas de adaptação, trocas e concessões salutáveis para a vida em sociedade. A fronteira é vista assim como o *locus* de conectividade de múltiplos espaços geográficos que se materializam nas cidades, o mundo e suas contradições se materializam nos espaços de fronteira, são nessas cidades que podemos encontrar o pior e o melhor da sociedade humana. A base espacial da tese é a região imediata de Tabatinga que é composta pelas cidades: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, e Tonantins. A tese se pauta na identificação, tipificação e análise do comércio realizado pelos imigrantes peruanos nas cidades a oeste do Amazonas, que compõem a faixa da fronteira Brasil e Peru. Dessa forma buscou-se transcender visões estereotipadas sobre cidades amazônicas localizadas em faixa de fronteira, cidades vistas como o *locus* da criminalidade e do tráfico de drogas, cidades divulgadas como áreas em disputas por facções criminosas e responsabilizadas por engodos que explodem e revelam a podridão do câncer que assola o país, a corrupção. Nesse contexto, o limite territorial separa nações, sociedades, grupos, indivíduos, é a negação do outro e afirmação da auto identidade, porém, seja pela necessidade de comércio ou alteridade entre seres humanos, os espaços de proximidade, as fronteiras, são lugares de reencontro com a capacidade de refletir filosoficamente sobre a condição de ser humano. Enfim, na fronteira específica do Alto Solimões, o comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos é indispensável e vital para a dinâmica econômica e urbana das cidades. Seja em maior ou menor coeficiente numérico, fixo ou itinerante, o comércio peruano está presente em todas as cidades dessa Amazônia profunda. Os contatos oriundos desse comércio fronteiriço se imbricam no dinamismo multidimensional e multicultural que se metamorfoseiam no idioma, na religião, na música, na culinária, na vida cotidiana das cidades amazônicas na e da fronteira.

**Palavras-chave:** Amazônia. Cidades. Fronteira. Imigrantes. Comércio.

## ABSTRACT

The Amazonian cities that we address here, although distributed irregularly on the banks of the Solimões River, have repeated forms and sequences. However, one cannot analyze each city in particular without taking into account the complex aspects that form it, because these aspects vary continuously in space and time, in this sense, that each city is different from the other, and presents specificities, but in the same way it is also true that each is similar to another, even if not immediately contiguous or successive. In this sense, studying from the perspective of everyday the cities located in this border range allows us to identify ways of adaptation, exchanges and salutable concessions for life in society. The frontier is seen as well as the locus of connectivity of multiple geographic spaces that materialize in cities, the world and its contradictions materialize in the border spaces, are in these cities that we can find the worst and the best of society Human. The spatial basis of the thesis is the immediate region of Tabatinga which is composed of the cities: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, and Tonantins. The thesis is based on the identification, typification and analysis of the trade carried out by Peruvian immigrants in the cities west of Amazonas, which comprise the border range of Brazil and Peru. In this way, we sought to transcend stereotyped visions of Amazonian cities located in the border range, cities seen as the locus of crime and drug trafficking, cities disclosed as areas in disputes by criminal factions and Blamed for decoy that explodes and reveals the rot of cancer that blows the country, corruption. In this context, the territorial boundary separates nations, societies, groups, individuals, is the denial of the other and affirmation of the self identity, but, either by the need for trade or alterity between human beings, the spaces of proximity, the frontiers, are Places of reunion with the ability to philosophically reflect on the condition of being human. Finally, at the specific border of Alto Solimões, the trade developed by Peruvian immigrants is indispensable and vital for the economic and urban dynamics of cities. Whether in higher or lower numerical coefficient, fixed or itinerant, Peruvian trade is present in all cities of this deep Amazon. The contacts from this frontier trade are embedded in the multidimensional and multicultural dynamism that metamorphose into the language, religion, music, cooking, the daily life of the Amazonian cities on and off the border.

Keywords: Amazon. Cities. Border. Immigrants. Trade.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Cidades da região imediata de Tabatinga-AM.....	17
Mapa 2: Distribuição de estabelecimentos comerciais peruanos em Tabatinga-AM, 2015-2018.....	27
Mapa 3: Comércio peruano em Benjamin Constant-AM, 2015-2018.....	29
Mapa 4: Comércio peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2015-2018.....	30
Mapa 5: Comércio peruano em Atalaia do Norte-AM, 2015-2018.....	31
Mapa 6: Comércio peruano em Santo Antônio do Içá-AM, 2015-2018.....	32
Mapa 7: Regiões Geográficas Imediatas brasileiras em faixa de fronteira.....	50
Mapa 8: Principais zonas de colonização israelita na Amazônia.....	90
Mapa 9: Polos nacionais de fornecimento de mercadorias.....	104
Mapa 10: Rede hierarquizada do comércio na fronteira Brasil e Peru.....	106
Mapa 11: Entrada internacional de mercadorias na Região Imediata de Tabatinga.....	107
Mapa 12: Produção do grupo israelita no vale do Javari na fronteira Brasil e Peru.....	108

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Índice populacional da Região Imediata de Tabatinga-AM no censo de 2010, com estimativa para 2017.....	22
Tabela 2: Índice populacional municipal da Região Imediata de Tabatinga-AM, no censo 2010.....	23
Tabela 3: As cinco maiores e cinco menores economias do estado do Amazonas em 2013.....	24
Tabela 4: PIB do Sudoeste Amazonense 2010-2013.....	24
Tabela 5: Quantitativo de estabelecimentos comerciais peruanos nas cidades da Região Imediata de Tabatinga 2015-2018.....	32
Tabela 6: Amostra de imigração no Alto Solimões 2010.....	76
Quadro 1: Lista de municípios situados em faixa e linha de fronteira.....	52

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mosaico de paredão comercial peruano nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga, 2016 e 2017.....	34
Figura 2: Estabelecimento comercial peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2016.....	35
Figura 3: Estabelecimento comercial peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2017.....	39
Figura 4: Mosaico de comércio informal peruano nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga-AM.....	40
Figura 5: Mosaico comércio subinformal nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga-AM.....	41
Figura 6: Mosaico de comércio de produtores agrícolas peruanos nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga-AM, 2016-2017.....	42
Figura 7: Comércio itinerante em Tonantins – AM, 2016.....	43
Figura 8: Paredão inverso de estabelecimentos comerciais itinerantes em Tonantins-AM, 2016.....	44
Figura 9: Comércio formal e comércio itinerante em Tonantins – AM, 2016.....	45
Figura 10: Banner informativo de recepção em Benjamin Constant-AM.....	112
Figura 11: Acari-bodó no cotidiano da fronteira.....	113
Figura 12: Israelita em estabelecimento comercial em Benjamin Constant-AM.....	114
Figura 13: Restaurante <i>EL Rocoto</i> Arequipeño em Benjamin Constant-AM.....	116
Figura 14: Interior do restaurante <i>Rocoto</i> Arequipeño em Benjamin Constant-AM.....	117
Figura 15: Embarcação dos israelitas no porto de Benjamin Constant-AM.....	118
Figura 16: Comércio dos israelitas no porto de Benjamin Constant-AM.....	119
Figura 17: Bovino dentro da embarcação dos israelitas em Benjamin Constant-AM.....	120
Figura 18: Embarcação israelita no trecho Benjamin Constant/Tabatinga-AM, 2016.....	121
Figura 19: Desembarque de verduras em Tabatinga-AM de embarcações oriundas de Santa Rosa - Peru.....	122
Figura 20: Carregadores no transporte de verduras até veículo em Tabatinga-AM, 2016....	123
Figura 21: Forças armadas brasileiras em fiscalização das embarcações que transitam o trecho fluvial da tríplice fronteira.....	124
Figura 22: Paisagem da fronteira Tabatinga Brasil – Peru.....	125

Figura 23: Perímetro de comercialização de produtos agrícolas na <i>feira da bagaça</i> em Tabatinga-AM.....	126
Figura 24: Comercialização agrícola nas proximidades das embarcações israelitas em Tabatinga-AM.....	127
Figura 25: Embarcações israelitas no porto de Tabatinga-AM, 2016.....	128
Figura 26: Mercadorias adquiridas pelos israelitas no porto de Tabatinga-AM.....	129
Figura 27: Cotidiano na fronteira de Tabatinga-AM.....	130
Figura 28: Estabelecimento comercial peruano na rua da frente em Tabatinga-AM.....	131
Figura 29: Comércio ambulante de frutas em Tabatinga-AM.....	132
Figura 30: Carregamento de frutas em canoão em Tabatinga-AM.....	133
Figura 31: Ambulante peruano na Avenida da Amizade, Tabatinga-AM.....	134
Figura 32: Venda ambulante de gelatina em Tabatinga-AM.....	135
Figura 33: Conjugado de restaurantes peruanos em Tabatinga-AM.....	136
Figura 34: Ambulante peruano de venda de emoliente medicinal em Benjamin Constant-AM.....	137
Figura 35: Ambulante peruano de venda de emoliente medicinal em Tabatinga-AM.....	138
Figura 36: Escadaria comercial em São Paulo de Olivença-AM, 2017.....	140
Figura 37: Comerciantes peruanos nas extremidades do Mercado Municipal de Atalaia do Norte-AM, 2017.....	141
Figura 38: Família binacional em Tonantins na fronteira Brasil e Peru.....	144
Figura 39: Comemoração da classificação da seleção do Peru para a Copa do Mundo de Futebol em Benjamin Constant – AM.....	145
Figura 40: Dimensões do comércio no Alto Solimões no período da Copa do Mundo de 2018.....	146
Figura 41: Restaurante peruano em Manaus – Amazonas.....	149
Figura 42: A culinária e o idioma na fronteira Brasil e Peru.....	152

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 – AS CIDADES E A FRONTEIRA</b>	15
1.1 Cidades amazônicas da fronteira	16
1.2 Espacialização do comércio peruano nas cidades amazônicas da fronteira	26
1.3 Caracterização e tipologia do comércio peruano nas cidades amazônicas da fronteira.	33
<b>CAPÍTULO 2 – A FRONTEIRA, O COMÉRCIO E OS IMIGRANTES</b>	47
2.1 A formação da fronteira Brasil/Peru	49
2.2 O comércio e a migração na consolidação da fronteira Brasil/Peru	60
2.3 A migração peruana recente no Alto Solimões-Amazonas	75
<b>CAPÍTULO 3 – A CIDADE, O COMÉRCIO, E A FRONTEIRA</b>	94
3.1 A circulação, o comércio e a produção da cidade na Amazônia	95
3.2 A vida cotidiana nas cidades amazônicas de fronteira	109
3.3 A cidade na fronteira e a fronteira nas cidades amazônicas: o que o limite territorial separa, o rio, a canoa, e o comércio unem	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	154
<b>REFERÊNCIAS</b>	158

## INTRODUÇÃO

As cidades amazônicas não surgiram por acaso, foram as pontas de lança do projeto de colonização na Amazônia. Estas cidades são verdadeiros arquivos que guardam as materialidades e imaterialidades histórico-geográficas do mundo que parece se desenvolver em dinâmica diferente do contexto nacional.

A questão latente desta dinâmica é saber como realizar o acesso a estes arquivos amazônicos, visto que as dificuldades para tal conquista se encerram nos âmbitos políticos e geográficos, pois estudá-las se torna desafio tanto no sentido de obtenção de recursos que possibilitem tais pesquisas, como na própria disposição geográfica das mesmas.

Sendo assim, deslocar-se no espaço amazônico é navegar por rios que levam às cidades e passar por pessoas visíveis ou invisíveis, no qual o ir e vir demanda adaptação às regras naturais e sociais. Neste contexto, navegar é difícil, pois estudar este ambiente sem as devidas precauções e tempo é muito mais difícil, é correr o risco de realimentar erros preconceitos que se perpetuam desde a origem.

Deste modo, o que se propõe na presente tese é um olhar de aproximação da realidade que contextualiza as múltiplas dimensões na Amazônia. Isto exige empenho e dedicação na pesquisa diante da magnitude de tal objeto, ao tempo que se faz necessário admitir a impotência da ciência em abarcar todos os fenômenos que o compõe.

Nesse sentido, buscamos trilhar o caminho que admita o diálogo entre diferentes saberes, diálogo entre a ciência convencional e os saberes dos diferentes sujeitos que compõem a realidade das cidades amazônicas. Assim, propomos olhar a partir e com o objeto de pesquisa, num sentido geográfico de oeste para leste, em que a fronteira dita “periférica” entre na discussão sobre sua própria dinâmica vida.

A base espacial da tese é a região imediata de Tabatinga, que é composta pelas seguintes cidades: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, e Tonantins (IBGE, 2017). A tese se pauta na identificação, tipificação e análise do comércio realizado pelos imigrantes peruanos nas cidades citadas acima no Amazonas, em específico aquelas localizadas a oeste e que compõem a faixa de fronteira Brasil e Peru.

A análise está centrada na atividade de comércio exercida pelos imigrantes peruanos nas cidades da fronteira oeste no estado do Amazonas. Dessa forma buscou-se transcender visões estereotipadas de cidades amazônicas localizadas na faixa de fronteira, ambientes

estes vistos como o *locus* da criminalidade e do tráfico de drogas, divulgadas como áreas disputadas por facções criminosas e responsabilizadas por engodos que explodem e revelam a podridão do câncer que assola o país, a corrupção.

No final do ano de 2016 e início de 2017, explodiram rebeliões no Brasil intensas que fizeram parte do cotidiano nacional através meios de comunicação em massa. Eles divulgaram que o cerne daqueles eventos catastróficos eram as fronteiras, com o rótulo de “a raiz do mal”. Reportagens foram publicadas com teor massivo em divulgar as mazelas e a falta de controle na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia. As imagens do “lugar maldito” foram perpetuadas em documentários que revelavam tendenciosamente o ir e vir de pessoas em embarcações no rio, sugerindo a ideia de que o problema decorria das “fronteiras abertas”, ou de que qualquer um, mas em ênfase o “um mal”. Em resumo, os sentidos conduziam para interpretação de que qualquer pessoa poderia entrar e sair a qualquer momento, levando e trazendo o que quisesse.

O que fica de pano de fundo é a ideia das cidades sem lei, das cidades dominadas pelo tráfico de drogas, em que a população que ali vive, participa ou é conivente com aquela situação. As cidades da fronteira do Alto Solimões têm muitos problemas e uma realidade cruel, mas se ficarmos somente no aparente não conseguiremos compreender a essência dos mesmos e muito menos solucioná-los. Neste contexto, embora compreendamos que o objetivo de uma pesquisa não é resolver problemas sociais, o presente estudo objetiva a partir do dinâmico comércio, que é a “cara da fronteira”, especialmente o exercido pelos imigrantes, trazer à luz a discussão do cotidiano de quem mora e insiste em resistir, mesmo “periferizado”, “precarizado” por seus respectivos Estados-Nação, sem perder a altivez e a dignidade.

Sendo assim, a tese articula metodologicamente três momentos distintos e complementares: descrição do visível; análise regressiva; e o reencontro com o presente. Neste sentido, foram realizados sete incursões no período de 2015 a 2017.

Em 2015, no primeiro semestre, a pesquisa de campo se realizou, respectivamente, em Tefé (três dias) e Coari (dois dias); no segundo semestre, o campo de pesquisa se realizou nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte (10 dias). Em 2016, tivemos pesquisa de campo somente no segundo semestre, porém com expansão para outras cidades, como Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutá e Fonte Boa (total de 22 dias). Em 2017, a pesquisa se concentrou em Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Islândia – Peru (16 dias); já no segundo semestre, último campo, durou 32 dias, e percorreu as cidades de Tabatinga, Atalaia do Norte,

Benjamin Constant, Islândia – Peru, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Como estratégia de coleta de informações, realizou-se, inicialmente, a deriva geográfica pelas ruas das cidades ou instituições, com observação cuidadosa dos hábitos e costumes, bem como os diálogos informais sem a utilização de instrumentos de anotação ou imagens, apenas utilizando crachá de identificação. Posteriormente, se realizou aplicação de formulários de entrevista aos comerciantes peruanos (15 formulários em cada cidade), diálogo informal com os comerciantes peruanos, brasileiros e moradores das cidades de fronteiras mencionadas.

A partir da sistematização de todo o material colhido nos trabalhos de campo e da leitura contínua e complementar sobre o tema, se estruturou a tese em três capítulos. No primeiro momento dos capítulos, buscou-se a descrição do ambiente das cidades na fronteira, como também lançar mão de dados estatísticos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no que tange a divisão regional, a população e a economia.

Deste modo, levantamos os dados através de entrevistas e das práticas de campo no período de 2015 a 2018, além da coleta de informações de trabalhos oriundos de nossa dissertação de mestrado, intitulada *A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant - Amazonas*.

Por sua vez, no segundo momento da tese, seguimos, ou melhor, retrocedemos na linha tênue do tempo para tentar entender as espacialidades pretéritas que se construíram nesta região. Desta forma, buscamos compreender o peso da fronteira na constituição e consolidação das cidades, e de como agentes exógenos são determinantes para a produção e reprodução da vida. Todavia, suscitamos as especificidades de agentes locais na produção do espaço e das espacialidades nesse pedaço de Amazônia.

No terceiro momento, retornamos ao âmbito do comércio, da fronteira, do imigrante, do cotidiano que na dinâmica do construir, construindo, reconstruindo-se, insistem em resistir. Nesta perspectiva, tomamos uso da categoria cotidiano para entender as cidades na fronteira e as fronteiras das cidades. Ao final, retomamos aos objetivos e à hipótese da tese. Depois, as considerações finais com as conclusões mais relevantes que são sempre relativas e representam determinados pontos de vistas.

## CAPÍTULO 1 – AS CIDADES E A FRONTEIRA

### *Países Hermanos*

*Olha lá caboco, bandeiras nas balsas  
Estamos perto do país vizinho  
Daqui se vê bandeiras nas balsas  
pegue a canoa e atravesse o javarizinho*

*Pois não demora muito,  
Olhando as belezas do rio você chega rapidinho  
nas balsas você encontra: moto, gasolina, palheta  
também, panela e até pec-pec novinho*

*Sem falar na comida então,  
ceviche, fane, tacache e o famoso patacão,  
sancocho, cecina e até chicha morada  
Bailando aos domingos com as paisanas,  
dá até pra conseguir namorada.*

*Em Islândia é outra história,  
todo domingo tem festa e cantoria,  
cumbia, merengue, inca kola e San Juan  
nossos irmãos peruanos sempre nos recebem com  
alegria*

*Quando eles vêm a Benjamin  
a consideração é a mesma há vários anos  
os laços de amizade são fortes  
Por isso somos países hermanos.*

LUZEIRO, 2014

Iniciamos este capítulo com o poema *Países Hermanos* para simbolizar a caminhada e navegação que tem como busca, conhecer as entranhas das cidades amazônicas da fronteira. Nesse sentido, o poema acima de autoria do professor Gérson Luzeiro (2014) remete às relações cotidianas entre os habitantes de Benjamin Constant (Brasil) e Islândia (Peru), estas que extrapolam os limites territoriais dos respectivos Estados-Nação e constituem a faixa de fronteira.

Logo, percebe-se a partir do poema que esta relação é multidimensional, há nisto o tom econômico do ir e vir no ato de comprar e vender que se estende à culinária, à música, às bebidas e às relações afetivas, mas também está no nacionalismo que se materializa nas bandeiras hasteadas nas balsas e nas habitações peruanas. Em outras palavras, é o retrato da vida do lugar em que a sociedade produz espacialidade e é portadoras de múltiplas referências de tempos e espaços.

Sendo assim, este capítulo mostra em dimensões possíveis e o panorama de cidades localizadas na fronteira oeste do Brasil com o Peru e a Colômbia: Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, e Tonantins.

Destaca-se neste momento o aspecto da apresentação, caracterização e da tipificação do comércio desenvolvido por imigrantes peruanos que estão presente em todas as cidades do Alto Solimões, seja com maior, seja com menor densidade.

### 1.1 Cidades amazônicas da fronteira

As cidades amazônicas que aqui tratamos fazem parte da Região Imediata de Tabatinga, destacadas no mapa a seguir mais Jutá e Fonte Boa. Elas faziam parte da microrregião do Alto Solimões.

Esta classificação se apoiava na perspectiva das regiões geográficas brasileiras dispostas na década de 1980, as quais se dividiam em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Entretanto, o IBGE (2017) apresenta novo recorte que incorpora mudanças das últimas três décadas ocorridas no Brasil, classificando as regiões geográficas brasileiras como Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias.

Com relação às regiões imediatas o IBGE destaca que:

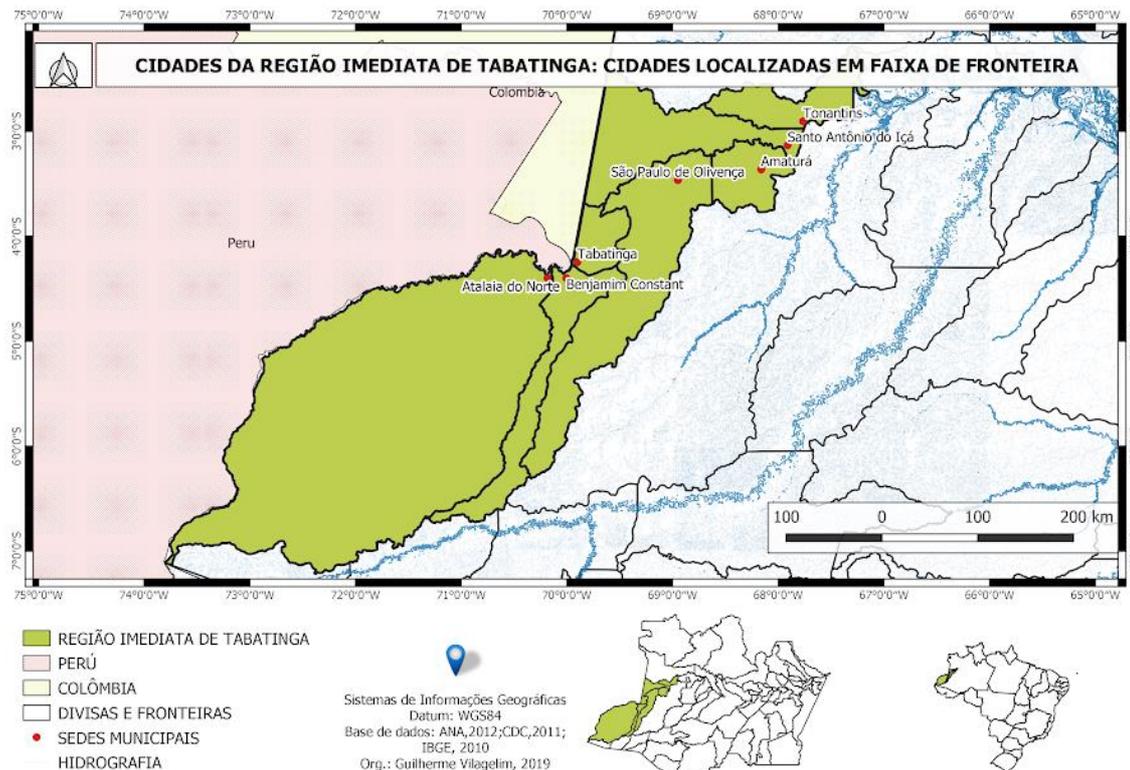
As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações tais como: compras de bens duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde, educação; prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017 p.19).

Esta proposta de regionalização do território brasileiro foi baseada na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados. Denota polarizações estruturadas por funções e fluxos, valorizando a interação nela presente.

Nesse sentido, a microrregião do Alto Solimões com exclusão dos municípios de Jutá e Fonte Boa, passa para a denominação de Região Imediata de Tabatinga e é composta de sete municípios: Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins, exatamente as cidades abarcadas na pesquisa para esta tese por serem as que apresentam, de modo mais significativo, o comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos.

Nesta região com sete municípios, constatamos em nossas práticas de campo realizadas em 2015, 2016, e 2017, a presença marcante do comércio realizado pelos imigrantes peruanos, motivo pelo qual, na tese, priorizamos o estudo das citadas cidades. A seguir estão em destaque as cidades da Região Imediata de Tabatinga.

Mapa 1: Cidades da região imediata de Tabatinga-AM, 2019.



Fonte: Base de dados ANA, 2012; CDC, 2011; IBGE, 2010. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
Org.: SOUZA, 2019.

Antes de mergulharmos nas análises e interpretações do lugar se faz necessário delimitar marcos teóricos, pois vamos tratar de dimensões específicas de determinado lugar que está em evidência econômica global, e, portanto, guarda em suas entranhas desejos geopolíticos dos mais diferentes campos do conhecimento.

Neste sentido, a cidade da Amazônia não pode ser analisada *per se*, se insere na história da humanidade, sendo portanto, uma criação social. Ela como a cidade, em geral, não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social com o projeto civilizatório de colonização da América. Em outras palavras, ela não surgiu por acaso e a origem dos primeiros aglomerados humanos a partir desta concepção ocorreu provavelmente a partir de uma série de fatores, como domínio do fogo, aprimoramento de técnicas, desenvolvimento da agricultura, domesticação e criação de animais, mudança de comportamento da vida nômade à vida sedentária (BENEVOLO, 2011).

No caso específico da Amazônia, quando os europeus iniciaram o processo de colonização no século XVII, a região não era um vazio demográfico, logo, não estava desocupada, porém a ocupação não se dava na forma de aglomeração. Esta ocorreu pelo colonizador e teve início em 1616 com a criação do Forte do Presépio, mais tarde conhecido como Belém, utilizado como estratégia de defesa e conquista do território. Era o ponto de

apoio para a interiorização da região até atingir o forte de São Francisco Xavier, mais tarde conhecido como a cidade de Tabatinga.

Durante quase três séculos que se seguem à criação do primeiro forte, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia é incipiente. São pequenos aglomerados dispersos nas margens dos rios que tinham como papel a defesa e se constituíam no *locus* avançado do projeto civilizatório nem sempre concretizado (OLIVEIRA, 2000). Na dinâmica das cidade amazônicas, desde as primeiras vilas, tem se o papel relevante do comércio, que de certa forma contribuiu na dinamização das cidades no mundo.

Como afirma Sjoberg (1970), dois fatores são responsáveis pela origem da cidade: a organização social decorrente do excedente agrícola e uma região favorável para a sobrevivência que leva ao aprimoramento técnico. Há ainda outro fator muito importante, o comércio que contribui para o desenvolvimento e crescimento das cidades.

A cidade, ao possibilitar num espaço limitado a aglomeração de população, cria o mercado. O tamanho deles era dado pelas fronteiras, pela extensão do domínio territorial do lugar. Assim, os mercados urbanos eram somente locais restritos a uma cidade e a dimensão mercantil da urbe era secundária em relação à política (ROLNIK, 1995).

Desde sempre a cidade esteve ligada ao comércio, como afirma Singer (1998), ela não inventa o comércio, mas muda-lhe o caráter, transformando-o de mero escambo irregular de excedentes agrícolas em intercâmbio regular de bens de luxo, em geral manufaturados.

O lugar citadino, enquanto área de mercado, onde o excedente agrícola é trazido e comercializado, transforma a relação campo e cidade, e esta passa a ser o *locus* do mercado da produção agrícola. Em um primeiro momento, há o domínio da cidade sobre o campo, para em seguida, mudar profundamente as relações campo e cidade, com surgimento da indústria (LEFEBVRE, 2001).

A indústria deixará marcas profundas e acentuará esta dominação, a ponto da produção do campo obedecer aos interesses industriais. Como salienta Monte-Mór (2006) a cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas.

Nesse sentido, a cidade passa a ser o *locus* do paradoxo do “desenvolvimento” em que se encontram num mesmo ambiente, isto é, o melhor e o pior dos seres humanos, de um lado o melhor que a ciência, a técnica, a economia, a estatística, a filosofia podem produzir, de outro. Todo o gargalo gerado pelos mesmos campos de produção. É na cidade que vamos encontrar as melhores obras de engenharia e da medicina, mas também encontraremos a

miséria da população, a insegurança, a violência, a insalubridade, as epidemias, os moradores de ruas, as periferias e a poluição.

Neste contexto, as cidades amazônicas, especialmente as estudadas, se inserem neste paradoxo. De um lado são portadoras dos poucos serviços públicos oferecidos à população, e também aos serviços de comércio. Este em diferentes épocas tem papel importante na saída de produtos naturais e na entrada de produtos manufaturados, fazendo dos incipientes núcleos urbanos *locus* de circulação de mercadorias.

De acordo com Teresa Barata Salgueiro (1996), o comércio contribui para a definição da organização funcional dos aglomerados, mas também para a caracterização da sua paisagem à medida que se exprime pela forma. Ele é importante para a cidade por uma série de razões, dentre elas a autora destaca quatro: a primeira se refere à troca, seja de mercadorias, informações e cultura, o que o torna embrião da vida urbana; em segundo, contribui fortemente para definir a estrutura dos núcleos de povoamento e integração funcional dos bairros periféricos; em terceiro, é um elemento decisivo da paisagem urbana e da imagem que dela se guarda, bem como elemento facilitador de uso e apropriação do espaço pelos cidadãos, orientando muitos fluxos que o cruzam; e por fim, é um instrumento de intervenção urbanística e revitalização de zonas urbanas (SALGUEIRO, 1996, p.183-184).

O comércio é, por excelência, uma atividade urbana e, apesar das inúmeras potencialidades da contemporaneidade, dificilmente deixará de ser importante no futuro, especialmente em cidades como as estudadas nesta tese. Ele viabiliza a sua existência da cidade, explica a organização e justifica muito do movimento e animação que nela acontece.

Por meio do comércio e dos lugares onde este se exerce, as pessoas satisfazem necessidades, realizam desejos, veiculam-se informações, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabilidade. Em suma, nele reside o verdadeiro embrião da vida urbana naquilo que esta pressupõe de interação, de troca em sentido lato de produção de inovação (SALGUEIRO & CACHINHO, 2009).

Essas cidades são fundamentalmente centros políticos e principalmente terciários, lugares das trocas, de convívio e diversão, da procura pela escola pelo hospital, busca do apoio técnico, local de encontro, da troca de saberes, das festas, da religiosidade. O lugar privilegiado dos acontecimentos humanos, porém, é também o lugar da inércia, das mazelas humanas como já referido anteriormente.

De acordo com Trindade-Júnior (2013), na Amazônia existem as “cidades da floresta” e as “cidades na floresta”. As primeiras apresentam como características intensa ligação com a dinâmica da natureza com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta

ainda pouco explorada, estabelecem ainda forte relação com seus respectivos entornos e com localidades próximas. Já as segundas, são aquelas que tendem a se articular, principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, tida principalmente como espaço de exploração econômica (TRINDADE-JÚNIOR, 2013).

As cidades aqui estudadas podem ser aprioristicamente denominadas de cidades da fronteira, entidades sociais criadas por processos econômicos, sobretudo o comércio (BECKER, 2013) e ultimamente o Estado vem estimulando o comerciar/fazer/produzir através de sua estratégia de ameaçar/tomar/proteger para alcançar seus objetivos geopolíticos. Neste sentido, as cidades foram as pontas de lança do projeto de interiorização na Amazônia e o comércio teve e tem papel decisivo neste processo.

Edna Castro (2008) indica que o movimento de urbanização na Amazônia configura-se em dois momentos principais, o primeiro como padrão de ocupação e povoamento que foi o período da exploração da borracha, no qual a expansão urbana se dava por meio dos rios com ocupação dos vales; e o segundo como ocupação e povoamento e ocorreu a partir de 1966, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da fronteira agrícola.

Todavia, retomando o conceito de Trindade-Júnior (2013), as cidades aqui estudadas podem ser classificadas como cidades da floresta por se tratarem de cidades da fronteira e estabelecem um processo contraditório, de um lado, pois permanecem na condição de cidades locais, de outro.

Com efeito, se articulam a núcleos mais expressivos da região e de outros países, e sem dúvida experimentam, ao menos, um surto de circulação de mercadorias e de pessoas, com a implantação de instituições públicas de ensino superior, de segurança e de justiça, que no entanto, não faz crescer a economia, nem mudar seu conteúdo, como também mudar a estrutura da cidade.

Para tanto, as primeiras vilas na Amazônia surgem no século XVI e na área em estudo no final do século XVIII. Por outro lado, o aumento do número de cidades e da população urbana na região ocorre no final do século XX, embora no final do século XIX, com a exploração do látex, tenha se intensificado a população nas cidades de Belém e Manaus.

Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e ou recriados povoados, visando servir de apoio à exploração do látex, e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde em cidades.

Na Amazônia não há como desconsiderar, no estudo das cidades, a natureza que se imbrica na floresta e nos rios. Todavia, como nos aconselha Milton Santos (2014), o importante é o que se lhes acrescenta à sociedade, ou seja, o que foi construído no tempo e no espaço.

Nessas cidades situadas ao longo do rio Solimões e no meio da floresta, aparentemente nada possuem de tão atrativas, principalmente ao considerarmos os olhares de viajantes e pesquisadores sempre apressados, com suas planilhas e datas preestabelecidas. Talvez para conhecermos um pouco mais desse pedaço de Amazônia, seja necessário se deixar levar pela inércia do olhar e do sorriso distraído de seus moradores.

Sendo assim, numa primeira aproximação da vida cotidiana nessas cidades, se recorre à perspectiva de Oliveira (2007) que sintetiza bem as primeiras impressões a partir do porto fluvial:

Finalmente, chega-se ao porto, em que tudo é transitório. A improvisação do local onde param os barcos dá a quem chega a impressão de que, nas pequenas cidades da Amazônia, nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado. O porto é por onde se chega e se vai; ele contém a possibilidade do entendimento da cidade, pois a vida começa no porto, menos pelo movimento, mas pelo fato de ele encerrar quase tudo que a cidade possui e que nela falta. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, lugar privilegiado dos enigmas amazônicos, transfigurados em enigmas do mundo, a nos interrogar sobre o passado, presente e futuro. O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos (OLIVEIRA, 2007 p. 172).

Na Amazônia que é mais conhecida por seus mistérios, exuberância e belezas naturais, também há cidades e nelas residem pessoas. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o que são essas pequenas cidades brasileiras, e quais parâmetros podemos utilizar para a definição.

José Aldemir de Oliveira aponta para além do parâmetro demográfico as seguintes características para as pequenas cidades amazônicas:

- a baixa circulação com as cidades do entorno;
- as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos;
- a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à educação e à segurança;
- a predominância de atividades caracterizadas como rurais (OLIVEIRA, 2007 p. 172).

Nesse sentido, cabe analisar os dados populacionais, econômicos e sociais sobre as cidades da região imediata de Tabatinga que compreende ainda, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, e Tonantins.

No âmbito das cidades que compõem a região, talvez, a conurbação entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) seja a imagem mais difundida nacionalmente, tendo sido algumas vezes, a cidade de Tabatinga classificada como “o maior bairro de Letícia”, e outras vezes, Letícia como o “melhor bairro” de Tabatinga (NOGUEIRA, 2007).

O último censo (2010) registrou que Tabatinga possui população de 52.272 pessoas, com estimativa para 2017 de 63.635 pessoas. Em contraste com Amaturá que registrou índice populacional de 9.467 pessoas (2010) e estimativa para 2017 de 11.242 pessoas.

Percebe-se que apesar de se localizarem na mesma região, a população residente e estimada total é contrastante entre os municípios. Este índice acima da média de Tabatinga se explica, em certa medida, devido o efetivo populacional variado oriundo das forças armadas (exército, marinha, aeronáutica e polícias militar e federal), somados a presença de estrangeiros oriundos da Colômbia e do Peru. Observe tabela abaixo:

Tabela 1: Índice populacional da Região Imediata de Tabatinga-AM, no censo de 2010 com estimativa para 2017.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	2010	Urbana	Rural	2017 *(estimativa)
Atalaia do Norte	15.153	6.893	8.260	19.054
Tabatinga	52.272	36.355	15.917	63.635
Benjamin Constant	33.411	20.138	13.273	41.329
São Paulo de Olivença	31.422	14.263	17.159	38.047
Amaturá	9.467	4.960	4.507	11.242
Santo Antônio do Içá	24.481	12.947	11.534	23.075
Tonantins	17.079	8.899	8.180	18.782
Total	183.285	104.455	78.830	215.164

Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: SOUZA, 2018.

Como se observa, o índice populacional de Tabatinga destoa da média populacional dos demais municípios. Nesse sentido, temos índices que se equiparam, como os de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, no qual Benjamin Constant registrou índice populacional (2010) de 33.411 e com estimativa para 2017 de 41.329 pessoas; e São Paulo de Olivença com índice populacional de 31.422 pessoas (2010) e estimativa para 2017 de 38.047 pessoas.

Por sua vez, Santo Antônio do Içá apresentou índice populacional de 24.481 pessoas (2010) e estimativa para 2017 de 23.075 pessoas, que comparado aos demais municípios fica

em nível intermediário, mas apresenta estimativa negativa de aproximadamente 1.406 indivíduos.

Atalaia do norte e Tonantins apresentaram respectivamente, 15.153 pessoas e estimativa para 2017 de 19.054 pessoas e 17.079 pessoas, e estimativa para 2017 de 18.782 pessoas. Estes municípios registram, em 2010, índice populacional total de 183.285 indivíduos, com estimativa para 2017 de 215.164 pessoas.

No entanto, quando consideramos a relação populacional urbana e rural temos a seguinte tabela:

Tabela 2: Índice populacional municipal da Região Imediata de Tabatinga-AM no censo 2010.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	2010	Urbana %	Rural %
Atalaia do Norte	15.153	45.5	54.5
Tabatinga	52.272	69.5	30.5
Benjamin Constant	33.411	60.3	39.7
São Paulo de Olivença	31.422	45.4	54.6
Amaturá	9.467	52.4	47.6
Santo Antônio do Içá	24.481	52.9	47.1
Tonantins	17.079	52.1	47.9
Total	183.285	57	43

Fonte: IBGE, 2010.

Org: SOUZA, 2018.

Ao considerar a relação populacional urbana e rural da região, temos em escala decrescente, Tabatinga com o índice de população urbana de 69.5%, Benjamin Constant 60.3%, Santo Antônio do Içá 52.9%, Amaturá 52.4%, Tonantins 52.1%, Atalaia do Norte 45.5% e São Paulo de Olivença 45.4%.

Neste contexto, a região imediata de Tabatinga apresenta o total de 104.455 habitantes situados em área urbana, o que corresponde a 57% do índice populacional total. Este corrobora a afirmativa sobre a floresta urbanizada, mas que se concentra em núcleos dispersos às margens do rio.

Essas que aparentemente são similares, apresentam tecido urbano espreado horizontalmente como manchas claras em meio a floresta e às margens dos rios, mas apresentam diferenças para além do índice populacional.

Considerando o Produto Interno Bruto do estado do Amazonas (2010-2013), por exemplo, temos Amaturá entre as cinco menores economias do estado.

Tabela 3: As cinco maiores e cinco menores economias do estado do Amazonas em 2013.

Cinco maiores e cinco menores economias do estado do Amazonas			
Maiores economias do Amazonas		Menores economias do Amazonas	
Município	2013	Município	2013
Manaus	64.025.433,54	Japurá	51.116,90
Coari	4.552.463,93	Amaturá	59.818,14
Itacoatiara	1.445.181,58	Itapiranga	68.935,26
Manacapuru	1.229.981,79	Itamarati	73.614,85
Parintins	1.010.853,68	São Sebastião do Uatumã	73.865,23

Fonte: SEPLANCTI, 2018.

Org.: SOUZA, 2018.

No *ranking* das melhores economias do estado em 2013, temos em sequência Manaus, Coari, Itacoatiara, Manacapuru e Parintins, no outro extremo, temos São Sebastião do Uatumã, Itamarati, Itapiranga, Amaturá e Japurá.

Comparando as cidades em pauta no trabalho com o *ranking* econômico do estado, teremos respectivamente posicionado: Tabatinga em 15°, Benjamin Constant em 18°, São Paulo de Olivença 29°, Santo Antônio do Içá 38°, Atalaia do Norte em 47°, Tonantins 49°, e Amaturá em 61°, conforme a tabela a seguir.

Tabela 4: PIB do Sudoeste Amazonense 2010 – 2013.

<i>Ranking</i> econômico no estado do Amazonas (2010-2013)					
Posição no Estado	Cidades	2010	2011	2012	2013
15°	Tabatinga	235.881,45	294.158,77	274.694,08	328.185,96
18°	Benjamin Constant	136.900,61	171.773,19	182.878,49	238.055,89
29°	São Paulo de Olivença	108.830,34	129.870,04	142.790,64	173.494,37
38°	Santo Antônio do Içá	83.724,95	98.478,21	108.089,92	126.936,33

47°	Atalaia do Norte	68.619,85	78.402,99	83.995,61	100.414,43
49°	Tonantins	58.624,55	76.593,15	81.778,17	99.830,98
61°	Amaturá	36.846,55	47.784,29	50.848,76	59.818,14

Fonte: SEPLANCTI, 2018.

Org.: SOUZA, 2018.

Temos, entre as melhores economias da região, no *ranking* econômico do estado, Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença; no nível intermediário, Santo Antônio do Içá, e em seguida, com os menores índices: Atalaia do Norte, Tonantins e Amaturá.

Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios do estado do Amazonas e focando nessas cidades, teremos no *ranking* de 62 municípios a seguinte situação: em 10° Tabatinga, em 26° Benjamin Constant, 35° Amaturá, 41° Tonantins, 50° São Paulo de Olivença, 58° Santo Antônio do Içá, e em 62° Atalaia do Norte. Teremos ainda neste cenário, Tabatinga classificada entre as dez cidades de melhor IDHM do estado do Amazonas e Atalaia do Norte como pior classificação no estado (IBGE, 2010).

Para tanto, elas apresentam histórico bem diferenciado quanto à origem das mesmas. Há cidades criadas no período recente em 1981 (Amaturá, Tonantins) e outras cuja origem retoma ao período colonial, como Tabatinga, São Paulo de Olivença; e ao período da borracha Benjamin Constant, como também aquela dos meados do século XX.

Às vezes, ocorrem divergências de informações no período de desmembramento, se confundem em datas de fundação, elevação à categoria de vila, cidade ou município, mas possuem linha condutora histórica em comum, qual seja a “ocupação” do território por meio da descentralização administrativa que a partir da república se dá por meio da criação de municípios.

Estes compõem a Região Imediata de Tabatinga e apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento social, não só do Amazonas, mas do Brasil. Essas cidades tomadas do ponto de vista estatístico apresentam carências econômicas e sociais, porém a realidade é multidimensional e vai além desses dados.

Isto não quer dizer que somos contra o levantamento desses dados, pelo contrário, temos que nos apropriar destes e exigir melhores condições de vida para os cidadãos dessa região amazônica. Todavia, nosso enfoque de pesquisa é mostrar que existem outras dimensionalidades para a vida nas cidades amazônicas aqui abordadas e que devido as suas carências e necessidades, surgem formas de resistência.

Neste âmbito, elas apresentam peculiaridades e formas de resistência, por vezes, quase imperceptíveis, que valem ser estudadas e vividas. Dentre estas particularidades está o comércio realizado pelos imigrantes peruanos, atividade econômica latente que paulatinamente se torna a razão de ser das cidades amazônicas dessa fronteira.

## 1.2 Espacialização do comércio peruano nas cidades amazônicas da fronteira

A ciência nos exige a impessoalidade dos fatos, o que não significa isenção, o que nos faz, seguindo esta premissa identificar, quantificar, caracterizar e espacializar os estabelecimentos comerciais.

Os comerciantes peruanos apresentam algumas características que se expressam na paisagem das cidades amazônicas localizadas na fronteira. O modo como se espacializam no perímetro urbano, a organização física dos estabelecimentos, a variedade de produtos que oferecem e os tipos de comércio que desenvolvem.

Outras características necessitam do envolvimento mais aproximado com as práticas cotidianas, pois em certos casos, como em Tonantins e Amaturá, se faz necessário informações de moradores locais, comerciantes e observação cuidadosa do pesquisador. Vamos tratar neste momento as características visíveis, e em seguida, as demais.

Quanto a espacialização, os comerciantes peruanos atuam principalmente no perímetro urbano dos municípios, mais especificamente em proximidade às feiras, aos mercados municipais, nas áreas imediatas ao rio onde o comércio local é mais intenso. Esta característica fica nítida nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e menos perceptível em Amaturá e Tonantins. Vamos verificar isto na ordem descrita a partir do critério de intensidade numérica de estabelecimentos comerciais de proprietários peruanos identificados em cada cidade.

Em Tabatinga foi identificado o total de 202 (duzentos e dois) estabelecimentos comerciais peruanos, distribuídos principalmente nas ruas portuária a seguir: rua Santos Dumont, rua Marechal Rondon, e Avenida Marechal Mallet.

Na Rua Santos Dumont, identificou-se o total de 75 (setenta e cinco) estabelecimentos, a partir do rio Amazonas até o denominado *Centro Comercial Sakolão* (sentido oeste - leste), contabilizou-se 35 (trinta e cinco) estabelecimentos no lado esquerdo e 40 (quarenta) no lado direito.

Em contrapartida, nessa mesma área foram identificados 02 (dois) estabelecimentos de proprietários brasileiros e 01 (um) de proprietário colombiano. Do supermercado *Sakolão*

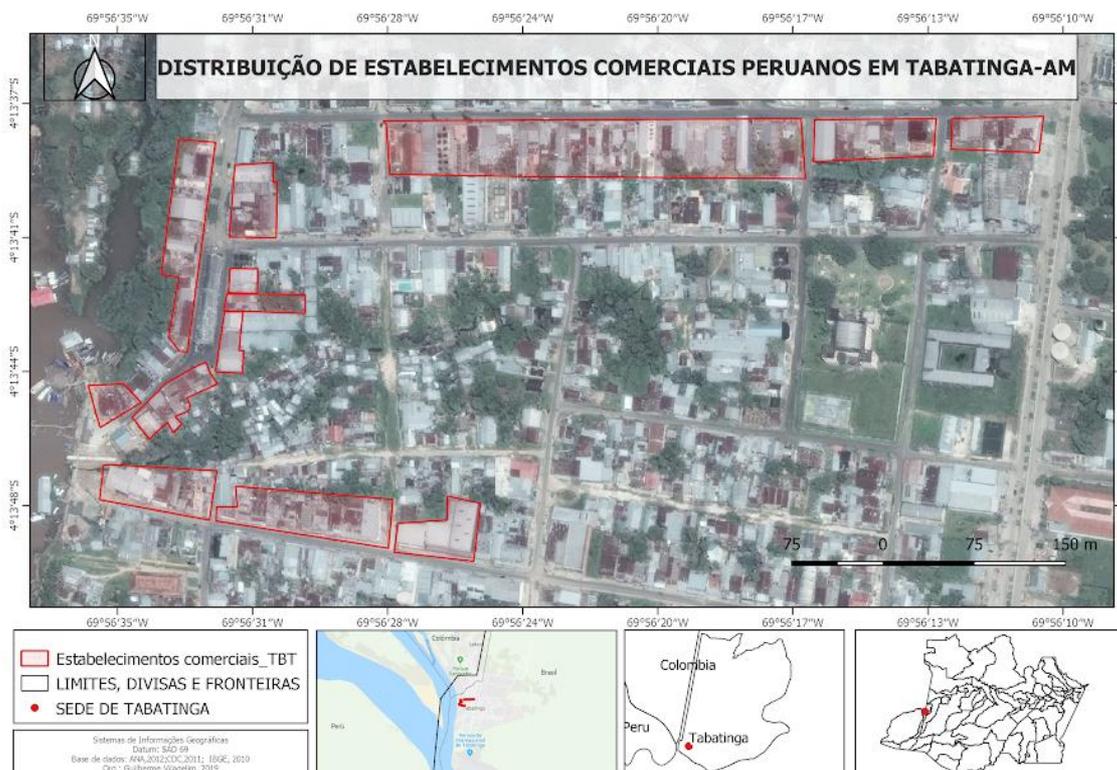
até a Avenida da Amizade há o total de 08 (oito) estabelecimentos de proprietários brasileiros.

Na Rua Marechal Rondon se identificou 100 (cem) estabelecimentos comerciais peruanos, do sentido rio até a Avenida da Amizade, 10 (dez) estabelecimentos do lado direito e 12 (doze) no lado esquerdo, situados até o Mercado Municipal de Tabatinga. No lado direito do mercado situa-se uma vila de peruanos que também serve de depósito para frutas e verduras, na qual foram identificados 16 (dezesesseis) estabelecimentos comerciais.

No mesmo sentido do mercado se contabilizou 62 (sessenta e dois) estabelecimentos, dos quais 37 (trinta e sete) no lado esquerdo e 25 (vinte e cinco) no lado direito. Neste perímetro, identificamos 03 (três) estabelecimentos comerciais brasileiros, não havendo comerciantes peruanos, sendo o Mercado Municipal de Tabatinga dominado por comerciantes brasileiros.

Por sua vez, na Avenida Marechal Mallet se identificaram 49 (quarenta e nove) estabelecimentos comerciais peruanos, do rio Amazonas até a Avenida da Amizade. Ali se registrou 20 (vinte) estabelecimentos no lado esquerdo e 26 (vinte e seis) no lado direito. Nesta avenida, contabilizou-se 06 (seis) estabelecimentos de proprietários brasileiros, 01 (um) de proprietário colombiano e 02 (dois) de proprietários de origem judaica.

Mapa 2: Distribuição de estabelecimentos comerciais peruanos em Tabatinga-AM.



Fonte: CDC, 2010; GOOGLE MAPS, 2018; IBGE, 2012. Elaboração: VILAGELIM, 2019.  
Org. : SOUZA, 2019.

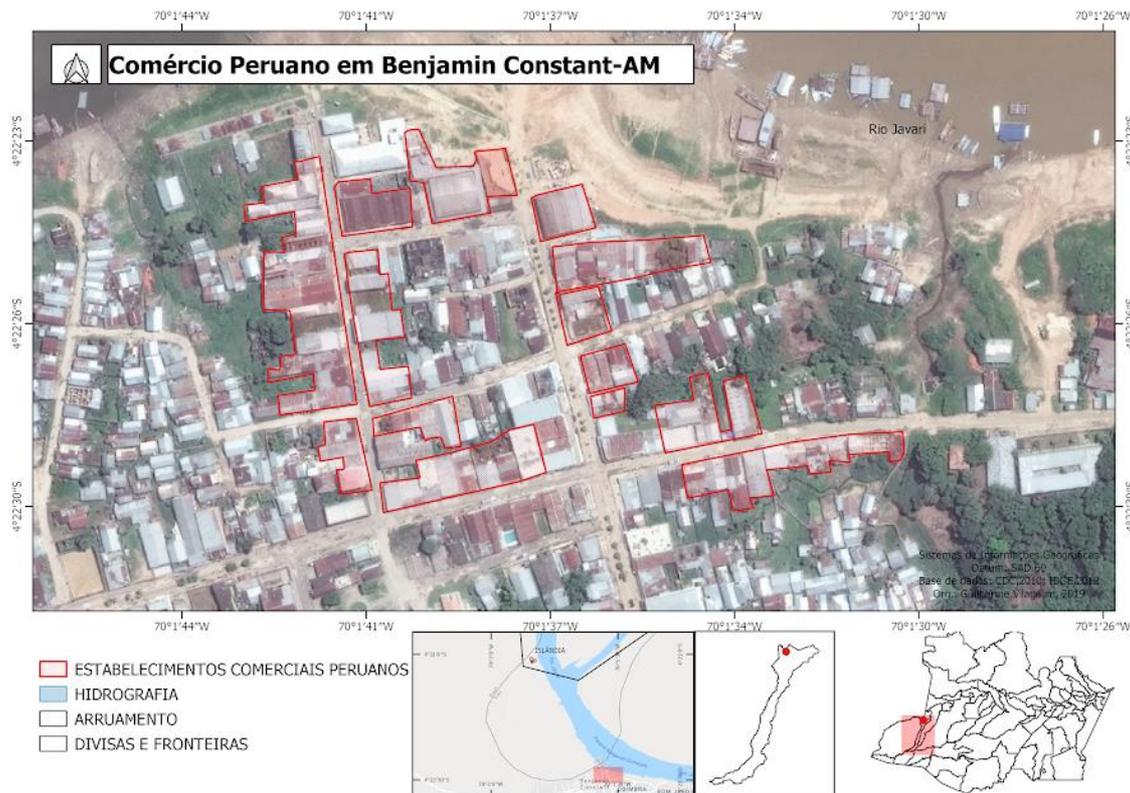
Na principal via da cidade de Tabatinga, a avenida da Amizade, foram localizados apenas dois estabelecimentos de imigrantes peruanos (restaurante). Como a localidade se encontra na área central, isso de certo modo demonstra a característica do lugar, ou seja, desse tipo de comércio quase sempre concentrado nas ruas próximas dos rios.

Este padrão de organização de estabelecimentos comerciais, situados nas imediações da área portuária, se verifica também na cidade de Benjamin Constant. Ali, registrou-se em 2017 o total de 82 estabelecimentos comerciais peruanos na cidade. No bairro Centro e Coimbra, eles estavam distribuídos pelas vias avenida 21 de Abril, avenida Getúlio Vargas, avenida Castelo Branco, e rua Praça da Bandeira.

Em 2013, na mesma área de Benjamin Constant, foram identificados 75 estabelecimentos de comerciantes peruanos (SOUZA, 2014). Quando se compara o aumento do número de estabelecimentos, observamos que o aumento foi de sete em 3 anos. Todavia, os estabelecimentos aumentaram de tamanho, houve qualificação do estoque e de padrão. Observamos também a diversificação dos investimentos dos comerciantes peruanos na cidade que começam a diversificar seus investimentos, passando a direcioná-los para o setor primário com compras de imóveis rurais.

Na avenida 21 de abril, se identificaram 27 estabelecimentos comerciais peruanos, do sentido oeste/leste 19 (dezenove) no lado esquerdo e 08 (oito) no lado direito. Na avenida Getúlio Vargas se identificaram 15 estabelecimentos comerciais, do sentido norte/sul 11 (onze) estabelecimentos no lado direito e 04 (quatro) no lado esquerdo. Na avenida Castelo Branco 19 estabelecimentos, do sentido norte/sul 11 (onze) estabelecimentos no lado direito e 09 (nove) no lado esquerdo. Na Rua Praça da Bandeira se identificaram 21 estabelecimentos peruanos, sendo no sentido oeste/leste 19 (dezenove) estabelecimentos no lado direito e 02 (dois) no lado esquerdo.

Mapa 3: Comércio peruano em Benjamin Constant-AM, 2015-2018.



Fonte: CDC, 2010; IBGE, 2012. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
Org.: SOUZA, 2019.

Em São Paulo de Olivença se registrou 46 (quarenta e seis) estabelecimentos comerciais peruanos. Nesta cidade, os estabelecimentos comerciais se concentram no perímetro central, todavia, atualmente, está relativamente distante da área portuária, isto porque o porto de atracação de embarcações foi transferido para outro perímetro devido ao fenômeno das “terras caídas” que afetou a antiga área portuária.

Os estabelecimentos comerciais peruanos estão dispostos nas seguintes vias urbanas de São Paulo de Olivença: Rua Tiradentes, Escadaria ou como está no mapa na Rua Prudêncio Andion e Rua Getúlio Vargas. Sendo assim, na Rua Tiradentes se identificaram 30 estabelecimentos comerciais peruanos, dos quais 16 (dezesesseis) no lado esquerdo e 14 (quatorze) no lado direito (sentido oeste/leste) e na Escadaria 14 (quatorze); na Rua Getúlio Vargas 02 (dois) estabelecimentos em frente à igreja Matriz.

Mapa 4: Comércio peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2015-2018.

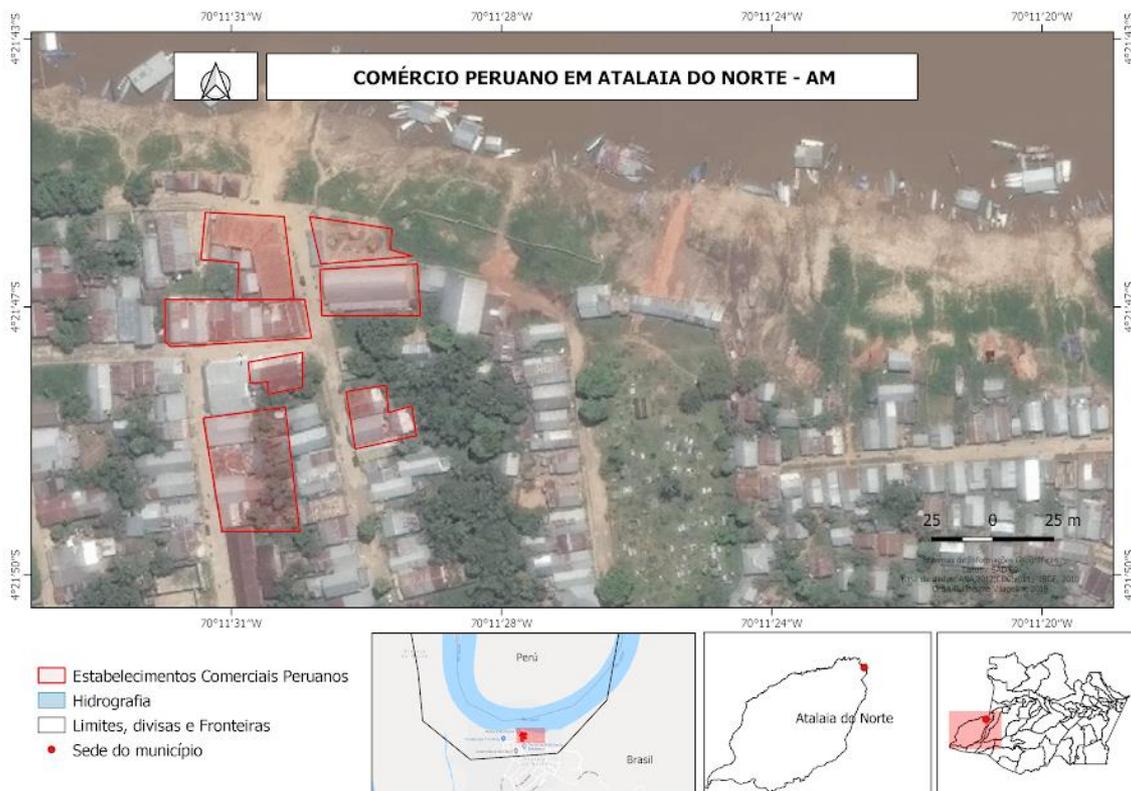


Fonte: ANA, 2012; CDC, 2011; IBGE, 2010. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
Org.: SOUZA, 2019.

Outra cidade do Alto Solimões que também apresenta a mesma característica com aglomeração de estabelecimentos comerciais peruanos situados na área portuária é Atalaia do Norte. Nesta cidade se identificou um total de 20 (vinte) estabelecimentos comerciais peruanos dispostos na Rua Costa e Silva, Rua Dez de Maio, Rua Costa e Silva (paralela) e na lateral do Mercado Municipal.

Na Rua Costa e Silva há 06 (seis) estabelecimentos comerciais peruanos, dos quais 04 (quatro) se situam ao lado direito e 02 (dois) do lado esquerdo (sentido norte/sul); na Rua Dez de Maio se identificou 05 (cinco) no lado direito (leste/oeste); na Rua Costa e Silva (paralela) há 05 (cinco) estabelecimentos, no qual 03 (três) do lado esquerdo e 02 (dois) no lado direito; já na lateral do Mercado Municipal de Atalaia do Norte se registrou 05 (cinco) e de proprietários peruanos.

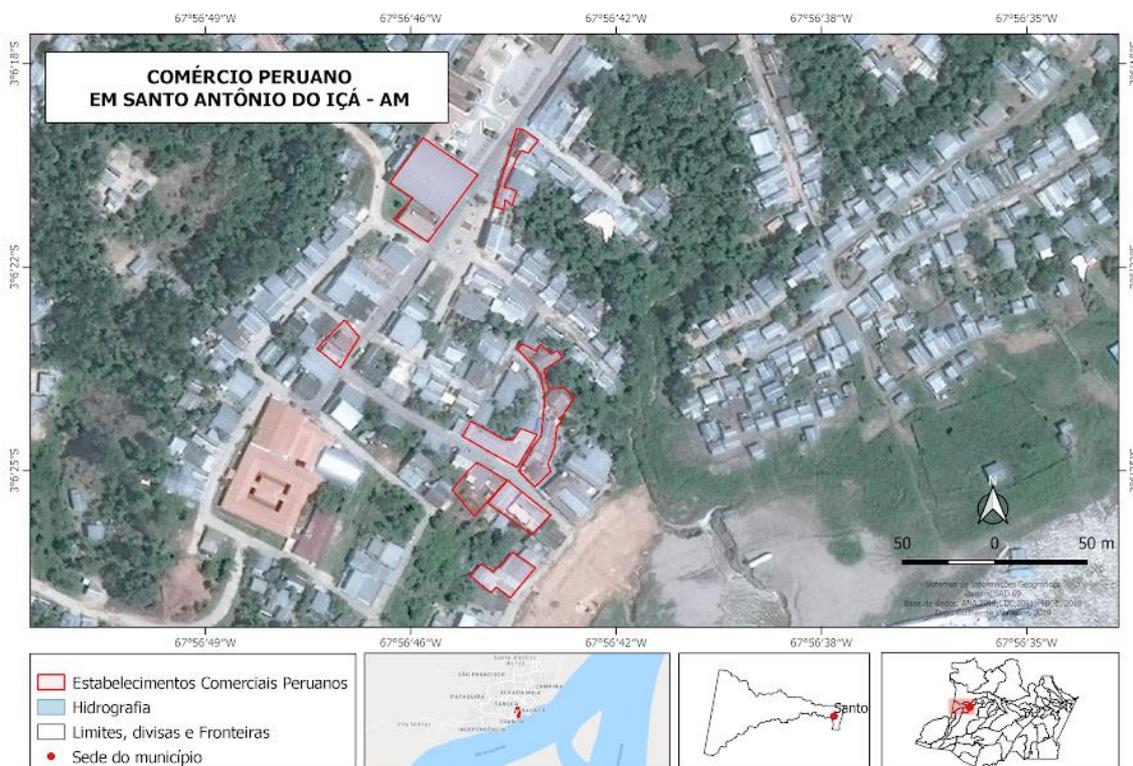
Mapa 5: Comércio peruano em Atalaia do Norte-AM, 2015-2018.



Fonte: ANA, 2012; CDC, 2011; IBGE, 2010. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
 Org.: SOUZA, 2019

Seguindo este padrão de distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais peruanos, em Santo Antônio do Içá se contabilizou o total de 23 (vinte e três) centro comerciais peruanos. Esses estabelecimentos estão distribuídos nos seguintes logradouros: rua Língua do Vulcão se identificou 12 (doze) estabelecimentos; na Rua Presidente Castelo Branco 06 (seis) estabelecimentos; na Avenida Costa e Silva 05 (cinco) estabelecimentos peruanos.

Mapa 6: Comércio peruano em Santo Antônio do Içá-AM, 2015-2018.



Fonte: ANA, 2012; CDC, 2011; IBGE, 2010. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
Org. : SOUZA, 2019.

Essa característica dos estabelecimentos peruanos é presente em cinco cidades das sete em estudo, ou seja, em geral os centros comerciais se situam em áreas do perímetro urbano próximas ao rio e ao centro histórico de cada cidade.

Já em Tonantins e Amaturá esta característica não se aplica, todavia não significa que não exista comércio de peruanos citadinos, apenas apresentam outras particularidades que iremos tratar em itens seguintes.

Deste modo, registrou-se o total de 377 estabelecimentos comerciais peruanos distribuídos pelas cidades da Região Imediata de Tabatinga, dos quais 202 estabelecimentos estão situados na cidade Tabatinga, 82 em Benjamin Constant, 46 em São Paulo de Olivença, 23 em Santo Antônio do Içá, 20 em Atalaia do Norte, 04 em Tonantins e nenhum registro em Amaturá.

Tabela 5: Quantitativo de estabelecimentos comerciais peruanos nas cidades da Região Imediata de Tabatinga, 2015-2018.

Região Imediata de Tabatinga	Estabelecimentos comerciais peruanos	Total

Tabatinga	202	377
Atalaia do Norte	20	
Benjamin Constant	82	
São Paulo de Olivença	46	
Amaturá	00	
Santo Antônio do Içá	23	
Tonantins	04	

Fonte: SOUZA, 2018.

### 1.3 Caracterização e tipologia do comércio peruano nas cidades amazônicas da fronteira.

Quanto a característica da organização física, os estabelecimentos comerciais peruanos apresentam organização peculiar, que aparentemente se observados isoladamente revelam uma desorganização no modo como se dispõem as mercadorias postas à venda. Todavia, se estendermos o olhar comparativo pelas cidades, teremos um padrão de estabelecimentos comerciais peruanos.

Em geral, estes estabelecimentos se situam em aglomerações formando extenso paredão comercial nas ruas destas cidades. Apresentam a ordem do possível, são pequenos imóveis construídos em madeira com fachada envelhecida e desbotada pelas intempéries do tempo, em cobertura de zinco, quase sempre não existe o nome fantasia que os identifiquem, com predominância de lona azul para proteção do sol ou em muitos casos esta serve de local possível para exposição das mercadorias.

Em Benjamin Constant, observamos a consolidação dos comércios e a melhoria dos estabelecimentos, o que pode apontar para uma tendência.

Figura 1: Mosaico de paredão comercial peruano nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga, 2016 e 2017.



Foto: SOUZA, 2016-2017.

Quanto a disposição das mercadorias, elas aparentam multiplicidade de objetos espalhados nas diversas áreas do estabelecimento comercial, ou seja, podem ser dispostas nas paredes, penduradas no teto, no canto, em plataformas de madeiras suspensas e ao longo das calçadas, o que possibilita identificar o estabelecimento peruano de longe.

Em cidades como Benjamin Constant, em períodos nos quais a sazonalidade do rio extrapola as médias e as águas invadem o perímetro urbano e comercial, as plataformas dos estabelecimentos comerciais vão se moldando em suspensão de acordo com a elevação do nível das águas.

Figura 2: Estabelecimento comercial peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2016.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Tanto em Tabatinga, quanto em Benjamin Constant, em Atalaia do Norte, bem como em São Paulo de Olivença, ou ainda em Tonantins, características tais como: diversidade de mercadorias ofertadas, organização das mercadorias em locais possíveis, não utilizam vitrines para amostra, são predominantes na paisagem. De tal modo que recebem denominação característica dos moradores locais, como em Benjamin Constant, a área predominante desses estabelecimentos já foi conhecida como *shopping dos peruanos*, ou em São Paulo de Olivença como a *Letícia*, em referência à cidade colombiana conurbada a Tabatinga.

Essas áreas em que se fixam os imóveis utilizados pelo comércio peruano geralmente são áreas desvalorizadas pela especulação imobiliária. Em Benjamin Constant, a área de concentração comercial é passível de inundações fluviais anuais ou de desabamento da encosta do relevo, já em São Paulo de Olivença o local em que se concentram atualmente é um perímetro, que outrora, foi isolado pela defesa civil devido ao problema ocasionado pelo fenômeno das *terras caídas* e que os proprietários foram indenizados e realocados para outra região da cidade. Todavia, a área que foi isolada e não desabou imediatamente, proporcionou aos donos brasileiros a revenda por preços abaixo da média aos comerciantes peruanos, que atualmente ocupam a área da escadaria.

Aqui é possível se fazer a articulação mais ampla e buscar na perspectiva de Milton Santos (2004), no livro *O espaço dividido*, de como esta economia local se articula numa dimensão mais geral.

A economia urbana mundial, para o autor, apresenta em dois circuitos principais, o circuito superior e o circuito inferior. A partir da adaptação do modelo do circuito inferior que se relaciona ao setor terciário se percebem características semelhantes ao comércio realizado pelos peruanos na fronteira, como por exemplo, as pequenas dimensões físicas dos estabelecimentos, multiplicidade de serviços, pulverização de atividades, estoques reduzidos, despesas com publicidade quase inexistentes, densidade das lojas corresponde à capacidade de deslocamento da clientela a pé, espaço de morar contíguo ao espaço do comércio, venda de equipamentos eletrônicos de baixa qualidade, trabalho intenso e instável, longa jornada de trabalho, sistema de negócios sem utilização de cartão de crédito ou débito com venda exclusivamente à vista, mão de obra exclusivamente familiar, e atividade sem legalização, informal.

Tais características são as que predominam, porém não se constituem como totalidade nas cidades amazônicas. Já sendo possível identificar estabelecimentos peruanos que se constituem como grandes comércios na escala regional e para o padrão da cidade, isto é, que se constituem como empresas formais e que se organizam a partir das modernas técnicas empresariais articuladas ao circuito nacional e informalmente internacional.

Nesse sentido, podemos citar diversos segmentos oriundos da presença do comércio peruano, como a moeda, transporte, vestimenta, música, material de construção, frutas e verduras, eletrônicos e produtos agrícolas. Há também os serviços como hotelaria, confecções, cabeleireiros, autopeças, e restaurantes que se enquadram num aspecto mais formal da economia.

Conforme Silva (2012), os imigrantes peruanos, seja em Tabatinga, seja em Manaus, seja em Boa Vista ou Pacaraima, começam como vendedores ambulantes pelas ruas e feiras livres e depois abrem pequenos negócios, voltados, em geral, para o mercado do artesanato, de roupas, de bijuterias, de gastronomia, de movelaria, de hortifrutigranjeiros e de serviços em geral.

De acordo com Machado (2014), é possível demarcar o desenvolvimento gradual dessas redes em estágios, sendo mais desenvolvida de acordo com duas variáveis: a proximidade da fronteira com o Peru e o tamanho relativo da cidade. O autor salienta que o primeiro estágio é a presença de ambulantes e regatões nas cidades, ou seja, depois há a

concretização em pontos fixos de tendas comerciais, tais como redes de parentesco, introdução de itens manufaturados, e expansão comercial para outros setores.

Em contexto mundial, o comércio informal é caracterizado principalmente pela facilidade de os indivíduos iniciarem a atividade, pois requer baixo capital para início dos negócios e pouca ou nenhuma especialização.

Neste setor, geralmente se utiliza mão de obra intensivamente, absorvendo considerável parte dos desempregados (BIJLMER, 1989). Nesse sentido, Bijlmer (1989) sugere uma tipologia do comércio informal baseada na estratégia de trabalho e na utilização do espaço público: os vendedores estacionários - presos a um local fixo onde os seus clientes os procuram; os vendedores móveis - operam regularmente em um número definido de localidades em um mesmo dia, atendendo aos clientes que os esperam nestes locais em horas específicas do dia; vendedores ambulantes e itinerantes - não operam em nenhum local fixo.

Em pesquisa anterior utilizamos tipologia semelhante para classificar o comércio dos imigrantes peruanos na cidade de Benjamin Constant. De acordo com esta tipologia, Souza (2014) expõe que o comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos é classificado em subinformal, informal e formal.

No segmento subinformal encontram-se os peruanos que não possuem estabelecimento fixo e documentação para exercer atividade comercial: produtores agrícolas e ambulantes. Os primeiros são agricultores oriundos do vale do Javari e de assentamentos agrícolas, possuem embarcação própria para transporte da produção agrícola e comercializam seus produtos nas imediações da feira, do mercado público ou na balsa flutuante do porto da cidade, geralmente em horário matutino.

Já os comerciantes peruanos ambulantes podem ser agrupados em dois tipos, os que já possuem uma área prévia de atuação, geralmente no porto à espreita de passageiros das embarcações com destino à capital; e os que se deslocam pelo centro e por bairros afastados. Ambos apresentam a característica de usar o próprio corpo como vitrine de exposição para carregar produtos importados oriundos de centros urbanos.

No segmento informal, encontram-se os comerciantes peruanos que desenvolvem suas atividades comerciais em pequenas tabernas (fixos), instalações precárias, conjugado de estabelecimento comercial e residencial, os proprietários ainda não possuem documentação de naturalização brasileira. As tabernas são alugadas, possuem alvará de funcionamento e vigilância sanitária, pertencem a brasileiros ou a peruanos naturalizados e a comercialização compreende de mercadorias importadas.

No segmento do comércio formal, os comerciantes peruanos possuem visto de legalidade permanente no Brasil. Apresentam residência própria distinta do prédio comercial geralmente em alvenaria e com área para depósito de mercadorias, funcionam com o alvará da prefeitura municipal de Benjamin Constant. Estabelecimentos comerciais de maior porte e de mercadorias especializadas oriundas dos diversos centros urbanos brasileiros (SOUZA, 2014).

De acordo com a tipologia anterior, juntamente com os dados de campo realizados na presente pesquisa, identificou-se que estes comerciantes seguem padrão de atividade econômica, iniciam com as atividades na informalidade e aos poucos vão se adaptando às leis e regras do país e ampliando suas atividades.

Mesmo considerando que qualquer tipificação é incompleta e possibilita equívocos decorrentes das leis locais e de como se dá a inserção do migrante no lugar, apresenta-se nesta pesquisa uma tipologia para melhor agrupar as características do comércio realizado pelos peruanos nas cidades em destaque.

Para tanto, os diferentes tipos de comércio foram agrupados da seguinte forma: comerciantes formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinho, lojas de vestuário); comerciantes informais (pequenas tabernas, comércio de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos); e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes e agricultores vendedores de produtos agrícolas) (SOUZA, 2015).

Não se trata de verificar a legalidade ou não das atividades comerciais, mas o tipo e o modo como se integram na rede de circulação de mercadorias e serviços existentes. Partindo desta premissa, vamos tipificar este comércio na seguinte sequência: formal, informal, subinformal e comércio itinerante. Nesse sentido, insere-se a tipologia de comércio itinerante como a atividade comercial que se enquadra em transição pelas demais tipologias.

#### Comércio formal

Considera-se na presente pesquisa como comércio formal os comerciantes peruanos que possuem visto de permanência no Brasil, e seus estabelecimentos funcionam com o alvará da prefeitura ou do órgão responsável por fiscalização. As dimensões físicas dos estabelecimentos comerciais no segmento formal são bem maiores do que os outros segmentos (subinformal e informal).

Os comerciantes peruanos desse segmento já residem há muito tempo na cidade onde desenvolvem suas atividades econômicas, mais de quinze anos, em muitos casos, estes comerciantes são importantes fontes históricas para reconstrução de paisagens históricas de

formação urbana amazônica. Estes comerciantes passam gradualmente por estágios de subinformalidade, informalidade e formalidade. Porém, em alguns casos já se verificam comerciantes peruanos que chegam às cidades capitalizados e montam grandes estabelecimentos comerciais, em pouco tempo já apresentaram patrimônio de estabelecimentos diversos.

Nessa tipologia há outras características para os comerciantes peruanos, como prédios comerciais de madeira ou alvenaria com galpão para depósito, e de maior extensão espacial, com um ou dois andares. Os comércios são segmentados com maior nível de especialização como hotelaria, confecções, restaurante, salão de beleza.

Estes estabelecimentos são ambientes específicos ao comércio, pois as residências se localizam em outras áreas. Apresentam melhor padrão de organização com nome fantasia na fachada, venda no crediário, com vitrines, funcionários locais contratados, cumprem horário de atendimento regular.

Figura 3: Estabelecimento comercial peruano em São Paulo de Olivença-AM, 2017.



Foto: SOUZA, julho de 2017.

Na imagem acima observe na parte superior, típico estabelecimento formal fechado, na lateral esquerda entrada para o hotel, no total, três prédios situados em outras áreas da

cidade. Na parte inferior da figura, atividade de comércio de crediário com vitrine, nome fantasia, *manequim*, calçada em cerâmica e funcionário local para atendimento.

### Comércio informal

Nessa tipologia incluem-se os comerciantes peruanos de migração recente, menos de 10 anos, possuem estabelecimentos fixos, lojas e/ou tabernas com ou sem alvará de funcionamento da prefeitura. Em geral, os prédios pertencem a brasileiros que os alugam. Neste caso, os comerciantes peruanos não possuem visto de permanência no país.

As características dos estabelecimentos comerciais são espaços físicos reduzido a instalações precárias de madeira, coberturas de zinco, não havendo separação entre comércio e residência, tanto um como outro se desenvolve no mesmo espaço. Os prédios são juntos, em alguns casos germinados, observados à distância, a multiplicidade de estabelecimentos na paisagem parecem compor prédio único.

A mão de obra são os próprios componentes da família. Quase sempre o pai gerencia o comércio, a mãe e os filhos são ajudantes como atendentes. Utilizam também mão de obra de parentes e amigos migrantes que chegam às cidades, até que estes se estabeleçam como vendedores ambulantes, e iniciem seus próprios negócios.

Figura 4: Mosaico de comércio informal peruano nas cidades a Região Imediata de Tabatinga-AM, 2016-2017.



Foto: SOUZA, 2016-2017.

Devido as condições de relativa irregularidade com documentação, estes comerciantes relatam a preocupação constante com a fiscalização da polícia federal, os quais confiscam suas mercadorias sem dar muitas explicações, principalmente quando se tratam de combustíveis, materiais de construção e veículos.

O estoque das mercadorias é reduzido e renovado periodicamente, não vendem à crédito nem no cartão, somente à vista e no dinheiro, não apresentam preocupação ou gasto com publicidade, praticamente não existe fachada com letreiro de identificação com o nome fantasia do estabelecimento.

### Comércio subinformal

Os comerciantes na tipologia subinformal não possuem estabelecimento comercial fixo, podem vender seus produtos no chão das feiras, nas imediações de mercados públicos, ou balsas flutuantes nos portos fluviais.

Nesse sentido, agrupamos os comerciantes na categoria subinformal: os vendedores ambulantes e os produtores agrícolas peruanos.

Figura 5: Mosaico comércio subinformal nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga-AM, 2016-2017.



Foto: SOUZA, 2016-2017.

Na figura acima, no canto superior esquerdo, situar-se um vendedor em Benjamin Constant de produtos energéticos vitamínicos em veículo empurrado por ele mesmo. No

superior e inferior direito em Tabatinga, o típico ambulante peruano em atividade na rua ou dentro de embarcação. No canto inferior esquerdo, comércio de vestimentas disposta em lona azul na parede de um estabelecimento comercial em Atalaia do Norte. Estes se caracterizam pela falta de documentação pelo aspecto transitório de suas atividades e do uso do espaço, sem estabelecimento comercial fixo, porém atuam em locais específicos de maior intensidade de movimento da população das cidades.

Já os produtores agrícolas peruanos estão ligados à prática religiosa israelita, apresentam características similares de falta de documentação para exercer atividade no Brasil, aspecto transitório no espaço de atuação, porém estes são voltados para comercialização de produtos agrícolas.

Abastecem ainda, principalmente as cidades brasileiras de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, eles também foram identificados em São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá em menor intensidade de presença comercial.

Figura 6: Mosaico de comércio de produtores agrícolas peruanos nas cidades que compõem a Região Imediata de Tabatinga-AM, 2016-2017.



Foto: SOUZA, 2016-2017.

No mosaico acima, há o comércio dos produtores agrícolas em Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença. Estes comerciantes vendem predominantemente frutas, verduras, animais de criação, e carne de caça.

### Comércio itinerante

O comércio peruano itinerante, muitas vezes, passa despercebido ao olhar do pesquisador, pois se confunde com os comerciantes ambulantes rotineiros. Contudo, estes peruanos itinerantes só atuam nas cidades em períodos específicos, já em outros possuem estabelecimentos comerciais fixos em alguma outra cidade da região ou fora do território nacional.

Nessa tipologia que destacamos como comércio itinerante, as características se assemelham ao comerciante subinformal ambulante, mas também com características do formal.

Estes comerciantes atuam em espaço transitório-fixo, estão nas cidades em períodos e se deslocam constantemente entre as cidades, porém quando chegam às cidades se estabelecem em locais fixos próximo às igrejas ou aos locais nos quais se realizam eventos de expressão regional, especialmente a festa do padroeiro, de um lado.

Por outro lado, comercializam produtos industrializados com e sem nota fiscal, alguns apresentam documentação de naturalização brasileira, outros apenas documento para atividade provisória.

Figura 7: Comércio itinerante em Tonantins – AM, 2016



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Verifica-se na imagem acima que o comércio itinerante, no aspecto físico, apresenta características de transitório, possuem apenas a cobertura e os fundos em lona azul, madeira

nova e disposição das mercadorias na ordem do possível dando a impressão de que tudo foi montado rapidamente.

Todavia, observem que existe ordenamento na disposição dos estabelecimentos, e na delimitação conurbada.

Figura 8: Paredão inverso de estabelecimentos comerciais itinerantes em Tonantins-AM, 2016.



Foto: SOUZA, julho 2016.

Essa imagem denota o teor provisório do paredão azul de lona armada dos estabelecimentos comerciais itinerantes, montados em direção oposta a Praça de Tonantins e de frente para rua. Este comércio só aparece em Tonantins nos dias específicos dos festejos do padroeiro da cidade, bem como nas demais cidades da região. Este item será tratado com maior detalhes no terceiro capítulo.

De acordo com o IBGE (2010), são registrados apenas quatro imigrantes naturalizados na cidade de Tonantins, e realmente estes imigrantes foram encontrados no ramo comercial, os quais fazem parte do comércio fixo da cidade.

Porém, também foram identificadas em dias excepcionais 14 barracas montadas do comércio peruano, além de outros comerciantes ambulantes que dispunham suas mercadorias no gramado ao longo da praça.

Na figura a seguir visualiza-se o estabelecimento comercial peruano formal e ao fundo os estabelecimentos comerciais itinerantes em Tonantins.

Figura 9: Comércio formal e comércio itinerante em Tonantins – AM, 2016.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Ao analisar os dados estatísticos e até mesmo a paisagem das cidades localizadas na Região Imediata de Tabatinga, notamos que essas apresentam muitas deficiências, carências e necessidades. Mazelas em âmbitos da economia, da saúde, do transporte. Contextos políticos, sociais e educacionais que são visíveis no arruamento caótico e no descuido com os patrimônios e instituições públicas.

Estas cidades, apesar das dificuldades do dia a dia, ainda possuem modos de vida que guardam o segredo do viver bem, do viver despreocupado com o relógio, com as datas preestabelecidas, com as grandes distâncias, pois tudo está logo ali ou “bem ali”. Isto não significa que são pessoas acomodadas ou coniventes à corrupção, talvez não sejam tão difundidos os atos de rebeldia e reivindicação desses amazônidas.

Nestes lugares, a vida está ao seu alcance, no ir e vir a pé ou de canoa, apesar da falta de segurança tão consolidada no mundo. Nelas ainda é possível caminhar aos finais de tarde, ir até a igreja ou até a praça com a família e desfrutar do reencontro com amigos.

Além disso, há a prática do esporte em ginásio ou campo de terra batida, dádiva cotidiana que dificilmente vai revelar algum astro mundial do futebol, voleibol ou handebol, mas revela seus astros e estrelas locais que guardam histórias de torneios e campeonatos memoráveis.

Nestas cidades, o imigrante está logo ali, faz parte da vida, é necessário à vida, é um instrumento de resistência às necessidades locais. Nesse sentido, pensar estas cidades no

âmbito do limite territorial e da fronteira, significa observar as forças que geram e movimentam as lógicas globais e se estabelecem a partir de especificidades locais. É isto primordial para o entendimento da vida amazônica.

No capítulo que se segue discutiremos a importância do comércio na conformação dos limites territoriais, bem como buscaremos resgatar a história desse comércio na região para compreender a presença do imigrante nessas cidades. Analisa-se nesse percurso a lógica global que impulsiona a migração, e como estes imigrantes se inserem e se adaptam aos costumes locais.

## CAPÍTULO 2 – A FRONTEIRA, O COMÉRCIO E OS IMIGRANTES

A fronteira Brasil, Peru e Colômbia apresentam especialmente para o migrante que desenvolve atividade e para aqueles moradores que acessam esse serviço dinâmicas diferentes do que tem sido discutido na atualidade sobre fronteiras e imigrantes. Todavia, este tem sido tema que se impõe nos debates que envolvem as agendas mundiais. Seja nos noticiários de tv, jornais e revistas, impressos ou eletrônicos, seja nas mídias sociais, a temática faz parte da dinâmica atual.

Zygmunt Bauman (2017) analisa a “crise migratória” na Europa e nos fala sobre uma espécie de “pânico migratório” que é estimulado pelos discursos políticos e mídia em geral.

Os noticiários de TV, as manchetes de jornal, os discursos políticos e os tuítes da internet, usados para transmitir focos e escoadouros das ansiedades e dos temores do público, estão atualmente sobrecarregados de referências à “crise migratória” - que aparentemente estaria afundando a Europa e sinalizando o colapso e a dissolução do modo de vida que conhecemos, praticamos e cultivamos. Essa crise é hoje uma espécie de codinome politicamente correto para a fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos humanos (BAUMAN, 2017, p. 7).

Bauman, no capítulo inicial, analisa as características da “crise migratória” na Europa e os abusos que são cometidos em nome dessa crise, salienta que o impacto das notícias quase chega a provocar um “pânico moral” e de que estamos próximos ao ponto de “fadiga da tragédia dos refugiados”. Argumenta que infelizmente o destino dos choques é transformar-se na rotina tediosa da normalidade:

Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem os migrantes como batatas quentes às injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança - todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência no ‘noticiário’ (BAUMAN, 2017, p. 8).

Em contexto mundial, Michel Foucher (2009) nos chama à reflexão sobre a ideia falsa e perigosa de globalização, pautada na concepção de que um mundo mais fluido economicamente resultaria na extinção das fronteiras. Entretanto, o autor alega que vivemos o oposto de uma fluidez econômica:

Desde 1991, mais de 26 mil quilômetros de novas fronteiras internacionais foram instituídos, outros 24 mil foram objeto de acordos de delimitação e de demarcação e, se todos os programas anunciados de muros, cercas e barreiras metálicas ou eletrônicas fossem levados a cabo, se alongariam por mais de 18 mil quilômetros. Nunca se negociou, delimitou, demarcou, caracterizou, equipou, vigiou e se patrulhou tanto. As fronteiras terrestres e marítimas tornaram-se, mesmo em tempos de paz, um próspero mercado para as empresas de segurança eletrônica e para os escritórios de advocacia em arbitragem internacional (FOUCHER, 2009, p. 9).

Foucher enfatiza que o mundo contemporâneo é estruturado por 248 mil quilômetros de fronteiras políticas terrestres e 332 fronteiras entre Estados, as quais ele chama de *díades*, ou seja, limites comuns a dois Estados contíguos.

Nesse sentido, pensar sobre a temática fronteira em contexto mundial e local já pressupõe um problema, pois o que é fronteira? A fronteira limite entre duas pessoas, dois objetos, duas ou mais formas de pensar, a econômica de exploração, ou a transcendental que subjetivamente torna o outro seu objeto? Pois, o que é a fronteira espacial se não a materialização dos limites subjetivos. O que é viver na fronteira? Seria viver no limite do legal e ilegal das formas jurídicas estabelecidas? A fronteira entre o fim e o começo do mundo, ou além do fim do mundo? E o que é viver na fronteira enquanto espaço de relações econômicas entre sujeitos de diferentes Estados-Nação?

Nessa área de Amazônia Brasileira em que se destacam como fronteira, cidades e seres visíveis e invisíveis, materialidades e imaterialidades dinamizadas por regras longínquas, mas que atendem as especificidades da vida local. Aqui as virtualidades de circuitos econômicos mensuráveis encontram as virtualidades de seres transcendentais, de sujeitos e objetos que se confundem com crenças e valores não mensuráveis.

Neste lugar, encontramos especificidades que atuam e agem como resistência sobre regras e valores impostos pelo motor do sistema econômico atual. Neste pedaço de Amazônia encontram-se situações que talvez as formas de pensar vigentes não consigam traduzir a realidade que aparente monótona seja tão dinâmica que tal não perceptível aos olhos. Talvez a brandura desses seres de “fronteira para além do fim do mundo” seja sua forma de resistir.

Sendo assim, o ponto de partida é que viver na fronteira é viver no limite. Não se trata de uma metáfora, pois se está no limite de Estados-Nação. Viver como imigrante em qualquer lugar é estar numa contradição, no caso específico, de permanente ressignificação de valores.

Deste modo, viver como comerciante imigrante numa área de fronteira é lutar cotidianamente para resistir aos olhares e ser apontado como culpado das mazelas do lugar, suportar a saudade de sua terra natal que o “expulsou”, é suportar o estigma do transitório, do estrangeiro, do alienígena territorial, daquele que furta as possibilidades e aumenta a pobreza local.

Os comerciantes que vivem nessa fronteira e carregam o estigma de serem imigrantes e outros mais, sobrevivem e contribuem para a circulação de mercadoria e o abastecimento das cidades. A problemática que se tenta compreender no âmbito da discussão epistemológica está no ensejo de entender a resistência desse grupo de comerciantes imigrantes. Um grupo

que vive no limite da e na fronteira, e que talvez seja a razão da existência e resistência da e na fronteira.

Assim, a tese identifica as questões objetivas do comércio exercido pelos imigrantes peruanos, tais como: quantidade, quando chegaram, onde se localizam, a forma, o que vendem, de onde compram, a logística, como vendem. Para além das questões objetivas há a rede de relações comerciais e de parentescos, a inserção dos imigrantes na vida da cidade, a religiosidade, os hábitos alimentares e a arte. Nisto, articulam-se as dimensões objetivas e subjetivas que dão concretude ao lugar e se conformam naquilo que Milton Santos (2014) denomina de sistemas de objetos e sistemas de ação.

O que se propõe é não olhar estes sujeitos sociais simplesmente pela ótica da objetivação, de meramente objetivá-los como estudo, mas de nos inserir nesse olhar, e entender que também somos imigrantes nessas terras. Nesse sentido, identificar, quantificar, tipificar, espacializar fazem parte do processo de análise, mas não o são como completude. A problemática que se insere é tentar traduzir a presença desses imigrantes como parte do processo de ressignificação dos novos sujeitos na Amazônia.

## 2.1 A formação da fronteira Brasil/Peru

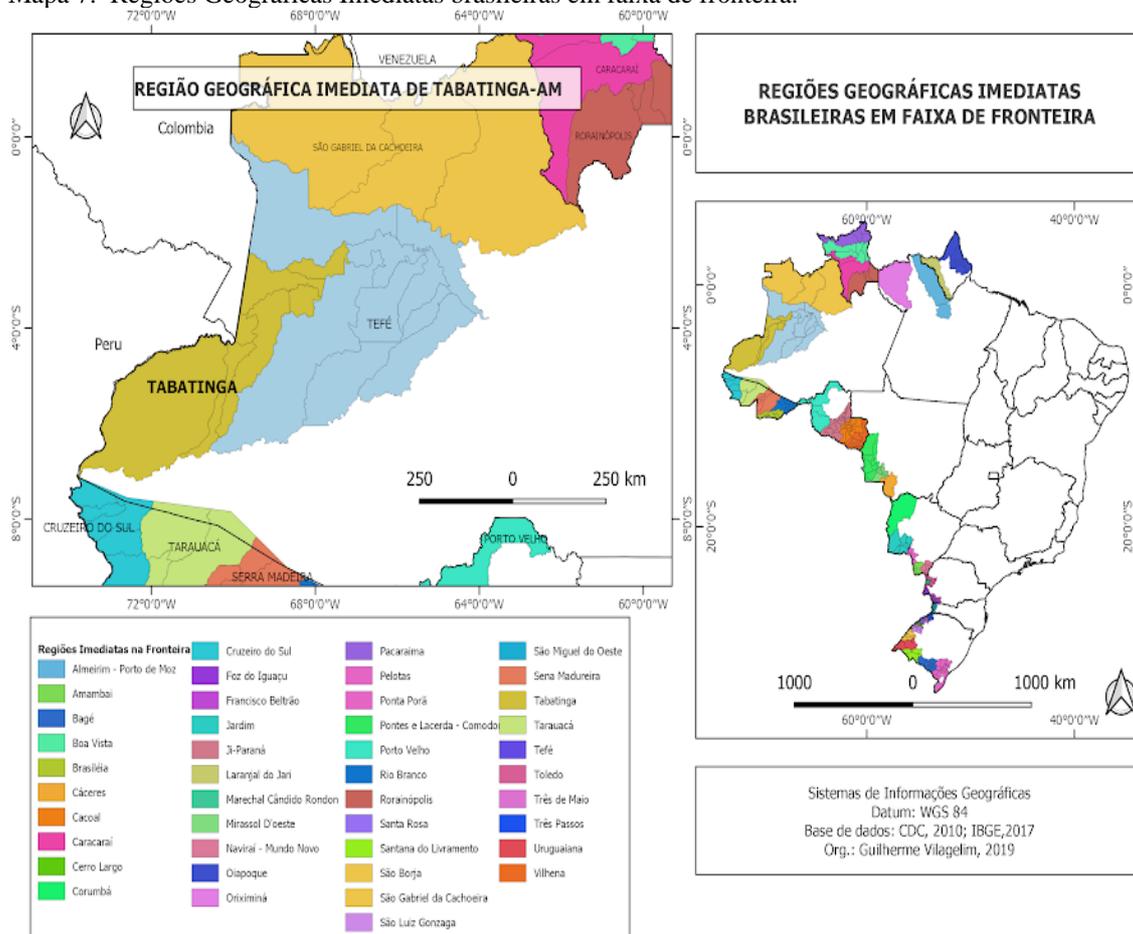
Estudar cidades localizadas em faixas de fronteira nos permite identificar pessoas, mercadorias, fixos e fluxos que interconectam diversas regiões geográficas mundiais. A fronteira é assim o *locus* de conectividade de múltiplos espaços geográficos que se materializam nas cidades. Conforme Oliveira (2000), o afastamento geográfico não impediu que as cidades amazônicas sofressem a influência de um contexto cultural mais amplo, pois os homens não produzem suas culturas isoladas de outras.

Estudar estas cidades amazônicas remete pensar lugares que carregam em seu bojo diversidades e especificidades em diferentes escalas. Áreas que vão além do limite geográfico, da soberania restrita ou relativa de um país, ou atendem interesses em contextos geopolíticos, mas que contém espacialidades produzidas a partir da vivência de seus moradores que muitas vezes são desprezadas por não fazerem parte da superestrutura, pois estão inseridas na vivência de cada um.

Isto decorre, de certo modo, por ter a Amazônia, em especial a Amazônia ribeirinha, saído do esquecimento e entrou noutro em que todos falam dela, todos dão opinião sobre ela, porém preferencialmente à distância. Do romantismo, sobre as belezas naturais como se fosse um museu em que todos querem protegê-la, ao utilitarismo da “fronteira de recursos”, em que tudo é recurso a ser explorado para produzir riquezas.

Essa tese não se coloca em extremo, parte da vivência do pesquisador na Amazônia para analisar suas cidades, mais precisamente as localizadas na faixa da fronteira oeste do Brasil, as quais Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins, cidades que fazem parte da região imediata de Tabatinga.

Mapa 7: Regiões Geográficas Imediatas brasileiras em faixa de fronteira.



Fonte: CDC, 2010; IBGE, 2017. Elaborado: VILAGELIM, 2019.  
Org.: SOUZA, 2019.

Em linhas gerais, os conceitos de limite territorial e fronteira são considerados sinônimos, todavia se faz necessário pontuar as diferenças. De acordo com Lia Osório Machado (1998), primeiro está no sentido do perímetro físico, contém a ideia de separação entre territórios nacionais, já o segundo se relaciona com a ideia de faixa, ou área de contato do limite territorial.

De acordo com Foucher (2009), a palavra *frontière* [fronteira] é, em francês, o adjetivo feminino vindo do substantivo *front*: *front*, *frontier*, *frontière*, que traz a conotação relativa ao fronte de batalha e do inimigo de guerra. Para o autor, as fronteiras são instituições

políticas que operam com escalas distintas e nem sempre complementares, descontinuidades territoriais com a função de marcação política.

Nesse sentido, Foucher afirma que “não há identidade sem fronteiras”, ou seja, a ordem política moderna implica o reconhecimento, validado como internacional, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana.

Mario Valero Martinez (2002) afirma que as fronteiras são espaços de integração de vital importância para a difusão de valores em contexto global, as quais adquiriram polifuncionalidade que transcendem seu tradicional uso como limite e delimitação jurídico-política no sentido de segurança e defesa.

Para Menezes (2009), por faixa de Fronteira define-se o intervalo entre dois extremos ou limites dados. Rizzi e Balardini (2012) afirmam que o termo limite designa o ponto extremo, imaginário, daquilo que mantém coesa uma unidade político territorial, e que as diferenças fundamentais se referem ao fato de a fronteira estar orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas).

Para Fábio Régio Bento (2009), as fronteiras são constitutivas da vida social, não significam necessariamente divisão, mas distinção. Este autor distingue as Fronteiras em físicas ou culturais, no qual as fronteiras físicas (*stricto senso*) são orientadas pela lei e controladas pela polícia de fronteira e funcionários da aduana, e as fronteiras culturais (*lato senso*) são nômades e extrapolam as bordas do território. Estas fronteiras físicas e culturais são fronteiras em movimento.

Zárate Botía (2008) afirma que há três formas conceituais principais de estudo da fronteira, a primeira que associa a fronteira com limites político-administrativos (fronteira-limite), o segundo de cunho aproximado com o discurso geopolítico associa a fronteira à zona de avanço da frente de colonização (fronteira-frente de expansão), e o terceiro associa à fronteira com sociedade de fronteira (fronteira-sociedade-transnacional).

No Brasil se considera como faixa de fronteira o perímetro correspondente a 150 km de largura a partir do limite territorial entre Estados-Nação. De acordo com o IBGE (2010), no estado do Amazonas existem 21 municípios localizados em área de fronteira, o referido instituto classifica estas cidades respectivamente como cidades em faixa de fronteira e cidades em linha de fronteira.

Entendemos, neste sentido, que as cidades em linha de fronteira são cidades localizadas dentro do perímetro de 150 quilômetros em território nacional em contato terrestre direto com um território internacional, em algumas situações são cidades conurbadas (cidade-gêmea) a cidades pertencentes a um território internacional.

Já as cidades em faixa de fronteira são aquelas localizadas dentro do mesmo perímetro de 150 quilômetros, porém não estão em contato terrestre direto com território internacional. Nesse sentido, dentre as observadas em análise, temos Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, e Tabatinga como as em linha de fronteira, ressaltando que Tabatinga é uma cidade-gêmea, conurbada com Letícia - Colômbia. Já São Paulo de Olivença, Amaturá, e Tonantins se localizam em faixa de fronteira.

Quadro 1: Lista de municípios situados em faixa e linha de fronteira.

	Amazonas (AM)	Código IBGE	Classificação	População 2010
1	Amaturá	1300060	faixa de fronteira	9.467
2	Atalaia do Norte	1300201	linha de fronteira	15.153
3	Barcelos	1300409	linha de fronteira	25.718
4	Benjamin Constant	1300607	linha de fronteira	33.411
5	Boca do Acre	1300706	faixa de fronteira	30.632
6	Canutama	1300904	faixa de fronteira	12.738
7	Envira	1301506	faixa de fronteira	16.338
8	Guajará	1301654	faixa de fronteira	13.974
9	Ipixuna	1301803	faixa de fronteira	22.254
10	Japurá	1302108	linha de fronteira	7.326
11	Jutaí	1302306	faixa de fronteira	17.992
12	Lábrea	1302405	faixa de fronteira	37.701
13	Nhamundá	1303007	faixa de fronteira	18.278
14	Pauini	1303502	faixa de fronteira	18.166
15	Santa Isabel do Rio Negro	1303601	linha de fronteira	18.146
16	Santo Antônio do Içá	1303700	linha de fronteira	24.481

17	São Gabriel da Cachoeira	1303809	linha de fronteira	37.896
18	São Paulo de Olivença	1303908	faixa de fronteira	31.422
19	Tabatinga	1304062	cidade-gêmea	52.272
20	Tonantins	1304237	faixa de fronteira	17.079
21	Urucará	1304302	faixa de fronteira	17.094

Fonte: IBGE, 2010.

Estas cidades localizadas na faixa ou linha de fronteira são as portas de entrada e de saída de objetos reais e virtuais que transitam no mundo. Portanto, nestas se encontram em graus e escalas diferenciadas vestígios da civilização atual, sejam eles bons ou ruins. De acordo com Bertha Becker, elas são:

Pontos estratégicos de afirmação da soberania nacional, essas cidades dificilmente podem ser vistas dentro de uma perspectiva apenas nacional ou interna, pois elas constituem, via de regra, pontos avançados de subsistemas rodoviários, aeroviários e hidrovários que conectam, de forma mais ou menos precária, uma série de cidades de grande expressão local-regional (...). Como lugar de convergência de redes de relações, as cidades gêmeas rompem com as delimitações fronteiriças oficiais fundadas nas soberanias nacionais, e são mais ativas quando localizadas em fronteiras tripartites. Sua presença relativiza também o peso das condições naturais na caracterização das fronteiras políticas amazônicas (BECKER, 2009, p. 59).

Destacam-se, nesse sentido, dois pontos de análise, o aspecto da soberania nacional e das relações econômicas que se estabelecem e extrapolam os limites territoriais dos respectivos Estado-nação. Para melhor entender a importância estratégica dessas cidades amazônicas no contexto da soberania nacional se faz necessário compreender a formação histórico geográfica que apreende esta região. Nesse sentido, temos alguns pontos a destacar: os acordos e conflitos entre as nações de Portugal e Espanha, a ocupação tardia da região, as intempéries da região e a presença marcante do nativo.

Os primeiros habitantes dessa área, como em toda a América, foram os indígenas que se compunham de diversas etnias, das quais a predominante no Alto Solimões eram os cambebas “cabeças-chatas”, além de outros grupos indígenas oriundos da floresta andina e de outras áreas (Ticuna e Cocama). Em relatos históricos descrevem-se a variedade de grupos nativos, e o movimento contínuo de indígenas que transitavam nos rios dessa região.

Enquanto processo de expansão territorial colonial, a Amazônia passou por processo de disputas, inicialmente entre impérios coloniais e depois entre novos Estados-Nacionais,

em seguida, “enquanto território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores, a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente para assegurar a exploração”, por último, esta população foi também disputada como “contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho de colonização” (NOGUEIRA, 2007, p. 153).

O primeiro acordo dividiu e estipulou marcos e limites territoriais no novo continente e se refere ao Tratado de Tordesilhas, neste tratado firmado entre Espanha e Portugal a área que compreende a calha do rio Amazonas estava sob o domínio jurídico da Espanha, porém quem realmente se apropria desse espaço é Portugal.

Seja Américo Vespúcio, como querem alguns, seja Vicente Yañes Pinzón, como afirmam majoritariamente outros, o fato é que o rio Amazonas foi descoberto em 1499, ou 1500 por navegantes a serviço da Espanha. A linha de Tordesilhas podia passar pela foz, mas o leito do rio estendia-se sem dúvida pelo lado oeste, isto é, espanhol, do meridiano; mas, por motivos que serão vistos, foi Portugal quem se apossou das duas margens e da maior parte da enorme bacia do Amazonas (GOES FILHO 2015, p. 167).

O principal fator que gerou a situação da apropriação do espaço amazônico pela coroa portuguesa foi a falta de interesse da coroa espanhola e das demais potências mundiais da época. Esta região não apresentava vantagens comerciais imediatas, sendo que a Espanha estava interessada na riqueza encontrada na região andina. Os espanhóis, depois de chegarem a região que hoje corresponde ao México (1514) e ao Peru (1527), se preocuparam em assegurar da riqueza surpreendente dos astecas e dos incas, encontrariam, em 1554, o célebre *cerro de Potosí*, de onde extraíram as milhares de toneladas de prata que iriam revolucionar a economia europeia (GOES FILHO, 2015).

Paralelo a falta imediata de interesse econômico, destacam-se também as intempéries encontradas no âmbito do reconhecimento e exploração da região. O litoral norte da América do Sul no trecho hoje brasileiro e guianense não foi ocupado no século XVI, apresentando dificuldades para o estabelecimento humano, com costas quase desérticas no Ceará, de baixios nas proximidades do delta amazônico e de mangues nas Guianas (GOES FILHO, 2015).

Concomitante a esses fatores, temos a presença marcante do nativo que lutou para defender suas terras e sua vida, resistindo o possível às investidas das duas coroas. A presença do nativo foi decisiva em determinados momentos, com ênfase nos momentos de reconhecimento da região, no que se refere em particular à coroa espanhola, como no evento

da morte de um comandante reconhecido na conquista do Peru e primeiro a realizar a navegação completa do Amazonas a partir dos Andes, Francisco de Orellana.

Depois dessa primeira viagem, Orellana, já com o título de ‘Governador e Capitão-General das terras que descobrisse’, organizou na Espanha, em 1546, uma expedição para conquistar e povoar a região. Se tivesse tido êxito, talvez a Amazônia toda fosse hoje dos herdeiros dos espanhóis; mas fracassou. Desde o início, a má sorte o acompanhou. Já nas proximidades de Cabo Verde, perdeu 98 dos trezentos tripulantes. Uma das naus desapareceu para sempre, perto da costa norte do Brasil. Finalmente, o próprio conquistador, tentando negociar os baixios da foz do Amazonas e ir à ilha Margarita, onde pensava refazer sua frota, foi flechado e morto pelos índios (GOES FILHO, 2015, p. 170).

Setenta e cinco anos depois da viagem de Orellana, fundam os portugueses, na foz do Amazonas, o Forte do Presépio, origem da povoação de Nossa Senhora de Belém, o que permitiu a ocupação futura da maior parte do rio e de seus afluentes. Todavia, essa ocupação foi paulatina e de grandes dificuldades, pois nas primeiras décadas de Belém ocorreram lutas constantes com estrangeiros (holandeses, ingleses e franceses) e índios hostis.

Podemos inferir que as fronteiras constituídas hodierno são fruto de dominação colonial sobre as nações nativas, mas também de desacordos e conflitos entre os impérios, como se verifica na afirmação de Nogueira (2007), que “enquanto Portugal realizava avanços em terras espanholas pelo rio Amazonas, a Espanha tentava consolidar suas posições no Alto Orinoco, Alto rio Negro e Alto Amazonas”.

No que se refere ao Alto Amazonas, a Espanha buscava avanços contínuos tendo como marco principal o assentamento urbano de Ega (Tefé) e nesse trecho São Paulo dos Cambebas (São Paulo de Olivença).

Nesse sentido, se pode afirmar que a formatação das primeiras fronteiras não se deu apenas pela disputa entre nativos, portugueses e espanhóis, mas também entre outros impérios coloniais da época, tendo como fundamento primordial dessa ocupação o rio Amazonas.

A conquista e o povoamento da Amazônia se contextualizam no arriscado reconhecimento geográfico feito pelas primeiras expedições, lutas violentas travadas pelas forças luso-brasileiras, no sentido de expulsar invasores ingleses, franceses, e holandeses, que aos poucos tentavam se estabelecer na região (NORONHA, 1996, p. 53).

Ou como se observa na análise de Botía (2008),

O que se percebe é que o rio Amazonas foi um dos grandes centros de expansão Português, que foi verificada ao longo do século XVII, e que só foi possível depois de lutas prolongadas que, eventualmente, expulsaram da foz do Amazonas e de outras áreas florestais à montante, outras potências coloniais da época. Assim, ao contrário do que aconteceu na terra

governada pela coroa espanhola, o rio Amazonas desempenhou papel importante na consolidação do mundo colonial Português na América (BOTÍA, 2008, p. 256).

Apenas por volta de 1645 se conseguiu expulsar todos os estrangeiros das proximidades do delta marajoara. Com os franceses estabelecidos na Guiana (fundaram Caiena em 1634), bloqueou-se a expansão portuguesa pela costa norte, mas estava livre a entrada pelo Amazonas, que conduzia até o âmago do Continente (GOES FILHO, 2015).

Entretanto, apenas em 1637, ocorre a primeira expedição significativa para a expansão portuguesa na bacia amazônica, a qual ocorreu de jusante a montante até Quito. Esta navegação contra-correnteza foi impulsionada principalmente pela possibilidade de comércio com os espanhóis.

A possibilidade de um empreendimento dessa envergadura foi aberta pela chegada a Belém de dois leigos franciscanos espanhóis, vindos da província de Quito, numa pequena canoa. Ora, se duas pessoas e alguns poucos remadores índios tinham podido descer todo o rio Amazonas, por que toda uma armada bem equipada não poderia subi-lo? Estímulos para a viagem não faltavam; se bem sucedida, possibilitaria o comércio com os espanhóis do Peru, o acesso a uma região onde havia metais preciosos e a conquista de terras para Portugal (GOES FILHO, 2015, p. 172).

Essa expedição que se expressa pelas possibilidades no âmbito do comércio e na conquista de terras para Portugal, se torna de suma importância para o estabelecimento das bases dos limites territoriais entre as futuras nações Brasil e Peru.

Pedro Teixeira levava ordens para fundar uma povoação que marcasse o limite entre as terras portuguesas e espanholas e para tomar posse da enorme região situada a leste desse ponto, em nome do rei comum da Espanha e de Portugal, mas – o que era fundamental – para sua Coroa portuguesa. Essas instruções e a proximidade da data de separação das Coroas ibéricas fazem Jaime Cortesão ver a viagem como ligada à conspiração de que resultaria a independência de Portugal, em 1640: tratar-se-ia de assegurar a posse da maior parte do rio Amazonas, antes que se efetivasse a separação, então já prevista e desejada (GOES FILHO, 2015, p. 172).

Os frutos dessa expedição estão no âmbito inicial da fundação duvidosa, em 1639, da povoação denominada de Franciscana, supostamente localizada na foz do Aguarico, no Napo, Equador. A autenticidade desta suposta povoação é discutível, porém seus efeitos na expansão da coroa portuguesa e na configuração dos primeiros limites territoriais do Brasil são reconhecidos, pois apesar de Portugal não conseguir manter a fronteira de Franciscana, estes conseguiram no final do século XVII, fixá-la no rio Javari.

Isto ocorre na virada do século XVII ao século XVIII com o aumento no número das bases das demais colônias europeias, onde se inicia efetivamente a conquista da Amazônia.

Neste ponto, há de se destacar as formas de ocupação dos domínios coloniais de Portugal e Espanha, pois essas distintas formas de ocupação acarretaram desdobramentos de suma importância na delimitação e constituição das cidades que atualmente existem na região do Alto Solimões.

Espanha e Portugal, apesar de possuírem traços culturais comuns e compartilharem da catequese por missionários como fator principal no processo de colonização, para os espanhóis, a expansão colonial significava conquista, interessavam-se sobretudo pelo ouro e não tanto pela colonização e o comércio como os portugueses. De acordo Becker (2013), as urbes marcaram sempre o horizonte de um novo projeto na colonização portuguesa, se constituindo numa série de fortins e feitorias que lhes asseguraram uma base geopolítica essencial para o controle da bacia Amazônica.

Em síntese, o processo de colonização espanhola se dava da seguinte forma, domínio militar inicial, constituição de administração formal distribuídas aos conquistadores, coleta de impostos e catequese, o que caracterizava as denominadas *encomiendas*. Esta deficiência de uma administração política centralizada adicionado ao isolamento geográfico promovido pela muralha dos Andes, dificultou a ocupação organizada da Amazônia peruana. No ensejo de Portugal, a síntese do processo se dava também na presença militar a partir da associação de urbanizar, colonizar e civilizar (BECKER, 2013).

Em linhas gerais, tanto Portugal como Espanha, além de outras nações europeias buscavam o domínio da nova fronteira econômica e se utilizaram de manobras diversas para efetuar a colonização. Ambas exploraram os recursos disponíveis, sejam naturais ou humanos para tal além do domínio físico.

O traço marcante da Amazônia pré-colonial é a diversidade de povos, de línguas, de organização societária, enfim é a diversidade de culturas dos seus primeiros habitantes. A fartura alimentar, a densidade populacional, a vastidão de terras e a pluralidade de Nações que as ocupavam são aspectos reiterados pelos viajantes. A pobreza da dieta, o despovoamento, a qualificação das culturas indígenas num nível de inferioridade são produtos da posse e da colonização branca, tal qual a belicosidade atribuída aos povos amazônicos. A ocupação milenar da região Norte por esses povos havia resultado em formas de existência material e cultural próprias, não classificáveis na civilização europeia. Na falta de uma equivalência, o branco classificou a Amazônia segundo os padrões de barbárie de seus ancestrais; os interesses coloniais criaram e desenvolveram a questão indígena e, conseqüentemente, a luta entre a Amazônia Lusitana e a Amazônia, impondo-se a primeira como negação da segunda (SILVA, 2012, p. 157-158).

No projeto de Pombal, na década de 1750, ocorreu verdadeiro *boom* urbanizador que criou em apenas quatro anos cerca de sessenta povoações na Amazônia, o que posteriormente

se tornaram núcleos com padrões de regularidade que possibilitaram atender objetivos civis e militares (BECKER, 2013). Este novo sistema de controle territorial se apoiava em pelo menos quatro elementos: as fortificações, o povoamento nuclear, a criação de unidades administrativas e o conhecimento geográfico do território (MACHADO, 1989).

Por sua vez, a segunda metade do século XVIII marca a transformação na forma de ocupação territorial, que passa da política territorial dominante de concentrar fortificações ao longo da linha da costa litorânea para a ocupação, a partir do adentrar na direção oeste continental, principalmente no que se refere a calha do rio Amazonas.

Esta nova linha de fortificações é concebida durante o período em que o Marquês de Pombal era o primeiro ministro em Portugal e construída após seu término, a linha de fortificações pombalinas corresponde a grosso modo ao atual limite das terras brasileiras, formalizado pela primeira vez no Tratado de Madri.

Apesar da anulação deste tratado, os termos concebidos são inovadores e legitimadores dos limites territoriais do Brasil:

Não obstante ter sido anulado (1761), o Tratado de Madri constitui uma referência válida para o estudo do processo histórico de legitimação dos limites das terras brasileiras, tendo em vista as inovações introduzidas por quatro anos de negociações diplomáticas. Entre as inovações destacamos: a) o reconhecimento da superação da linha de Tordesilhas; b) a primeira tentativa de estabelecer os limites entre as possessões lusas e castelhanas num sentido continental; c) uma visão ampla da geopolítica mundial, em que se estabelece a separação entre os conflitos que pudessem ocorrer na Europa (entre as potências signatárias) e os conflitos americanos (Artigo XXI); por fim, d) o deslocamento, na ordem jurídica, do princípio romano do Direito Civil, denominado de *uti possidetis* (consagrado ao direito de propriedade e posse sobre terras) para o campo do Direito Público (Artigo III) (MACHADO, 1989).

Nos Tratados subsequentes, nada mais se acrescentou de importância à preterida orientação da linha do Madeira ao Javari. O Tratado do Pardo anulou o de Madri, voltando ao critério de Tordesilhas. O de Santo Ildefonso mandava correr a fronteira “pelos rios Guaporé e Mamoré até o ponto médio do Madeira e daí por uma linha leste-oeste até encontrar a margem oriental do Javari” (TOCANTINS, 1973, p. 166).

No âmbito das negociações diplomáticas, podemos citar as que começaram do século XVIII e que tiveram como base a aplicação do princípio do *uti possidetis*, em síntese o direito pelo uso da terra. Esse princípio só se aplicaria aos impérios coloniais, excluindo-se o direito primordial dos indígenas de serem verdadeiros detentores e usuários *a priori* das terras.

No contexto das negociações entre os impérios, os portugueses já haviam ocupado a Amazônia ao longo de todo eixo do rio Amazonas, até o rio Javari. A Bacia do Prata apresentou situações mais conflituosas e que passariam a pertencer à Espanha.

Em consequência, celebrou-se o Tratado de Madrid, em 13 de janeiro de 1750, pelo qual a Espanha reconhecia a soberania de Portugal sobre a atual Amazônia. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, através de linhas meridianas, seriam substituídos por limites naturais: os rios Javari, Solimões, Japurá e os contrafortes da Cordilheira dos Andes. O Tratado de Madrid foi revisto diante dos desentendimentos havidos por ocasião das demarcações, e ao final, foi consolidado através do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 e do Tratado do Pardo, em 1778 (RIBEIRO, 2000).

No decorrer da história da constituição das fronteiras geográficas desta região se percebem diversos acordos e tratados que se afirmam e se desconsideram dependendo das conveniências das respectivas coroas envolvidas.

Estes limites instáveis foram herdados pelos países que saíram da dependência metropolitana colonial. Enquanto, no Brasil a constituição do Império conseguiu manter relativa unidade territorial; já do lado espanhol, o surgimento de movimentos regionalistas conduziu à fragmentação do território, dando origem a vários países. A América espanhola estava dividida em Vice-Reinados, os quais o Vice-Reino da Nova Espanha, Vice-Reino do Rio da Prata, Vice-Reino de Nova Granada, Vice-Reino do Peru, e posteriormente foram criadas capitanias como as capitanias do Chile e capitania de Caracas. O Vice-Reino da Nova Granada, posteriormente se desmembra e são criadas as repúblicas da Venezuela, do Equador e da Colômbia (NOGUEIRA, 2007).

Em contraste com o Brasil, as repúblicas emergentes do mundo colonial espanhol tiveram de lidar com questões relacionadas às expectativas de exercício, com aparelho de Estado de soberania em processo embrionário em um espaço que mal se imaginava a corporalidade no mapeamento impreciso, mesmo no início do século XIX.

Nesse sentido, Peru, Colômbia e Equador, entre as repúblicas andino-amazônicas também se acreditavam herdeiros, responsáveis e, portanto, cada um separadamente, buscava afirmação para estabelecer os seus domínios territoriais (BOTÍA, 2008).

Essa dinâmica de ocupação colonial e acordos diplomáticos gestou as características que vão delinear os primeiros limites territoriais entre Brasil e Peru, assim como a forma de organização econômica, social e política da região Amazônica.

É neste contexto que surgem os assentamentos urbanos de São Paulo de Olivença e Tabatinga, o primeiro mais antigo de todos os municípios da região do Alto Solimões, São

Paulo de Olivença, se situa dentre as várias missões fundadas pelos jesuítas ao longo do rio Solimões, que no final do século XVII era denominada de São Paulo dos Cambebas.

Esta missão foi palco de conflitos estratégicos entre espanhóis e portugueses, que se alternavam no controle sobre a região, até que em 1709 se consolida a ocupação militar portuguesa. Charles Marie de La Condamine, em 1745, ressalta as diferenças visíveis das missões de domínio da coroa portuguesa em comparação com as missões da coroa espanhola:

[...] Em São Paulo começamos a ver, em lugar de casas e igrejas feitas de caniços, capelas e presbitérios de alvenaria, barro e tijolos, e muralhas brancas e limpas. Ficamos agradavelmente surpresos ao ver, no meio daquele deserto, camisas de tela da Bretanha em todas as mulheres indígenas, baús com fechaduras e chaves de ferro entre seus móveis, bem como ao encontrar ali agulhas, pequenos espelhos, facas, tesouras, pentes e diversos outros pequenos móveis da Europa, que os índios vão buscar todos os anos no Pará, em viagens que fazem para levar até o cacau que colhem sem cultura nas margens do rio (LA CONDAMINE, 1992, p.71-72).

Já Tabatinga estava instituída inicialmente como São Francisco Xavier de Tabatinga, posto de guarda de fronteira avançado, datado inicialmente de 1766 e que marcava o limite ocidental dos domínios da coroa portuguesa na região amazônica e até hoje marca os limites ocidentais do Brasil. É necessário frisar que em todos os tratados e acordos sequenciais, inicialmente entre Portugal e Espanha, posteriormente entre Brasil, Peru e Colômbia, terão como referência de delimitação Tabatinga.

## 2.2 O comércio e a migração na consolidação da fronteira Brasil/Peru

As relações econômicas que atenuaram as articulações políticas nas áreas amazônicas do Brasil e do Peru ganharam importância no decorrer do século XIX e século XX. No século XIX, as relações políticas entre estes recentes países na área Amazônica foi dinamizada com a comercialização e as trocas de diferentes produtos, bem como com o deslocamento de agentes comerciais de ambos os países, as rotas comerciais que se estabeleceram ao longo do rio Amazonas funcionaram concomitante com as rotas de fugas de escravos, tráfico de indígenas e desertores militares, para a conformação dos limites territoriais dos respectivos Estados-nação. No século XX, o período gomífero atenua as relações econômicas, incorporando a Amazônia na economia das respectivas nações e a coloca em evidência no cenário mundial. Tais processos são determinantes e deixaram como herança marcas profundas no modo de vida da população do Alto Solimões.

Apesar da evolução tecnológica que vivenciamos em todos os âmbitos do conhecimento humano e dos grandes feitos de viagem rápidas e simultâneas no espaço mundial e para além do espaço terrestre, com efeito viagens espaciais, ainda assim, percorrer

rios, floresta e cidades na Amazônia é uma verdadeira odisseia impetrada por poucos que ainda podemos chamar de “aventureiros”, para fazer referência aos primeiros que realizaram estas jornadas em busca de riquezas e conhecimentos.

Temos atualmente os contatos via aérea, fluvial e virtual que dinamizam a vida nos lugares mais longínquos da Amazônia, todavia, o contato direto ainda é muito oneroso e demorado, isso tendo como referência a dinamicidade de outros espaços do globo terrestre. Talvez a possibilidade de realizar uma viagem de Manaus/Tabatinga ou Tabatinga/Iquitos em “poucas horas”, possa gerar a ideia de dinamicidade e rapidez nas relações comerciais nesta região.

Entretanto, percorrer as cidades que se localizam ao longo do rio Amazonas ainda denota dias ou até meses. Esse fator geográfico para o desenvolvimento da economia e de outros setores da sociedade amazônica ainda é um fardo muito pesado, que dependendo da situação sazonal cheia ou seca do rio pode determinar o isolamento de populações.

Como eram as viagens no início do século XIX na Amazônia em que os navegantes dispunham como meio de transporte embarcações movidos a remo ou a vela? A este fator adicionemos com relação à Amazônia peruana a distância da capital Lima e o isolamento promovido pela Cordilheira dos Andes. Isolamento este, já retratado por La Condamine, como fator preponderante nas relações comerciais e desenvolvimento local das missões situadas naquela região amazônica:

O comércio com o Pará distingue à primeira vista as missões portuguesas das castelhanas do Alto Marañon, nas quais tudo se ressentia da impossibilidade em que se encontram os missionários da Coroa da Espanha de se proporcionar qualquer das comodidades da sua vida, por não terem nenhum comércio com os portugueses, seus vizinhos, descendo o rio e tirando tudo de Quito, onde mal vão uma vez por ano, e de onde a cordilheira os separa mais do que os separaria um mar de mil léguas (LA CONDAMINE, 1992, p.72).

Em meados do século XVIII, La Condamine já ressalta a importância estratégica de São Paulo dos Cambebas (de Olivença) como fator de demarcação dos limites territoriais, além dos fatores preponderantes, a Cordilheira dos Andes e o rio Amazonas no âmbito das relações comerciais. Este comércio fluvial possibilitava o acesso à utensílios europeus e às comodidades relacionados ao modo de vida europeu.

Sendo assim, o início do período republicano do Peru, em 1821, tem como capítulo a profunda preocupação ou a necessidade efetiva da colonização do oriente peruano, *El problema del Oriente*. Este cenário era preocupante para as autoridades de Lima, principalmente devido às pretensões de Colômbia e Equador sobre o curso superior do rio

Amazonas. A ação das autoridades na fronteira oriental certamente era dificultada pela trajetória conflituosa da formação do Estado Nacional peruano, marcada por embates entre caudilhos, guerras externas e pela frustrante experiência da Confederação peruano-boliviana em fins dos anos de 1830 (CONTRERAS, 2013).

Euclides da Cunha (2003) sintetiza as principais medidas adotadas pelo governo peruano no que se refere a tentativa de domínio efetivo do oriente peruano, ou Amazônia peruana.

Assim, a saída para o Atlântico, pelo Amazonas e seus tributários de sudoeste, se tornou a primeira solução claríssima do problema. E nas paragens novas, erigidas administrativamente no atual Departamento de Loreto, começou para logo um intenso trabalho de domínio, que persiste, crescente até nossos dias.[...] Abriam-se caminhos demandando a opulenta zona fluvial; planearam-se, a despeito de sucessivos malogros, colônias militares e agrícolas; reatou-se, na revivescência das missões apostólicas, a tradição admirável dos jesuítas de Mainas; engenhou-se uma vasta regulamentação de terras; construiu-se o porto de Iquitos, e, para aviventar o povoamento, aboliram-se todos os impostos, agindo o homem aforradamente na terra feracíssima. Ao mesmo tempo as expedições geográficas, [...], rumaram a todos os quadrantes, ininterruptas e pertinazes, na tarefa complexa que era uma espécie de levantamento expedito de uma nova pátria (CUNHA, 2003, p. 129-130).

Na década de 1820, tanto o Brasil como o Peru romperam os laços imediatos que os uniam às metrópoles europeias, império e república respectivamente. Nesse âmbito, as fronteiras eram imprecisas, com mapas e referências documentais contraditórias. Este clima de desconhecimento e insegurança gerou especulações no âmbito da delimitação e consolidação dos territórios peruano e brasileiro. Para ilustrar essa situação de imprecisão territorial, vejamos a seguir a descrição de Loreto, na viagem realizada em 1847 por Paul Marcoy:

Para o viajante que desce o rio Amazonas, Loreto é a última localidade peruana que se encontra na margem oriental do rio antes de entrar em terras do Brasil. [...] No meio desses morrinhos entremeados por ravinas há dezesseis cabanas de palha dispersas o suficiente para impedir aos seus moradores de conversar, mesmo que levantando a voz. Esse lugar melancólico, peruano de direito mas brasileiro de fato, é habitado por negociantes portugueses dedicados a um pequeno negócio de salsaparrilha, panos de algodão e peixe salgado (MARCOY, 2006, p. 33-34).

O que se percebe na descrição do autor é exatamente o tom de ocupação do território peruano por parte de luso-brasileiros. Neste aspecto da situação de apropriação brasileira do território peruano de direito, o referido autor descreve ainda que ao longo do rio haviam brasileiros que realizavam o comércio local de salsaparrilha. A presença de comerciantes brasileiros e portugueses na Amazônia peruana desempenharam papel relevante no comércio

regional, ao mesmo tempo em que algumas autoridades peruanas se mostravam preocupadas quanto à presença destes comerciantes. Outros, os estrangeiros, também se estabeleceram como importantes agentes econômicos nas fronteiras, o que despertava a atenção de representantes do tanto do Brasil, como Peru e Colômbia.

A partir da década de 1840, o Peru começou a vivenciar situação política mais estável, beneficiando-se das exportações de guano, o que permitiu a consolidação do Estado e, por consequência, a implantação de políticas de estruturais de colonização e integração do território, com ferrovias e conhecimento de suas fronteiras com expedições científicas. Buscando neutralizar as ameaças na fronteira e incrementar a economia local, Peru e Brasil assinaram em 1851 um Tratado de Comércio e Navegação, no princípio dando conta da demarcação de boa parte das linhas fronteiriças entre os dois países mediante o princípio do *uti possidetis*, e abrindo a navegação pelo Amazonas para embarcações peruanas e brasileiras.

Quanto às normatizações comerciais do Tratado de 1851, ficou definida a liberdade de navegação para barcos peruanos e brasileiros pelo rio Amazonas e seus afluentes, isentando o comércio do pagamento de taxas de importação. Além disso, definiu-se a fundação de uma companhia de vapores subsidiada pelos dois Estados para organizar viagens regulares de Belém até o porto peruano de Nauta. Neste acordo era estabelecida a isenção fiscal para o comércio com base na reciprocidade e permitia-se a livre passagem de embarcações pela fronteira, respeitando-se apenas os regulamentos aduaneiros e de polícia.

Porém, deve-se esclarecer que a Convenção de 1851 não estabeleceu por definitivo a demarcação dos limites territoriais, mas foi o marco decisivo para novas investidas diplomáticas em torno do tema.

Com relação ao tratado de 185, ratificado em 1858 entre Brasil e Peru, Euclides da Cunha (2003) faz alusão a troca de excepcionais favores e conveniências entre as nações, no qual como vantagens o Peru “apropriou-se de 503.403 quilômetros quadrados, ou seja, dois terços do Equador”, “em compensação a República submeteu-se ao império na retrógrada tentativa deste de monopolizar a navegação amazônica, excluindo-a do comércio universal”. No que diz respeito à raia divisória, ficou gravado no texto da Convenção de Lima que ambas as partes aceitavam o princípio do *uti possidetis*, de 1821, e reconheciam como fronteira a localidade de Tabatinga. Desta para o norte seguia-se uma linha reta até encontrar o rio Japurá. De Tabatinga para o sul, o rio Javari desde sua confluência com o Amazonas demarcava a linha divisória.

Ao aceitar Tabatinga como fronteira, o Peru perdeu 80.000 quilômetros quadrados, além de parte dos rios Putumayo e Japurá. Ademais, nada foi estipulado sobre os territórios que se estendiam desde o rio Javari até o rio Madeira. Porém, deve-se ter em conta que o interesse real do Peru, nessa época, para além da extensão territorial, estava no ensejo da livre navegação do rio Amazonas, que pelo Tratado de Santo Ildefonso pertencia exclusivamente ao Brasil.

Todavia, examinando a questão sob outro ponto de vista, o Peru, ao subscrever este Tratado, acautelava-se contra os possíveis direitos territoriais equatorianos no Alto Amazonas que já eram, então, motivo de controvérsia.

De acordo com Granero e Barclay (2002), como consequência da contínua expansão do Brasil para o oeste e das pretensões de Colômbia e Equador sobre a área ao norte do Alto Amazonas, o Peru tomou importantes medidas para garantir sua soberania sobre Loreto, a mais importante delas foi o Tratado de Comércio e Livre Navegação com o Brasil em 1851, o qual contribuiu para neutralizar as pretensões territoriais de Colômbia e Equador. O governo, não obstante, nas décadas seguintes, estabeleceu uma estação naval na aldeia de Iquitos; adquiriu vapores da Gran-Bretanha e dos Estados Unidos, explorou o Amazonas e seus afluentes, e estimulou a colonização de imigrantes europeus.

Em 1851, portanto, se por um lado o Peru teve perdas territoriais, por outro lado sucedeu-lhe ganhos políticos com a conquista do direito à navegação amazônica, ao mesmo tempo em que um tratado internacional reconhecia-lhe a soberania sobre 500.000 quilômetros quadrados de territórios cobiçados pelo Equador.

No que concerne a economia e o comércio na região, em 1852, a *Amazon Navigation Company* foi contratada pelo Brasil, recebendo subsídios dos governos brasileiro e peruano no valor de cerca de quatro mil libras esterlinas, devendo realizar por seis anos viagens Belém-Nauta. Tais medidas foram importantes para a dinamização do comércio de Loreto, ampliando o mercado consumidor para produtos do departamento.

João Wilkens de Mattos (1874), cônsul brasileiro em Nauta nas décadas de 1850-1860, descreve os efeitos no comércio do lado peruano em virtude da abertura da navegação no rio Amazonas. Salienta que produtos como chapéus de palha (*sombreros de Panamá*) passaram a atender à demanda de consumidores no território brasileiro, fazendo com que certas localidades de Loreto se especializassem em sua produção. Núcleos urbanos como Calzada, Habana e Lamas sustentavam a produção de mercadoria considerada como o mais importante produto industrial para o comércio externo do Departamento de Loreto.

Henry Walter Bates (1979) faz menção a esse comércio, no registro datado de 7 de novembro de 1856, no trajeto entre Ega (Tefé) e Tunantins (Tonantins), a bordo da embarcação a vapor de denominação Tabatinga. O naturalista inglês descreve com detalhes a presença predominante, dentre os passageiros, de comerciantes peruanos que retornavam de viagem de negócios às cidades brasileiras do litoral brasileiro, ressalta ainda a importância desse comércio para as populações andinas:

Os passageiros eram em sua maioria peruanos, quase todos magros, nervosos, parecendo ianques; retornavam à sua terra - as cidades de Moyobamba e Chachapoyas, nos Andes - depois de uma viagem de negócios às cidades brasileiras do litoral do Atlântico, para onde tinham ido seis meses antes levando um carregamento de chapéus do Panamá para ser trocado por mercadoria européia. Esses chapéus são feitos pelos indígenas e mestiços que habitam a região oriental do Peru, sendo empregados na sua manufatura os folíolos novos de uma determinada espécie de palmeira. Constituem praticamente o único artigo de exportação do Peru via Amazonas, mas o seu valor em dinheiro é muito grande comparado com o volume da mercadoria, pois os chapéus são geralmente de excelente qualidade e seu preço varia entre doze xelins e seis libras esterlinas; alguns comerciantes, quando voltam, trazem em suas malas duas ou três mil libras. O carregamento de retorno consiste em ferragens, utensílios de barro e vidro, e outras mercadorias volumosas e pesadas, não incluindo, porém, tecidos, que pesam pouco e podem ser transportados, através dos Andes, dos portos do Pacífico à parte oriental do Peru. Todos os tipos de tecidos europeus podem ser obtidos por preços muito mais baixos por essa via do que pela rota mais direta do Amazonas, sendo mais baixas as taxas de importação do Peru - segundo me disseram do que as do Brasil; além do mais, essa diferença não é anulada por um aumento, devido ao peso, das despesas de trânsito pelos desfiladeiros dos Andes (BATES, 1979, p. 280).

A legalização da abertura para a navegação do rio Amazonas para os países vizinhos gerou melhorias comerciais tanto no lado peruano como para o lado brasileiro. De acordo com Granero e Barclay (2002), os comerciantes luso-brasileiros atuavam em Loreto antes do auge da exploração e exportação de borracha, constituindo assim os primeiros mercadores estrangeiros a se estabelecerem na região. Possuíam casas comerciais pequenas e médias e dedicavam-se ao comércio de chapéus de palha peruanos para o Brasil, além do pequeno comércio fluvial. Muitos desses comerciantes brasileiros e portugueses estabeleciam alianças e sociedades em seus negócios, participando conjuntamente do comércio fronteiriço; por outro lado, havia comerciantes portugueses em Loreto oriundos do território brasileiro, e em alguns casos com negócios estabelecidos também no Brasil.

De acordo com Wilkens de Mattos (1874), no período de 1861-1871, a economia do Departamento de Loreto constava de importação (em suma oriundos do Brasil) de manufaturas de algodão, bebidas fermentadas, alcoólicas e vinho, roupas e calçados, farinha de trigo, conservas alimentícias, estearina e cera em velas, sal e sabão, louças e vidros,

pólvora, munição, enxofre e salitre; e de exportação de chapéus de palha, borracha, peixe salgado, salsaparrilha, algodão em lã, redes de fio de tucum, tabaco, e fio de tucum.

Robert Avé-Lallemant (1961), quando ainda em Manaus, coleta informações que o permitiram afirmar que “Quase a terça parte dos carregamentos dos vapores de Manaus são produtos da indústria peruana; os chapéus-do-chile e uma grande parte da salsaparrilha provêm de Moyabamba”.

Neste aspecto já em Tabatinga, o autor descreve em vários momentos o comércio realizado entre Peru e Brasil, destacando Tabatinga como principal entreposto comercial, local este que o surpreendeu em virtude da diversidade de pessoas de distintas nações. Segundo ele, “Mal ancoráramos, diversas canoas, vindo de terra, se aproximaram de nós. Não tardou muito, reuniram-se em câmara 16 pessoas, brasileiros, peruanos, franceses; entre eles um húngaro, um alemão ou riguense, educado em Gumbinnen, um norte-americano e diversos outros”. Avé-Lallemant surpreso se questiona: “Que poderia ter reunido toda essa gente naquela longínqua fronteira?”, embora ele não responda, podemos intuir que era o comércio.

Há de se frisar que antes da abertura da navegação, o comércio na região entre brasileiros e peruanos girava em torno da coleta da salsaparrilha que era abundante na região do Içá-Putumayo. Porém, como assinala Marcoy (2006), o hábito de arrancar a planta pela raiz para obtê-la, acabaram por empobrecer, a tal ponto as florestas do Içá não mais conterem o precioso vegetal que os comerciantes foram obrigados a procurá-los em outras regiões.

Além da salsaparrilha, outro objeto de comércio oriundo da floresta peruana foi saqueado no momento da abertura da navegação do rio Amazonas entre as nações, a conhecimento a *quina calypsaia*, geradora do princípio ativo quinina, utilizada principalmente no tratamento da malária, doença que assola historicamente a população daquela região. De acordo com Cunha (2003):

Por aquele tempo, um tenaz explorador, Marckam, comissionado do governo inglês, andava nas regiões da *quina calypsaia*; e conseguira transplantar tão prontamente para as índias aquele elemento da fortuna peruana que já, em 1862, mais de quatro milhões de árvores, em Darjeenling, com a produção extraordinária de 370 toneladas de quinino, iniciavam uma concorrência triunfante no primeiro assalto (CUNHA, 2003, p. 136).

O acordo diplomático entre Brasil e Peru no Tratado de 1851 estabelece a abertura ao comércio e em linhas gerais os limites físicos entre as duas nações, porém, este acordo transcende a vontade das autoridades político-administrativas, este acordo legitima também

no contexto de Amazônia os interesses latentes de outras nações que disputam a hegemonia no cenário mundial.

Todavia, o que tratamos aqui no momento é a necessidade de entender o cenário que se estabelecia no âmbito dos agentes locais. Vejamos que haviam outras disposições do Tratado de 1851, os quais diziam respeito além da delimitação e do incremento da navegação.

Para tanto, o comércio no Amazonas em âmbitos nacionais também se referia à entrega de desertores, devolução de escravos fugidos, proibição do tráfego e tráfico de indígenas, bem como na organização do comércio regional (SENADO FEDERAL, 2009).

Esta dimensão do tratado expõe em maior intensidade a força que os agentes regionais imprimem aos agentes governamentais. Conforme Zárte Botía (2008), a região apesar de manter algumas marcas e características evidenciavam que a ordem colonial havia cumprido os objetivos políticos de expressar os pontos fronteiriços, no início do século XIX.

As fundações coloniais às margens do rio Amazonas haviam quase desaparecido, tal é o caso de Loreto do lado espanhol ou de Tabatinga do lado brasileiro que haviam definhado até quase desaparecer. No início desse século, marca-se a transição “de fronteras imperiales a fronteras nacionales”. Estes pontos fronteiriços eram confluências frágeis de diversos agentes da sociedade.

Nesse contexto, do lado brasileiro a Ilha da Ronda lugar precursor do Forte Militar de Tabatinga, assim afirma Paul Marcoy (2006): “o lugar era inútil para controlar os filibusteiros, saqueadores e contrabandistas do Peru, que continuavam suas incursões em território brasileiro [...] eles podiam tranquilamente ignorá-la bem como aos decretos e ordenações brasileiras”.

Deste modo, a situação explicitada pelo autor denota o ambiente de fragilidade e instabilidade nas fronteiras. Marcoy (2006) relata suposto episódio no qual soldados do referido batalhão se rebelam e matam o comandante do pequeno destacamento militar.

Em argumentação favorável às fugas e atos de rebeldia de soldados na região, Marcoy (2006) ressalta que:

[...] Sou obrigado a reconhecer que esses atos, que poderiam ser atribuídos à índole feroz e insubordinada desses soldados (índios Tapuia alistados à força pelo governo nos povoados do Amazonas), não são coisa senão a consequência natural do tratamento a que são submetidos pelos comandantes dos postos de fronteiras. Mantidos como escravos, como tais são explorados. Alguns caçam e pescam para abastecer a mesa do patrão; outros buscam salsaparrilha, recolhem as tartarugas e seus ovos nas praias do rio ou vão aos lagos para pesar a salgar o peixe-boi e o pirarucu que o chefe do posto irá despachar aos povoados vizinhos numa igraté de sua propriedade. Desnecessário é dizer que só ele lucra com o trabalho coletivo de seus subordinados. Desgostosos com a vida que levam e com o trabalho

a que são obrigados, esses escravos-soldados acabam por se rebelar. As punições corporais costumam ser a gota que faz transbordar o vaso. Os mais tímidos simplesmente fogem e os mais exaltados se vingam (MARCOY, 2006, p. .59-60).

O excerto acima evidencia também o comércio realizado pelos comandantes do destacamento militar, o qual proibido por decreto do Imperador Pedro II era totalmente desconsiderado pelos subordinados militares.

Com relação às deserções o autor destaca que elas se formavam ao longo dos rios e em específico no lado peruano, eram grupos que se integravam à vida local. O trecho a seguir ressalta a presença de soldados brasileiros que viviam conjugalmente com mulheres Ticunas em território pertencente ao Peru:

[...] Soldados brasileiros, daqueles que apunhalam seus chefes a pretexto de tirania, haviam-se refugiado nesse lugar e viviam conjugalmente com mulheres Ticunas que haviam escapado de alguma missão. Esses guerreiros foragidos, encontrados nos canais e igarapés do Amazonas onde a sentença de uma corte marcial não os alcança, têm às vezes nos recebido com grande hospitalidade e nos causado surpresa com o quadro pacífico de sua vida doméstica. Todos cultivam alguma mandioca e bananas, caçam e pescam para prover sua mesa, negociam com os comerciantes do rio a salsaparrilha e o cacau que coletam nos bosques, e desses pequenos comércios obtêm um pouco de dinheiro com que compram pano de algodão para se vestir e ornamentos para enfeitar suas mulheres (MARCOY, 2006, p. 35).

Nesse ínterim, o autor ainda destaca uma transação comercial de salsaparrilha realizada por seus anfitriões, os desertores, com um comerciante português oriundo da Barra do Rio Negro (Manaus), o que parecia ser atividade comum na região.

Conforme expõe Wilkens de Mattos (1874), os Ticuna existentes no Departamento de Loreto são quase todos emigrados do território brasileiro, os quais vivem dispersos e embrenhados na mata devido os serviços obrigatórios do forte Gran Mariscal Castilla, outrora território peruano, atualmente a cidade de Letícia-Colômbia.

Wilkens Mattos (1874) ressalta ainda que antes de 1935 raro era o Ticuna que habitava o território peruano, porém essa tribo emigrava do Brasil, “em consequência da falta de proteção que lhe deviam dar as autoridades da fronteira de Tabatinga, a quem, com justiça, se pode atribuir a excessos e vexames praticados contra esses índios em tempos felizmente passados” (MATTOS, 1874).

Nesse período, se nota que tanto do lado brasileiro como do lado peruano, os índios Ticuna eram recrutados forçosamente e no caso do Peru, enviados de dois em dois meses a prestarem “serviços militares”, que em resumo se tratava de trabalhos forçados para coleta, extrativismo vegetal, e abastecimento em geral do comércio realizado nos fortes militares.

Este contexto de instabilidade e de excessos político-administrativos propiciava intensa fluidez dos sujeitos locais na fronteira, tanto no ir quanto no vir de fuga e resistência, impulsionados por endógenos e exógenos.

Mattos (1874) relata a presença de índios Ticuna brasileiros em vários lugares no território peruano, como no riacho denominado Tatu, “é assim denominado porque nele habita um índio Ticuna, brasileiro, chamado tatu, o qual veio do distrito de São Paulo de Olivença e ali estabeleceu-se” (p.134).

Nesse âmbito de deslocamentos humanos regionais havia também a influência de comerciantes estrangeiros que estabeleciam vínculos com os locais, como no descrito por Mattos sobre o riacho em território peruano denominado de Arara. Segundo o autor: “é conhecido pelos naturais com este nome, por habitar em suas margens o índio ticuna, José Arara, que do riacho Rita, no distrito de São Paulo de Olivença, para ali se mudou, atraído por seu padrinho o comerciante português Antônio José Pinto” (MATTOS, 1874, p.06). O autor cita também a origem de Cabalcocha, “fundada em 1845 pelo vigário C. Flores com índios ticanos e brasileiros, entrando no número destes prófugos, que tomaram parte no assassinato do capitão Nina, ex-comandante da fronteira de Tabatinga” (MATTOS, p.12).

Com relação ao âmbito da fuga de escravos, Mattos (1874) se refere à quase extinção da tribo dos Amahuacas em território peruano (catequizados pelos franciscanos), faz alusão a um quilombo situado entre o Javari e o Ucayali, “o receio dos assaltos de seus inimigos obriga-os a se internarem muito na selva, e alguns d’elles referem a existência de um quilombo de homens de cor, que não podem ser senão escravos e desertores do Brasil que, entre o Javary e o Ucayali, se tem asilado desde muitos anos” (MATTOS, 1874, p. 05).

[...] No século XIX, vários escravos do Brasil fugiram para o Peru declarando-se livres segundo a Constituição da República vizinha. [...] Através de ofícios, às autoridades peruanas expunham suas razões para não devolver escravos brasileiros refugiados em seu país. Em 1849, o governador da fronteira peruana oficiou à autoridade militar de Tabatinga para informar que não devolveria ‘dois pretos e três pretas’ que haviam ingressado no Peru, posto que não tinha ordem para entregar ‘pretos ou desertores que venham desse Império para esta República’. No ano seguinte, as autoridades de Tabatinga solicitaram que cinco escravos pertencentes a Manoel Gonçalves Loureiro e a João Antônio Lopes, ambos da Barra do Rio Negro, fossem devolvidos a seus senhores. Esses cativos haviam fugido no ano de 1840, e sabia-se que estavam estabelecidos em Loreto. O capitão em Tabatinga oficiou o pedido ao governador peruano da fronteira, que o leu e enviou ao subprefeito, que sem saber como agir pediu instruções ao prefeito, que decidiu não devolver escravo algum (BASTOS, 2008, p. 11).

Situações como as explicitadas acima dão conta do contexto endógeno que se configurava a fronteira entre Brasil e Peru, com espaços fragilmente ocupados pelas respectivas nações e com agentes locais insurgentes.

Tavares Bastos (1975) explicita a situação sobre escravos e indígenas, no que tange ao censo demográfico da província do Pará nos anos de 1854 e 1862, da seguinte forma:

Não deve escapar ao leitor a proporção de 1 escravo sobre 6 livres. Todavia, eu julgo que há exagero no algarismo de 30.623 escravos. Na província vizinha, a do Alto Amazonas, a proporção é de 1 para 45. Essa raridade de escravos é a maior vantagem econômica daquelas regiões. Demais, é difícil conservar a propriedade sobre o homem ali, nas vizinhanças de desertos e de florestas vastíssimas, sendo possível a fuga para territórios limítrofes, em nenhum dos quais se permite a escravidão, que foi abolida há pouco no último que a tolerava, a Guiana Holandesa (BASTOS, 1975, p. 118).

De acordo com os dados informados pelo autor, a Província do Pará registrou em 1854 a população total de 198.756, dos quais 167.909 indivíduos livres e 30.847 escravos, em 1862 registrou o total de 215.923 indivíduos, dos quais 185.300 livres e 30.623 escravos. Nesse sentido, salienta que acredita que a população escrava era menor, pois os países vizinhos são atrativos pois abrigam e estimulam a fuga dessa população escrava a seus territórios.

Nesse ensejo, além da preocupação com a fuga de escravos, o trecho seguinte explicita a emergência de medidas para controlar ou amenizar a situação litigiosa na região:

Em junho de 1839, as autoridades peruanas dirigiram às brasileiras uma denúncia contra os desmandos cometidos por comerciantes estabelecidos em Loreto. Considerados pelas autoridades peruanas como súditos brasileiros, os comerciantes portugueses Joaquim Gomes Ourives, Antônio Ribeiro Capim e outros foram acusados de cometer excessos na vila peruana. Eles se opunham às autoridades locais, não respeitando suas ordens. O conflito resultou na fuga do governador de Loreto e do vigário local, já que estes, por não conseguirem expulsar os comerciantes, resolveram deixar a cidade, temendo sofrer represálias. As autoridades peruanas não pretendiam retornar enquanto os portugueses permanecessem em Loreto. Além disso, esses comerciantes estariam se dedicando ao aprisionamento de índios, vendendo-os como escravos no Brasil – o que mostra como as relações entre índios e comerciantes, se em alguns casos eram de alianças, em outros eram bastante conflituosas (BASTOS, 2008, p. 28).

Fatores endógenos como a fuga, o tráfico e o comércio de negros e indígenas na região, impulsionados pelo comércio e contextos litigiosos de nações vizinhas são fatores determinantes para as nações buscarem acordos diplomáticos que dessem conta de delimitar a fronteira e amenizar conflitos insurgentes. No que concerne a crise econômica, social e política na região Norte do Brasil, outro evento na década de 1830, amplia-se a necessidade de intervenção na fronteira, é a denominada Cabanagem.

A explosão da Revolução Cabana é o momento mais agudo da situação regional que tem, no assassinato do presidente da Província, o resultado imediato das várias ações repressivas que a ordem nacional empreendeu, visando equacionar a crise política da sociedade amazônica (Silva, 2012, p. 222-223).

A Cabanagem, também conhecida como Guerra dos Cabanos, foi uma revolta popular e social ocorrida na década de 1830, na antiga Província do Grão-Pará, que abrangia os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia, tendo como presidente da província Bernardo Lobo de Sousa. Este movimento além da influência direta, morte, deposição do governo vigente, reivindicações sociais e políticas, também gerou efeitos indiretos. Apesar de se concentrar diretamente no eixo Pará e Manaus, provocou através das notícias conduzidas em efetivo por comerciantes, um frenesi de instabilidade na fronteira Brasil e Peru. De acordo com Zárate Botía (2008), “A influência da cabanagem na fronteira obrigou as autoridades peruanas a expedir várias medidas, tanto para auxiliar aos brasileiros que fugiam, principalmente comerciantes de Tefé, como para impedir a extensão da rebelião a território peruano” (2008, p. 116).

O levante cabano representou dentre outras dimensões a insurreição de populações excluídas, tais como índios e negros escravizados, dos que eram “Estranhos na ordem dominante, eram suportados como casta inferior pelas indispensáveis necessidades de execução das tarefas grosseiras e indignas dos cidadão luso-brasileiros” (SILVA, 2012, p.229).

Como visto, historicamente a região em questão é palco de acordos, conflitos, lutas, comércio, migração, tendo como agentes políticos de negociação as altas cortes administrativas dos respectivos Estado-Nação, porém impulsionados e embasados por agentes sociais locais, o *uti possidetis* como fator preponderante.

Os limites territoriais foram fixados a partir de acordos diplomáticos e conflitos políticos sem levar muito em consideração as populações tradicionais, porém a fronteira é maleável e exige manutenção constante, que só é mantida com a presença ativa dos sujeitos sociais locais.

Ao longo do processo de conformação dos limites territoriais entre Brasil e Peru, tivemos *a priori* como fator determinante a habilidade da coroa portuguesa em estabelecer e consolidar suas missões, bem como com a constituição de fortes militares. Como marco inicial relativo a região do Alto Solimões, tivemos a missão religiosa de São Paulo dos Cambebas, atual São Paulo de Olivença, posteriormente a atual Tabatinga, que

originariamente foi importante ponto estratégico de demarcação física e posteriormente com a navegação a vapor se torna imprescindível entreposto comercial no âmbito regulatório das relações comerciais entre Brasil e Peru.

Ao final do século XIX e início do século XX, teremos também neste processo dinamizador da região o período gomífero, que é de fundamental importância para o reconhecimento dos limites territoriais nos altos rios como Javari e Içá/Putumayo, bem como para o entendimento da formação da sociedade fronteiriça, como afirma Botía (2008, p.137) "*el éxodo recrea la frontera*".

No período que antecede o ciclo gomífero, os assentamentos urbanos que concentravam a economia e o comércio na fronteira se organizavam no eixo Tabatinga, Letícia e Loreto. Com a exploração e o comércio da borracha surge novo eixo econômico regional com Remate de Males (Brasil), Nazareth e Caballococha (Peru).

A fundação de Remate de Males e Nazareth, na margem oposta do rio Javari no território peruano, assim como o rápido crescimento de Caballococha, bem como a sua conexão através de uma trilha terrestre, significou o deslocamento para o sul do eixo horizontal anterior sobre a Amazônia, formado pelos assentamentos fronteiriços de Tabatinga, Letícia e Loreto (ZÁRATE BOTÍA, 2008, p. 150).

O período gomífero mundial vai gerar efervescência de antigos assentamentos urbanos que outrora oriundos das missões religiosas de Espanha e Portugal. Na segunda metade do século XIX, e particularmente nas duas últimas décadas, muitos dos povoados brasileiros situados entre Manaus e Tabatinga alcançaram a categoria de municípios, tal é o caso de São Paulo de Olivença, Benjamin Constant, Fonte Boa, Coari e Codajás (BOTÍA, 2008).

No caso específico de Remate de Males, que demograficamente atingia aproximadamente 20.000 habitantes, o destaque na região foi tal que em 1898 é elevado à categoria de município, no qual se instalavam importantes instituições governamentais como a Superintendência Municipal, a Mesa de Rendas Estadual, a Agência Postal, o Cartório do Registro Civil, e Posto Meteorológico (JOBIM, 1943).

Ressalte-se que no lado peruano, Caballococha impulsionado pelo comércio do caucho e da seringa se converteu em capital do distrito de Loreto, no que concerne ao impulso migratório, o crescimento de Caballococha contrastou com o decaimento do povoado de Loreto, de tal forma que no censo de 1862 o primeiro registrava 313 habitantes e o segundo 436, em 1876, mostrava inversão demográfica com 232 habitantes em Caballococha e apenas 151 em Loreto; já em 1893, Caballococha contava com 3.000 habitantes e Loreto com pouco menos de quatro barracos (BOTÍA, 2008, p.148-149).

De acordo com Anísio Jobim (1943) “o movimento era grande. Corria muito dinheiro. Faziam-se excelentes negócios. Os vapores chegavam cheios de mercadorias e saíam carregados de produtos, que as suas florestas soberbas forneciam. Travaram-se grandes pleitos forenses (1943, p.17).” Em frente a Remate de Males, no lado oposto do rio Itecoáí, se localizava em terras peruanas o assentamento urbano denominado Nazaré que também apresentava os frutos da borracha com armazéns e lojas atestadas de estivas, fazendas, quinquilharias, mercadorias de primeira ordem, como sedas, linhos, sombrinhas, capas, vinhos generosos, cerveja alemã (JOBIM, 1943).

O primeiro ciclo da borracha gerou um surto econômico para as cidades amazônicas e impulsionou a migração em âmbito mundial em direção às mesmas com a presença de alemães, britânicos, asiáticos, russos marroquinos, espanhóis, franceses, italianos, portugueses.

Para tal, em 1910, havia quatro grandes companhias transatlânticas de transporte navegando regularmente entre Europa, ou Estados Unidos, e o Amazonas. A linha Booth, estabelecida em 1866, a maior e mais antiga, tinha cinco vapores transatlânticos e quarenta barcos menores navegando no próprio rio. O Lloyd-Brasileiro, como também a linha Hamburg America, trabalhava principalmente com o tráfego norte-americano. A Alemanha era servida pela Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft. A maior parte do tráfego no Amazonas ficava a cargo da Amazon Steamship Navigation Company, com registro em Londres (CASEMENT, 2016, p.349).

Nesse sentido, a migração de carácter mundial e regional, de peruanos, colombianos e brasileiros em busca do “ouro negro”, representou a origem da formação de uma fronteira multidimensional, ou como defende Zárate Botía, a formação de *la frontera transnacional*.

Nesse sentido, na dimensão econômica o ciclo gomífero representou para estrangeiros e alguns empresários nacionais o esplendor do lucro e do acúmulo de riqueza e capital, todavia, para os indígenas representou nas palavras de Roger Casement (2016) a extinção de inúmeras nações num regime “pior que a escravidão”, inserido num sistema brutal de coleta de borracha, no qual os indígenas eram ‘coletados’ juntamente com a borracha, e o pagamento eram castigos físicos brutais para atingir meta quantitativa de coleta do produto.

De acordo com o autor, nesse período, “Toda a população indígena está escravizada na montanha sobre a qual a seringueira, planta demoníaca, cresce e pode ser explorada. Quanto mais selvagem o índio, mais cruel a escravidão” (CASEMENT, 2016, p. 73). O autor reitera várias acusações, a partir de observações físicas e relatos dos indígenas, de práticas de escravismo, analisa:

A busca nunca foi por borracha, árvores ou commodities, mas por homens: homens e mulheres, meninos e meninas. Eles cercavam uma casa, ateavam fogo, matavam velhos e capturavam os jovens. Quando não eram fortes o suficiente para fazer isso, eles poderiam ‘negociar’ as pessoas, mas eu acho muito improvável que os índios estivessem sempre dispostos a negociar seus amigos e parentes, ou até mesmo a vender os seus inimigos. Eles preferiam matá-los e, eventualmente, comê-los (CASEMENT, 2016, p. 197).

Ainda em tom de denúncia e lamento Casement (2016) reitera,

Oh, pobres peruanos, pobres indígenas sul-americanos! O mundo pensa que o tráfico de escravos foi extinto há um século! A pior forma de escravidão e comércio escravo, pior em muitos aspectos do que qualquer coisa originada pela selvageria na África, [...], está em pleno andamento aqui há trezentos anos, até chegar ao ponto de os sobreviventes de uma população cada vez menor, que já chegou a milhões, estarem agora morrendo à porta de uma companhia inglesa, sob o chicote, as correntes, as balas e o facão, a fim de proporcionar aos seus acionistas bom dividendo (CASEMENT, 2016, p.199).

No início do século XIX, devido ao tráfico de escravos e dos chamados aldeamentos, muitos indígenas migraram para os altos rios como Javari, Marañón e Putumayo. Entretanto, no século XX, com a exploração da borracha em abundância nesses altos rios, os indígenas foram novamente perseguidos e escravizados, o que provocou novos deslocamentos de fuga de retorno e de adentramento na mata. Conforme Casement (2016) os indígenas, nativos, ou *cholos* eram recrutados forçosamente nas ruas, aldeias para prestarem serviços nos quartéis e no fronte de batalha, dos quais quando tinham oportunidades fugiam e se embrenhavam nas matas.

Todavia, esse período gomífero vai engendrar as principais características atuais da região, as quais incluem a prevalência de atividades extrativas sobre atividades produtivas, a dependência da demanda e do capital estrangeiro, a persistência de formas de produção pré-capitalistas e coercivas, a ausência de um mercado interno, baixos níveis de articulação interna e com o resto do país, frentes demográficas em sua maioria instáveis, elites efêmeras e sem perspectiva de desenvolvimento local, e um estado de anarquia caracterizado pela existência de grandes setores sociais carentes de direitos civis e de resolução de conflitos por meio da violência (GRANERO e BARCLAY, 2002).

Ao longo do processo histórico de urbanização se destacam periodicamente os marcos principais geradores da sociedade contemporânea amazônica, os quais, a presença indígena, o esvaziamento do espaço e reocupação colonial portuguesa, o extrativismo da borracha e os planos/estratégias de integração nacional. Todos esses momentos não lineares assinalam marcas profundas no território, que prenes de modos e estilos de vida distintos são geradores

do sincretismo cultural amazônico. Este processo espaço temporal promoveu o surgimento de uma fronteira marcada pela confluência de múltiplas nações, temos nesse cenário uno e múltiplo, o idioma, a religião, a culinária, o comércio, os imigrantes, sejam eles brasileiros, peruanos, colombianos ou de nações longínquas.

### 2.3 A migração peruana recente no Alto Solimões-Amazonas

Como vimos, a sociedade que se estabelece nas cidades da região do Alto Solimões compartilham de um passado comum, o esvaziamento e reocupação do espaço com marcos territoriais em contexto colonial, consolidação de limites territoriais por Estados-Nação, mas com especificidades de tipos humanos que se deslocam dependendo da necessidade econômica e de sobrevivência. Desde a constituição dos primeiros marcos que delimitaram os limites territoriais de Brasil e Peru, percebemos que a população local exerceu papel fundamental na constituição e contiguidade dos acordos estabelecidos, com destaque nos primórdios para os assentamentos urbanos brasileiros em São Paulo de Olivença e Tabatinga.

Note-se que o comércio exercido pelos habitantes de ambas as nações é fator preponderante no cenário das negociações diplomáticas, e que inicialmente se computava a presença predominante dos comerciantes luso-brasileiros em território peruano, mas com o advento do ciclo da borracha há a ressignificação da dinâmica urbana na região, com destaque para a valorização de assentamentos urbanos como Remate de Males, embrião de Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

Atualmente, esse comércio tem apresentado novas dinâmicas, em evidência o comércio realizado por peruanos nas cidades que compõem a região do Alto Solimões, com predomínio comercial em cidades mais próximas aos limites territoriais e pontuais em cidades relativamente distantes que se localizam ao longo rio Amazonas.

A presença da população de imigrantes peruanos é marcante no cotidiano dessas cidades amazônicas e vem se fortalecendo nas últimas décadas, de tal forma que Gonçalves (2012) ressalta em viagem realizada de Manaus a Tabatinga, no texto datado do dia 25 de fevereiro de 1998:

É quarta-feira de cinzas em Benjamin Constant, mas a cidade não está adormecida e já podemos vê-la um pouco mais. O que se vê não é tão diferente da paisagem urbana do Alto Solimões, embora, aqui, tudo apareça em escala aumentada: as ruas são mais largas, o comércio é mais intenso, o movimento de motocicletas é maior e as edificações públicas são mais frequentes. [...] No mais, a mesma sensação de uma cidade simultaneamente acoçada e protegida pelo rio e pela floresta. A diferença, em Benjamin Constant, é antes de tudo sonora: a presença peruana e colombiana agora pode ser ouvida com maior estridência: nos bares, o antes



População residente	52.272	15.153	33.411	9.467	31.422	24.481	17.079
Nata	50.149	14.991	32.796	9.428	31.286	24.346	17.075
Naturalizada	326	41	158	04	52	-	04
Estrangeira	1.797	120	457	35	84	135	04

Fonte: IBGE, 2010.  
Org.: SOUZA, 2018.

Esses dados revelam a ponta da imigração nessa região, no qual estes imigrantes são os principais portadores do comércio que interliga espaços mundiais e para tal suas contribuições e contradições.

Nesse sentido, a fronteira por saturar essa fluidez de atividades, pessoas e objetos carrega em seu bojo estigmas que a evidenciam como a “palmatória” das mazelas dos respectivos Estados-Nação, principalmente quando se considera o fluxo de pessoas e objetos, e a migração. A fronteira e a migração são pares sociais de reflexão mundial, pois se torna incompleto e iníquo pensar a temática fronteira sem levar em consideração as nuances da problemática migração.

A ONU (Organização das Nações Unidas) define migração “como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Entretanto, essa definição exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente (RENNER, 1980).

Para ilustrar melhor a situação suscita-se a afirmativa de Haesbaert (2010):

(...) migrante é uma categoria muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto de indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios. Com isso, falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário – somos sempre obrigados a qualificá-la. Assim como os processos de des-territorialização podem ser multidimensionalmente caracterizados, o mesmo ocorre com as migrações, com a importante constatação de que também se trata de processos internamente diferenciados – por exemplo, a análise da des-territorialização depende do momento em que a trajetória do migrante está sendo analisada. Além disso, há migrações ditas 'econômicas' vinculadas à mobilidade pelo trabalho, migrações provocadas por questões políticas e outras por questões culturais ou ainda 'ambientais'. Para completar, categorias como as de refugiado e exilado muitas vezes são confundidas com a de migrante, sendo muitas as situações ambíguas ou de entrelaçamento (HAESBAERT, 2010, p. 246).

Completa-se ainda utilizando a análise de Renner e Patarra (1980):

A fase de identificação do fenômeno numa população apresenta outras dificuldades, pois embora não haja do ponto de vista estritamente estatístico, dificuldades para identificar os movimentos de população no espaço, há situações limites em que é difícil discernir, entre os movimentos de população, aqueles que se caracterizam como migração. Os próprios migrantes nem sempre se identificam como tais, não constituindo, pois, fontes seguras de informação (RENNER e PATARRA, 1980, p. 237-238).

Deste modo, ao considerar migrações em âmbito estatístico como deslocamentos de determinado indivíduo ou grupos no espaço, ainda teremos que discernir entre migrações definitivas e migrações temporárias, o qual só é possível a *posteriori*, pois uma parte dos imigrantes temporários fixa-se no lugar de destino variavelmente quando existe a possibilidade jurídica de assim proceder e também interesse econômico (GEORGE, 1973).

As migrações fazem parte da história evolutiva da humanidade, na busca por espaços com maior disponibilidade de alimentos, espaços cultiváveis, climas suportáveis, melhores condições econômicas, fuga de guerras e tragédias naturais. No principal consenso científico da evolução humana, temos em princípio as migrações humanas da África para a Eurásia, a Afro-Eurásia, Sudeste da Ásia para a China, para o sudeste da Austrália e por fim migrações humanas da Ásia até a América.

No âmbito regional da temática migração, Aragón (2009) afirma que a Amazônia brasileira acompanhou o período das grandes migrações do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. O fluxo de migrantes internacionais para o Brasil se fortaleceu a partir de 1870 e, sobretudo, após a abolição da escravatura em 1888, como resultado de diversas transformações socioeconômicas e demográficas da Europa, da expansão do capitalismo e de políticas estatais do Brasil que contribuíram para atrair europeus visando suprir a escassez de mão de obra causada pela libertação dos escravos. Os imigrantes procediam, sobretudo, da Europa, de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão (ARAGÓN, 2009).

O processo de migração nas áreas de fronteira é antigo, existe um vai e vem recíproco principalmente quando se trata das fronteiras da Amazônia. Mesmo antes de qualquer a formação entre Estados-Nação era uma área habitada por populações indígenas que mantinham contato frequente e não vivenciavam territorialidade imposta a partir da definição de fronteiras e com a implantação dos Estados Nacionais na América e em especial na Amazônia.

Especificamente, ao longo dos últimos cem anos, os fluxos migratórios oriundos do Peru têm passado por várias etapas. No exposto anterior e início deste capítulo, em síntese,

expomos a situação histórica do Peru no que se relativa à migração, pois ao longo do processo de colonização séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, o processo migratório da população peruana se concentrava basicamente no sentido interno.

Nesse ínterim, o Peru era um país receptor de imigrantes europeus, asiáticos, africanos e norte-americanos, além de brasileiros, colombianos e outros de demais nações configurando a ocupação tardia do oriente peruano ou Amazônia peruana.

Teófilo Altamirano Rúa (2009) salienta que a maiorias das embaixadas e consulados do Peru foram instituídos após a Segunda Guerra Mundial quando a emigração peruana começou a aumentar. O aludido autor ressalta que nos primeiros seis anos deste século, deixaram o país cerca de um milhão de peruanos, e que até 2009 existiam 77 embaixadas e 140 consulados entre oficiais e honorários para atender a demanda de 230.000 peruanos que abandonam anualmente o Peru com a intenção de residir em outros países. No quesito histórico das migrações andinas:

Os países andinos são hereditários de uma tradição cultural do império dos Incas e de um processo de colonização espanhola, que não conseguiu eliminar a cultura e a língua, mas sim modificar a sociedade e economia do atual Equador, Peru, Bolívia e norte do Chile e da Argentina. Era uma área de imigração, não apenas espanhola, mas também africana, europeia (ocidental), asiático e árabe. Por aproximadamente cem anos, desde a metade do século XIX até os anos sessenta do século passado, a imigração europeia, embora em volumes menores para os países do Cone Sul, logrou uma formação racial, cultural diversa, desigual e por vezes conflituosa. Essa diferenciação foi expressa na seletividade da emigração. Foram os segmentos médio e alto que migraram preferencialmente aos países de seus ancestrais e, assim, consolidou a desigualdade social, características políticas, culturais e econômicas da fraca integração regional e nacional que ainda persiste. Enquanto os camponeses e indígenas migram para as cidades dentro de cada país, os grupos oligárquicos fizeram isso para os Estados Unidos da América e Europa do Oeste. Nos últimos trinta anos, as classes populares urbanas e dos setores rurais, entraram na era da migração internacional, embora suas causas e consequências são diferentes das classes média e alta (RÚA, 2009, p. 42-43).

Nesse contexto, a migração andina passou por três etapas nos últimos quarenta anos: primeiro em direção aos Estados Unidos da América, dos setores de classe média, classe média alta e alta até os anos 90; segundo, para a Europa Ocidental, principalmente para Espanha e Itália e em volumes menores para outros países; terceiro, para países limítrofes como a Venezuela, Chile, Argentina e Brasil (RÚA, 2009).

No âmbito do Peru, a partir de 1910, o país deixou de ser receptor de migrantes, convertendo-se em um país eminentemente emissor de migrantes, tendo como fatores a deterioração de sua política econômica.

No aludir do aspecto da política e economia peruana, José Carlos Mariátegui (2010) ressalta que o embrião da república colonial peruana gerou uma nação com inúmeras crises de identidade, ou seja, originou-se na perspectiva voltada para a Europa, nasceu em 1821 e sem levar em consideração o elemento indígena, e pior de tudo, ainda se estrutura no ensejo de subjugar o seu elemento original, o indígena.

No que tange aos recursos naturais e a ocupação da Amazônia Oriental peruana, os decretos, a legislação de concessão de terras para colonização entregaram suas riquezas nas mãos de saqueadores estrangeiros, a exemplo o domínio total da exploração da borracha no Putumayo à colombianos que respondiam aos padrões britânicos.

Nesse âmbito, o autor cita a exploração inicial do ouro e da prata como herança histórica da colonização espanhola, assim como a exploração do guano e do salitre no contexto da formação de uma economia de prevalência costeira. Estas explorações formularam as engrenagens de um comércio que engessou a economia peruana sob o controle inicial do capital espanhol, britânico e posteriormente estadunidense.

No evoluir histórico da análise da economia, Mariátegui ressalta o pós-guerra, no qual a derrota para o Chile significou perdas das principais fontes de exploração do salitre e do guano, o que resultou na depressão geral da produção e do comércio, desvalorização da moeda nacional, e ruína do crédito externo.

Nesse contexto, a década de 1980 foi marcada por intensa migração de peruanos para o exterior, migração impulsionada por problemas concernentes aos aspectos políticos e econômicos do Peru, dentre os quais conflitos agrários, avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas (SANTOS 2011).

No fim de 1988, a crise econômica, a violência terrorista, entre outros problemas, levou os peruanos a migrarem em busca de emprego e segurança, acelerando ainda mais a migração da zona rural para as grandes cidades peruanas, principalmente para a capital do país, o departamento de Lima, que tem ocupado uma situação de privilégio, já que se converteu no principal centro das atividades político-administrativas do Peru, o que provocou maior crescimento de sua população. De acordo com o INEI (2009), Lima concentra 29% da população nacional, 69% do produto interno industrial, 87% da arrecadação fiscal, 98% dos investimentos privados, 48% dos leitos hospitalares e 33% da população economicamente ativa. Esses números demonstram o desenvolvimento de Lima em relação aos demais departamentos do Peru, o que a torna principal foco de atração populacional (SANTOS, 2011, p.24-25).

Oliveira (2006), afirma que:

Os fatores históricos indicam a influência da cultura na decisão de migrar, uma vez que os povos andinos eram predominantemente nômades. Já os fatores geográficos apresentam a proximidade da fronteira como um grande

convite à transposição dos limites, que nesse caso são simplesmente geopolíticos. Os fatores econômicos também são determinantes nesse processo, principalmente para a migração mais recente que é decorrente da grande crise e recessão econômica que o país vem atravessando. No entanto, o sangrento período da ditadura do general Velasco Alvarado destaca-se como um dos elementos que mais interferiram nos processos de migração até os dias atuais (OLIVEIRA, 2006, p. 187-188).

Rodrigo Montoya (1992) afirma que o país vive desde a década de 1980 situação de violência política. Esta se multiplica e se agrava de modo ininterrupto. Montoya salienta ainda que em determinada dimensão ao longo da história peruana há uma inegável violência estrutural, a exemplos, o massacre de indígenas, as violentas repressões das insurreições contra a coroa e as atrocidades do exército chileno na guerra de 1879-1884. Em âmbito introdutório apresenta os seguintes dados resultantes dos conflitos internos entre 1980 e 1992:

O fogo cruzado dos conflitos armados há produzido 22.396 mortos entre 1980 e julho de 1992. Desde 1990 até agora (1992) houve 6.648 mortos. Em somente três meses, a partir de cinco de Abril de 1992 - data do golpe cívico-militar dirigido pelo senhor Fujimori, presidente da república, o número de mortos chega a 800. Em doze anos os desaparecidos são mais de três mil e o Peru é, desde há três anos, o país com o maior número de desaparecidos do mundo. Ocorreram 23.708 atentados e os danos causados a economia alcançaram a enorme soma de 19.440 milhões de dólares, um pouco menos que a dívida externa do país (MONTROYA, 1992, p. 6-7).

Os principais destinos da migração peruana são historicamente Europa, Ásia, Estados Unidos, além da migração para países da América do Sul, em relevância aos países limítrofes. No que concerne a migração peruana em massa ao Alto Solimões, temos o período de 1910 a 1920, o denominado período gomífero. Neste momento histórico se registra a presença de imigrantes peruanos no cenário do seringal de Remate de Males, que se torna o polo gomífero de maior destaque da região, tendo como relevância também as vilas peruanas de Nazaret e Cabalococha.

De acordo com Botía (2008), os primeiros imigrantes peruanos que chegaram a Benjamin Constant participaram do processo de povoamento e ajudaram a construir a história demográfica e econômica do município. Tanto que, na década de 1930, a população estrangeira em Benjamin Constant mantinha um caráter multinacional, era composta por 68 peruanos, 18 colombianos, três portugueses, três italianos, três sírios, um espanhol e um alemão (JOBIM, 1943).

De acordo com Anísio Jobim (1943), a população de Remate de Males no auge da exploração gomífera atingiu aproximadamente 20.000 indivíduos, no entanto com a desvalorização reduziu drasticamente a menos da metade. Ressalta-se que residindo no

município “O elemento estrangeiro figura em número muito reduzido, representado por portugueses, franceses e peruanos. Os dois primeiros visam o comércio, os últimos entregam-se às indústrias extrativas da borracha e do caucho” (JOBIM, 1943, p. 18). Todavia, há que se destacar que o comércio entre peruanos de Nazareth e brasileiros de Remate de Males ainda era frequente, pois nos escritos do autor:

“A vila de Remate de Males é um centro seringueiro, que mantém a melhor cordialidade com a sua congênere Nazaré. As populações dos dois núcleos se dão admiravelmente. O tráfego entre os dois povoados é frequente por meio de canoas e motores que ronronam pela dilatada confluência das duas poderosas correntes. De um lado, em Nazaré tremula a heroica bandeira peruana; do outro, em Remate de Males, afirmando a nossa soberania, desdobra-se, garboso e esplêndido, o pavilhão brasileiro” (JOBIM, 1975, p. 19).

Apesar de maior intensidade em Remate de Males, a migração peruana nesse período se estende por toda calha do Alto Solimões - Amazonas, com relevância também na área do Içá-Putumayo. Esta migração vai deixar marcas em todas as demais futuras cidades, como Tabatinga, Tunantins (Tonantins), Santo Antônio (do Içá), Maturá (Amaturá) e São Paulo dos Cambebas/de Olivença.

Algumas estão envolvidas diretamente com a extração da borracha, outras indiretamente no que tange ao abastecimento de alimentos *in natura* e de madeira para as embarcações a vapor que transitavam frequentemente aquelas águas.

Ao final do ciclo da borracha, por exemplo, se verifica a migração de retorno ao país de origem para os grandes comerciantes da região, contudo a maior parte da população dos imigrantes, os seringueiros extratores nordestinos e estrangeiros peruanos migraram para localidades próximas como Esperança, Atalaia do Norte e Tabatinga. Outros que se concentravam na extração da borracha ao longo do Içá/Putumayo e afluente, se deslocaram para as localidades próximas como Santo Antônio do Içá, Tonantins, São Paulo de Olivença e Amaturá.

É necessário frisar que os imigrantes em geral que ficaram na região foram os seringueiros que não obtiveram grandes resultados com a extração do látex, ou que viviam em regime análogo ao da escravidão, ou seja, não tinham como retornar às suas respectivas regiões de origem. Temos também os que obtiveram algum recurso e se fixaram nas imediações se tornando os comerciantes de estivas em geral na região, estes por dominarem o conhecimento sobre as transações comerciais com os grandes centros econômicos nacionais e internacionais vão se tornar parte da elite local.

Porém, destaque-se que a entrada com maior relevância de peruanos em território amazonense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990 e se tratava de fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores (OLIVEIRA, 2010; SANTOS 2011).

Anterior a esse período, a região do Alto Solimões já experimentava a existência de alguns aparatos institucionais no que tange a atividades profissionais técnicas inseridas num contexto religioso, dos quais se pode citar algumas benfeitorias realizadas pelos missionários nas cidades: igrejas, pastorais, escola “Imaculada Conceição” em Benjamin Constant (1940), casas de artesanatos, escola “Nossa Senhora de Assunção” e de trabalhos técnicos femininos em São Paulo de Olivença, escola em Belém do Solimões (1960), hospital Santa Elizabeth em São Paulo de Olivença, escolas de datilografia, casa da mãe gestante, serrarias, carpintarias, educandário, fábrica de tijolos, em Amaturá e Santo Antônio do Içá.

No período referente a meados da década de 1980 e início da década de 1990, a principal atividade econômica da região do Alto Solimões era a extração e beneficiamento de madeiras, ou a indústria de fabricação de tijolos, as olarias. Essas atividades industriais dinamizam as atividades econômicas das cidades e podem ser consideradas vetores de atração para a migração de peruanos.

Todavia, a cidade que mais absorveu esses imigrantes nas décadas de 1980 e 1990 foi Benjamin Constant, pois esta cidade foi herdeira direta dos aparatos institucionais oriundos do período da borracha, como se verifica na citação a seguir:

(...) Benjamin Constant, a antiga Esperança, transformada numa florescente cidadezinha, com sede municipal, correios e telégrafos, rádio e mercado importante do comércio de borracha e de madeira de lei. O rápido progresso era consequência da sua feliz encruzilhada de fronteiras com imediato contato com as repúblicas irmãs do Peru e da Colômbia. Uma das causas do desenvolvimento de Benjamin Constant foi exatamente à rivalidade surgida em 1933 entre os dois Estados: a Colômbia em particular, com significativas somas, construiu um posto de fronteira, pouco depois da fronteira a cidade de Letícia, junto ao Forte de Tabatinga, colocando um forte contingente militar a poucos minutos do marco brasileiro. Isso comportou por parte do Brasil numa ação semelhante, atraindo ao lugar muitos brasileiros que deram impulso às diversas atividades de trabalho e indústrias da cidade. Também a nova estação missionária influenciou não pouco no incremento demográfico e civil da região (TOSTI, 2012, p.294).

Nas décadas de 1980 e 1990 a cidade abriga instituições de relevância no âmbito regional, como em correios, agência de telégrafo e aviação a Panair do Brasil (Pan American World Airways/PANAIR), cooperativa de beneficiamento de arroz, agências bancárias (CAIXA, BASA, BEA), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), IBDF (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), SEFAZ

(Secretaria da Fazenda), CEAM (Companhia Energética do Amazonas), COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas), EMATER/AM (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas), IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas), TELAMAZON (Telecomunicações do Amazonas S/A), CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), delegacia, Hospital Militar de Tabatinga e o cartório municipal.

Este aparato institucional eleva a cidade de Benjamin Constant à condição de polo regional, pois no âmbito das atividades econômicas e jurídicas, principalmente, os indivíduos que residiam nas demais cidades tinham que se reportar sempre a Benjamin Constant. Exemplos como receber proventos oriundos do funcionalismo público eram realizados na referida cidade, pois esta abrigava os únicos bancos da região.

Em Benjamin Constant, os imigrantes peruanos realizavam trabalhos braçais disponibilizado pelas serrarias, mas já se notava na década de 1990 o início do comércio peruano para os moldes atuais, como podemos perceber no depoimento de Torres (2011), extraído de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na UFAM de Benjamin Constant:

Lembro-me que uma parte significativa desses imigrantes veio para Benjamin Constant, na década de 1980, a procura de emprego nas serrarias, já que elas eram uma das poucas possibilidades de trabalho remunerado disponíveis nesta região. Outros trabalhavam no comércio informal, o chamado comércio ambulante, vendendo produtos industrializados de plástico como, bacias, baldes, pratos, canecas, entre outros objetos importados (TORRES, 2011, p. 25).

Neste período, a maioria dos imigrantes peruanos no Amazonas apresentava baixo nível de escolaridade, pois se tratava de camponeses ou pertencentes a etnias indígenas, migrando com toda a família em busca de qualquer tipo de trabalho e de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2010). Eles se submetiam a qualquer situação de trabalho que lhes proporcionasse algum ganho para o sustento de suas famílias. O que muitas vezes lhes conferiu situação de trabalho análogo ao escravo nas serrarias.

Eles eram explorados pelos patrões por meio de intensa jornada de trabalho mal remunerado, e em alguns casos relatados se submetiam ao regime de compra de seus materiais de uso cotidiano (alimentação, materiais de higiene) nos estabelecimentos comerciais dos patrões das serrarias, o que gerava um sistema de dívida impagável similar ao que ocorria no período de extração da borracha.

Nas décadas de 1980 a 1990, podemos considerar como *boom* da extração e comercialização da madeira vai influenciar a dinâmica do Alto Solimões, sendo que os

principais empresários da madeira se tornam os principais empresários do ramo do comércio. Esta atividade extrativa de madeira se torna a principal atividade econômica regional, como se pode observar na seguinte citação:

(...) estes elementos fizeram o fortalecimento dos comércios no Marco. Os novos estabelecimentos comerciais vendiam produtos como sabonetes, artigos do lar, sapatos, têxteis, alimentos enlatados, materiais de construção, entre outros. Estes locais foram promovidos por capitais e empresas de Benjamin Constant que antes estavam concentrados na atividade madeireira na cidade, por comerciantes que trabalhavam com o comércio de regatão, que posteriormente estabeleceram armazéns no Marco, que eram sortidos de mercancias oriundas de Manaus (...). Dentre os locais comerciais que surgiram se sobressaiam a Casa Barbosa dos Irmãos Magalhães, destacada empresa dedicada ao comércio madeireiro e móveis que anteriormente funcionavam somente em Benjamin Constant (MOTTA, 2012, p. 215-216).

De acordo com informações de pessoas que trabalhavam nas serrarias, a madeira comercializada era oriunda principalmente do vale do rio Javari no perímetro pertencente ao município de Atalaia do Norte. As serrarias em Benjamin Constant beneficiavam a madeira (tábuas, pranchões, ripões, tabiques) e atendiam ao mercado regional (Benjamin Constant, Atalaia, Tabatinga, Manaus, Belém) e ao mercado internacional (Peru, Colômbia, Estados Unidos, Venezuela, Espanha e França).

Os principais tipos de madeira de lei exportados eram cedro, mogno, virola, louro, jacarandá e jacareúba. Em síntese, os empresários da madeira de Benjamin Constant influenciavam na economia de toda região da tríplice fronteira, inclusive no denominado “Marco”, que era a área comercial mais dinâmica da tríplice fronteira, no limite territorial entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (recém Colômbia).

Neste período, eram colombianos e peruanos que compravam os produtos brasileiros, disponibilizados, principalmente pelos empresários da madeira que também trabalhavam como regatão e adquiriam mercadorias diretamente de Manaus e outras regiões a preços acessíveis, como do Pará.

Nesse sentido, tivemos como fatores de expulsão na migração peruana ao Alto Solimões problemas oriundos da política e economia fragilizada, com destaque a conflitos armados de governos militares autoritários e grupos insurgentes paramilitares, o que gerou nas décadas de 1980 e 1990 intensa migração de população tipicamente de classes populares urbanas e dos setores rurais.

Deste modo, populações que já haviam migrado inicialmente dentro do território nacional em contexto rural-urbano, camponeses e indígenas, como fator de atração,

experimentou breve efervescência econômica no Alto Solimões provocados pelo *boom* das serrarias e de aparatos institucionais herdados do período gomífero.

A principal forma de entrada dos migrantes peruanos ocorre via fluvial, tendo como meio de ligação o rio Amazonas. A trajetória mais relatada pelos entrevistados é a que segue de Iquitos, centro urbano regional capital do departamento Loreto e da Província de Maynas, de onde pegam barcos e descem o rio até Santa Rosa ou Islândia ainda, em território peruano, e em seguida vão para Tabatinga ou Benjamin Constant.

Depois de determinado tempo seguem em nova embarcação em direção a Manaus. Ocorre que muitas vezes, quando param nessas cidades de fronteira no Alto Solimões, iniciam a prática da atividade comercial ambulante para garantir a sobrevivência, e em muitos casos relatados acabam se estabelecendo, montam pequenos negócios e vão prosperando economicamente e às vezes ascendem a destacados comerciantes locais (SOUZA, 2014).

Nesse contexto de ascensão econômica de comerciantes peruanos, em São Paulo de Olivença, ressalta-se sempre a história do comerciante, denominado de Dom Mário, o qual é descrito pelos moradores locais como o primeiro comerciante peruano a chegar e se fixar na cidade.

Este comerciante chegou na década de 1980, iniciou seu comércio de bugigangas, objetos importados, rádios, objetos de plástico, pilhas, canecas, bolas, brinquedos e materiais do lar em geral. Usava a estratégia de expor esses objetos em cima de uma lona azul nas imediações de árvores, “ficava embaixo dos dendês numa lona velha ao lado da igreja matriz na área da praça municipal”.

De acordo com os moradores esse “mascate” enfrentava chuva e sol, muitas vezes saía com seus objetos para vender nas imediações do lugar; progrediu economicamente e no período de uma década se tornou um dos principais comerciantes do lugar, construiu hotel de madeira (na época único na cidade), comércio de estivas miudezas em geral, no centro da cidade, e comércio fluvial em balsa com venda também de pescado e outros produtos extraídos da natureza (farinha, carne do mato, bicho de casco).

Era solteiro com dois filhos, mas relatos apontam que ele casou com uma mulher da própria cidade, que com a morte do comerciante assumiu todo o patrimônio econômico. No final das contas, como dizem os moradores, “tudo se acabou”, o hotel foi levado pelo fenômeno das terras caídas, os estabelecimentos comerciais foram tomados e vendidos para pagar dívidas.

Todavia, antes da morte do comerciante, os filhos migraram para Atalaia do Norte, dos quais um é professor e o outro é importante comerciante de materiais esportivos na

cidade. Ressalte-se que este comerciante que reside em Atalaia do Norte, sem saber da passagem e conhecimento do pesquisador em São Paulo de Olivença, relatou a mesma história descrita acima e no momento do primeiro contato com o pesquisador, citou ainda a seguinte afirmativa em tom orgulhoso “Sou fulano, filho de Dom Mário”. O pesquisador completou, de São Paulo de Olivença? Em seguida o que ocorreu foi descontraído diálogo com detalhes das atividades comerciais que desenvolve no lugar e do que aconteceu em seu processo migratório até Atalaia do Norte.

Após a chegada de Dom Mário em São Paulo de Olivença, ressaltou-se nas entrevistas e conversas informais a entrada na década de 1990 de outros imigrantes peruanos de relevo no comércio local em sequência, como: Navarro (carpinteiro e depois dono de carpintaria), Dom Sambrano (comerciante de estivas em geral e produtos importados), Gambert (ambulante nas ruas do bairro Vila Velha). Citam-se também os comerciantes que chegaram a partir dos anos 2000, como Pedro Vargas (dono de estabelecimentos comerciais e hotelaria), Marcelo, Dom Pedrito e Oróbio (estabelecimentos comerciais de varejo e atacado).

Nesse sentido, podemos dividir a migração recente de peruanos em direção a São Paulo de Olivença em três períodos: década de 1980 de migração sutil e pouco perceptiva na ocupação de espaços na cidade (situado na praça); meados da década de 1990 com migração moderada, mas de impacto visual na ocupação das laterais da escadaria da cidade; e década de 2010 com migração intensa e com impacto visual na paisagem, ocupação de espaços restantes da escadaria e principalmente a rua Tenreiro Aranha, conhecida como “A Leticia de São Paulo de Olivença” devido o intenso número de comerciantes peruanos na área.

Esta última década de 2010, em São Paulo de Olivença, marca a chegada de intenso número de imigrantes peruanos, e de imigrantes com melhor poder aquisitivo, como o já mencionado empresário dono de hotelaria e estabelecimentos comerciais, médicos, e cirurgião dentista. Saliente-se que o referido cirurgião dentista montou uma clínica com equipamentos de qualidade nunca instalados na cidade, clínica esta que atualmente está instalada em Tefé.

Todavia, apesar da tentativa de filtrar as informações e agrupá-las em períodos, existem momentos de idas e vindas dos imigrantes, de trânsito moderado a intenso entre as cidades que não chega a ser pendular, mas de reconhecimento e adaptação que por diversos fatores, principalmente o econômico, podem motivar a atividade fixa em determinada cidade ou aglomeração urbana pelas margens do rio.

Destacamos aqui a história do José, de trechos extraídos de longo diálogo com comerciante peruano iniciado às 15:30 horas, datado de 27/06/2015, na escadaria de São Paulo de Olivença. Ei-lo:

Tengo 37 años, natural de Chiclayo na zona litorânea del Peru; después del servicio militar fui de ônibus para Lima, donde trabajo dois meses como segurança, fui de avião para Iquitos, adquiri, conseguí mercadorias, sai de barco hasta Tabatinga (três dias), entonces até Santo Antônio do Içá, a poco tiempo encuentre amigos que ha venido a la ciudad por el Putumayo, de lá imos hasta Manaus, donde permaneci dois años, comprava mercaderia na Venezuela e comercializava hasta Boa Vista, Tefé, Coari, Codajás, Anori, e Anamá. Em año de 2000, final de 1999, retorne para Lima, pois penso que el mundo se acabaria, queria ver my mama, no ha llegado a tiempo, entonces en Iquitos me embriague para não ver el mundo acabar; despertado de ressaca, una dor de cabeça, mirei... mirei... y o mundo no havia acabado; entonces fui festejar, liguei para mi madre, y muchos consejos; después retornado ao trabalho; con unos amigos fui hasta a Caballococha, donde vivi dez años, conheci la madre de mis hijos; mas devido a problemas en la cidade segui en direção ao Brasil em 04/12/2012 e há morado aqui desde entonces; comercialiso mercadorias del Brasil, Peru e Colômbia; tengo parentesco con importante comerciante na região, meu tio és dono do 'Palácio dos Brinquedos', tu conoces, na cidade de Benjamin Constant ( Diálogo de campo, datado de 27/06/2015 em São Paulo de Olivença).

Salientou ainda que seu comércio é na cidade de São Paulo de Olivença, mas quando o movimento está fraco faz o comércio (compra e venda) pelas cidades de Amaturá, Santo Antônio do Içá até Jutaí, porém em sua opinião o melhor lugar para comerciar é na cidade de Santo Antônio do Içá.

Como podemos notar, o trânsito de comerciantes peruanos pelas cidades brasileiras e peruanas é corriqueiro, com idas e vindas influenciados por contexto geral e específico. Como salientado, temos a rota principal via rio Amazonas com entrada por Tabatinga e a rota pelo Içá-Putumayo, que é utilizada principalmente por aqueles que se instalam em Santo Antônio do Içá, Tonantins, São Paulo de Olivença e Amaturá.

Existe também a rota de migração que ocorre via rio Javari. Nesse caso específico se trata de migrantes camponeses oriundos dos vales andinos, percorrem as margens do rio Javari no sentido montante-jusante, passam por cidades como Caballococha, Petrópolis, Santa Rosa e Islândia (Peru) e se fixam nas cidades fronteiriças brasileiras do Alto Solimões (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga), ou Letícia (Colômbia). Os migrantes rurais, ligados à agricultura de subsistência, são atraídos às cidades na esperança de obterem emprego no setor formal, os quais tendo suas expectativas frustradas ficam relegados ao setor informal, que lhes oferece ganhos no nível de subsistência (CHARMES, 1990).

Com relação a esse aspecto da migração peruana é necessário melhor descrição e análise, pois ela é realizada por indivíduos pertencentes ao grupo religioso israelita, além do aspecto econômico e político de busca de melhorias ou fuga de perseguição do governo, adiciona-se ainda o aspecto da religião e parceria política no âmbito da colonização do oriente peruano, como elemento de impulso das migrações recentes.

De acordo com Jean-Pierre Chaumeil (2000), este movimento nasceu em meados dos anos cinquenta na região de Arequipa no Peru e hoje conta com dezenas, senão centenas de milhares de seguidores em vários países (Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Brasil).

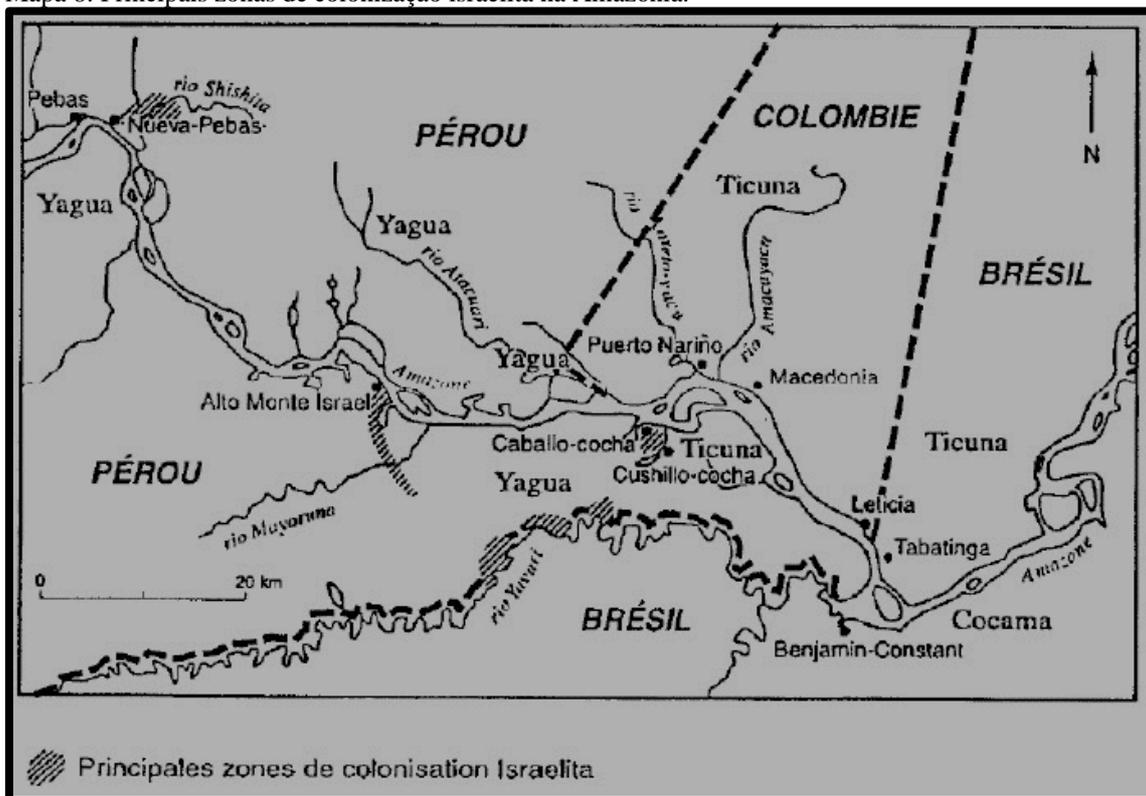
O nome "Missão israelita" vem do fato de que eles se consideram representantes legítimos na terra do povo judeu. No âmbito político, o governo peruano encorajou, como parte da nova legislação agrária de 1995, o acordo maciço nesta região de membros do grupo religioso principalmente de origem andina, isto é, a "Associação Evangélica da Missão Israelita da Nova Aliança Universal" AEMINPU, ou simplesmente os israelitas, cujo projeto messiânico-político (batizado "Projeto Integral das Fronteiras Vivas do Peru") visa especificamente promover a "integração territorial sul-americana" (CHAUMEIL, 2000).

Esse movimento religioso começou em meados dos anos cinquenta quando ocorreu a primeira visão do profeta, na qual no aspecto da revelação se mostrou a localização da "Terra Prometida" em algum lugar nas florestas a leste dos Andes para escapar, ele e seus discípulos, do próximo cataclismo universal previsto para 1993, mas adiado para o ano 2000 (CHAUMEIL, 2000).

Ele fundou a associação AEMINPU, evangélico que foi oficialmente reconhecido pelo governo peruano em 1968. A partir deste momento, o movimento iniciou sua "descida" em direção a floresta em busca da "Terra Prometida", o que levou vinte anos depois para a fronteira da Colômbia e do Brasil. Durante a migração, eles converteram seguidores entre as pessoas locais que eles organizaram em colônias ou cooperativas fazenda.

Em 1995, os israelitas fundaram sua cidade sagrada, Alto Monte Israel de 7.000 habitantes, nas margens do Ucayali/Solimões/Amazonas, hoje capital regional do movimento e ponto estratégico de um vasto projeto de colonização agrícola de 10.000 hectares. Vários outros centros de adoração e colonização florescem hoje perto da fronteira brasileira, ao longo do rio Javari, mas também nas regiões de Pebas e Caballo-Cocha (CHAUMEIL, 2000). Observe a seguir o mapa elaborado por Chaumeil (2000) que indica a presença do grupo israelita peruano na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia:

Mapa 8: Principais zonas de colonização israelita na Amazônia.



Fonte: CHAUMEIL, 2000.

Como se observa na figura acima, o movimento de migração do grupo israelita ocorre no sentido montante-jusante dos rios Ucayali/Solimões e Javari, da cordilheira à tríplice fronteira na orientação oeste-leste, amparado pelo fundamento político do governo peruano de avivamento dos limites territoriais de “fronteiras vivas”.

Totalizando quase dois terços, pouco mais de 30 mil israelitas, do total de adeptos no Peru, a região de Ramon Castilla, no departamento de Loreto, é onde encontram-se tanto a cidade santa Israelita, Alto Monte Israel, quanto a capital do departamento, Caballococha, estas duas cidades em conjunto concentram o poder da AEMINPU na região amazônica: a primeira o poder religioso, através das festas israelitas; já a segunda concentra o poder político. Através dessas duas frentes, implementadas na Amazônia que o projeto de colonização agrícola israelita se desenvolveu, a nível religioso como uma prevenção aos sete anos de fome pós apocalíptico, a nível político como projeto ‘Fronteiras Vivas’. A estrada criada pelos israelitas permite uma ligação entre as comunidades no rio Javari com as duas principais cidades no rio Amazonas, sem a necessidade de realizar o imenso desvio pelo curso natural do rio. Vale ressaltar ainda que o projeto israelita não se faz estático na fronteira Peru; ele tem pretensões de colonizar a Amazônia como conjunto, profetizado por Ezequiel (SAÉNS, 2014, p. 55).

Todavia, o conceito israelita de "fronteiras vivas" vai muito além do aspecto único de defesa das fronteiras nacionais (CHAUMEIL, 2000). Conforme o autor, o tema da grande migração para o leste é, no entanto, central no universo apocalíptico dos israelitas, pois na concepção destes, na interpretação das escrituras sagradas, o povo de Deus que eles

incorporam deve inexoravelmente seu curso para o leste porque, no oeste, os rios secarão, o sol se curvará 10 graus abaixo e queimará a superfície da terra que se tornará estéril; seja pelo fator religioso, seja pelo político. O que se verifica com as práticas de campo é que há a presença, em maior e menor intensidade, do grupo religioso em cidades como Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Tefé, Coari e Manaus.

De acordo com Chaumeil (2000) os primeiros relatos de israelitas no Alto Solimões são registrados em Tabatinga no ano de 1997. Nesta cidade, surgiu um líder espiritual e demais israelitas portador do dom da cura, que devido ao sucesso nos tratamentos de enfermos, rapidamente foram aceitos no local e assim construíram primeiramente uma igreja e que posteriormente devido a divergências entre os líderes surgiu a segunda igreja.

Em Benjamin Constant e Atalaia do Norte, relatos de moradores antigos citam a presença dos israelitas desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, porém os primeiros a surgirem na cidade não apresentavam o aspecto marcante do contexto religioso como descrito em Tabatinga, mas denotavam como aspecto marcante as atividades voltadas para o cultivo da terra, plantações, criação e cuidados de animais em sítios, fazendas e granja local, somente nos anos 2000 é que a conotação do âmbito religioso israelita se torna marcante nas cidades citadas.

Nesses mesmos moldes, de acordo com entrevistados locais, a partir dos anos 2000 figura os israelitas na cidade de São Paulo de Olivença, e de 2010 adiante nas cidades de Amaturá, Santo Antônio do Içá, e Tonantins.

Os adeptos da religião israelita peruana apresentam características peculiares, como os homens utilizarem os cabelos e barbas compridas e as mulheres, os cabelos compridos e cobertos por um véu, estes traços se tornam marcadores físicos de identificação do grupo religioso (SAÉNZ, 2014). A religião, nesse caso específico, influencia o modo de vida desse grupo de imigrantes, assim como é fator preponderante no ato de migrar em si, mas como um todo de imigrantes peruanos, teremos outros fatores que não podem ser os principais motivos de influência da migração, mas o serão aspectos facilitadores desse fato social.

Outro fator que favorece as migrações transfronteiriças é a consolidação de redes de apoio de um lado e outro da fronteira. A existência de redes entre os migrantes permite que estes mantenham laços e contatos com parentes e amigos no local de origem (GEORGE, 1977). De fato são inúmeros os relatos dos comerciantes peruanos no que concerne ao período que se inicia nos anos 2000, sobretudo sobre os parentescos que iniciaram o processo

de migração para a região nas décadas de 1980 e 1990. Salientam-se em geral pais, irmãos, tios que conseguiram ascensão econômica e que são referência para os novos imigrantes.

O perfil socioeconômico dos imigrantes no Alto Solimões se enquadra no que foi citado por Altamirano Rúa (2009), estes são migrantes originariamente das classes populares urbanas e dos setores rurais do Peru. Apresentam baixo nível de escolaridade, ensino fundamental e médio, no caso específico dos israelitas no máximo o ensino fundamental incompleto.

Migram inicialmente os indivíduos do sexo masculino, porém em pouco tempo assimilam a família completa, ou seja, são migrantes em contexto familiar, com ênfase aos israelitas de contexto religioso que migram sempre com famílias inteiras. Todavia, nas últimas décadas se tem notado que os mais jovens que migraram com seus pais cursam faculdades no Brasil. Neste caso, os filhos dos comerciantes que progridem economicamente cursam faculdades em âmbito superior (administração, licenciaturas) em universidades públicas localizadas nas próprias cidades que residem e em muitos casos em instituições particulares (direito, medicina, engenharia) na capital do estado, Manaus.

Nesse sentido, a fronteira é a porta e o caminho de entrada dos imigrantes, é nesta e a partir desta que o imigrante vislumbra novas oportunidades econômicas e sociais. Entretanto, uma das proposições feitas com grande frequência a respeito da migração na América Latina é que ela contribui para a formação da população marginal nos lugares de destino (SINGER, 1998). O autor assinala que “marginalidade” conceituada no sentido de não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos.

Nas últimas décadas, a rede de imigrantes tem se fortalecido na fronteira em destaque, seja em número e forma de atuação, principalmente a partir de meados da década de 1990. Estes imigrantes de origem rural e urbana atualmente ganham suas vidas como comerciantes formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinhos, lojas de vestuário), comerciantes informais (pequenas tabernas de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos), e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes, e comunidades agrícolas israelitas).

Eles estão presentes também em outras atividades como na medicina, que nesta região é frequente a atuação de médicos nos hospitais das diversas cidades do Alto Solimões, as quais sofrem com a deficiência numérica de médicos brasileiros (SOUZA, 2015).

No capítulo 1 tratamos do efetivo numérico, apresentação, caracterização e espacialização do comércio realizado pelos imigrantes peruanos nas cidades do Alto

Solimões. No capítulo 2, percorremos o âmbito dos imigrantes tanto peruanos quanto brasileiros na formação da sociedade de fronteira, além dos aspectos que motivaram a emigração dos peruanos e dos fatores de atração dos imigrantes peruanos para região em destaque. No capítulo seguinte, traçamos as formas de vida que se produzem e reproduzem na fronteira enquanto espaço cotidiano de relações econômicas entre sujeitos de diferentes Estados-Nação.

### CAPÍTULO 3 – A CIDADE, O COMÉRCIO, E A FRONTEIRA

De acordo com Michel Foucher (2009), o mundo para ser habitável precisa de fronteiras e que nelas são indispensáveis marcadores de identidade, autoconsciência e diversidade.

As fronteiras são o tempo inscrito no espaço; elas permanecem testemunhas do passado ou de *fronts* vivos, segundo as conjecturas locais, mas sempre lugares de memória e, às vezes, de ressentimento. Embora essas linhas, na representação do mundo, tendam a perder sua importância - não em todos os lugares -, elas parecem ganhar em significação, mesmo que se enunciem de maneira indireta na retórica dominante do 'sem-fronteira' - discurso tão bem vindo quando vislumbra uma conexão solidária e responsável entre os seres humanos quanto insignificante quando deseja resumir o mundo a um mercado plano. Defendo que o mundo, para ser habitável, precisa de fronteiras, esse terceiro elemento entre culturas e a humanidade, que nós queríamos que fosse invisível e que permanece, no entanto, necessário (FOLCHER, 2009, p. 27).

No que concerne a sociedade que se produz e reproduz no Alto Solimões, o limite territorial imposto pela colonização europeia gerou os marcos de identidade entre Brasil e Peru. Porém, o passado comum enquanto grupos indígenas de vidas exploradas por agentes exógenos e a necessidade de convivência no âmbito da resistência de vida vai além do aspecto do limite territorial.

No sentido proposto por Bauman (2017), o ser humano não precisa construir mais muros e fronteiras, precisa construir pontes. No Alto Solimões, talvez melhor do que em qualquer outro lugar se sabe da necessidade de construção de pontes, seja no sentido subjetivo, seja no sentido literal do termo. A ponte que nos serve historicamente para atravessar córregos, igarapés, rios, territórios, e ou estigmas ideológicos de Estados-Nação. Todavia, para os amazônidas desse além território, o que os une realmente e que se torna nesse sentido a ponte de conexão, é a pinguela, é a canoa, o barco, a cultura, as necessárias trocas comerciais.

A partir da perspectiva pautada em Ítalo Calvino (1994), traçamos no momento as transformações e metamorfoses do comércio em geral e as nuances dos circuitos econômicos em que se inserem imigrantes peruanos e interconectam múltiplos espaços que atendem aos anseios dessa área de fronteira.

As cidades amazônicas que aqui abordamos apesar de distribuídas de modo irregular às margens do rio Solimões apresentam formas e sequências que se repetem. Todavia, não se pode analisar cada cidade em particular sem levar em conta os aspectos complexos que a formam, pois estes aspectos variam continuamente no espaço e no tempo, decorrendo que cada cidade é diferente da outra, mas da mesma maneira também é verdade que cada uma é

semelhante a outra, mesmo que não imediatamente contígua ou sucessiva. Enfim, essas cidades apresentam formas e funções que se repetem, apesar de distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo.

O que apresentamos neste capítulo é a forma/fluxo como se produz e realiza o comércio nas cidades dessa Amazônia profunda, e como essa formação espacial urbana está intimamente ligada às transformações ocorridas no comércio. Neste sentido, trazemos à luz da análise e do debate o cerne das questões latentes que direcionam esta tese, ou seja, o comércio realizado cotidianamente pelos imigrantes peruanos como forma de resistência na área de fronteira.

### 3.1 A circulação, o comércio e a produção da cidade na Amazônia

Para Schaffer (1993), o comércio é sem dúvida a atividade mais sensível à influência da fronteira e, nesse sentido, o comércio realizado pelos imigrantes peruanos é a porta de entrada por onde o migrante se inicia e se estabelece a partir do setor informal da economia. Autores apontam que as atividades informais são indicativas de grandes problemas estruturais no setor formal da economia (TELTSCHER, 1993; LAGUERRE, 1994).

Mazumdar (1975), um dos pioneiros em articular a migração ao comércio informal, destaca que a migração rural-urbana é caracterizada por dois tipos distintos de migrantes: migrantes temporários, que buscam emprego no setor informal em função de seu desespero por uma atividade remunerativa, e por migrantes definitivos, que buscam emprego no setor formal e que aceitam trabalho informal, quase um desemprego.

Teóricos como Harris e Todaro (1970), Hart (1973), Charmes (1990) e Lubell (1991) indicam que a economia informal é a porta de entrada dos migrantes vindos das áreas rurais e que buscam o emprego formal nas cidades.

Apesar da inexistência de uma definição universalmente adotada de economia informal, entende-se que esta parte da economia envolve a produção e a distribuição de bens e serviços que não são detectados pelas instituições municipais, estaduais e federais, e que por isso não pagam nenhum tipo de impostos (HART, 1973). De certo modo, nas cidades estudadas, este processo se dá não pelo migrante vindo somente das áreas rurais, mas dos migrantes vindos especialmente de áreas urbanas do Peru.

Os teóricos, em geral, concordam que a raiz das atividades informais nos países em desenvolvimento está na impossibilidade das instituições formais de proverem emprego nos níveis satisfatórios. O setor formal não satisfaz a demanda de empregos, então aqueles que são excluídos das atividades formais são forçados a improvisar (YU, 1994).

Assim, o crescimento do setor urbano informal frequentemente atesta o crescimento da pobreza e também do aumento do processo de urbanização nas cidades de países em desenvolvimento (TELTSCHER, 1993; LAGUERRE, 1994; LEWIS, 1954; FEI e RANIS, 1964), característica que aparece nas cidades estudadas onde aumenta os níveis de escassez de recursos e de equipamentos urbanos ao mesmo tempo em que aumenta a população nas cidades (conforme dados do IBGE apresentados no primeiro capítulo).

É neste setor econômico que iremos encontrar a presença dos imigrantes peruanos. Pesquisas realizadas na dissertação de mestrado (2012-2014) e os trabalhos de campo já executados (2015-2017) permitem afirmar que é na atividade comercial de vários tipos e tamanhos que se encontra a presença majoritária dos imigrantes peruanos.

Aqui é necessário entender como esse comércio majoritariamente informal se estruturou e se tornou válvula de escape dos anseios da sociedade que se produz na fronteira amazônica.

De acordo com Porro (1995, p.125), “umas das facetas menos conhecidas, tanto pelo público como pelos especialistas das sociedades indígenas do Brasil, é, sem dúvida, o comércio.” Para Porro (1995), a circulação, as trocas, e o comércio intertribal já era dinâmico antes da chegada do colonizador, não se tratava apenas de trocas ocasionais ou habituais, mas do comércio como atividade econômica propriamente dita, realizado entre grupos locais ou nações distintas e que tinha como efeito a circulação em regiões por vezes muito extensas, de especialidades regionais.

Neste sentido, Porro (1995) argumenta que existem dois motivos principais para a carência de informações sobre o antigo comércio indígena. Para ele:

Em parte isso se deve ao fato de que, na medida em que os povos indígenas foram contactados e submetidos, o seu equipamento material (matérias-primas, armas, utensílios, indumentária) foi sendo substituído por produtos manufaturados oferecidos ou impostos pelo branco. Outra razão é a própria ocupação da terra pelos conquistadores, que bloquearam as vias de comunicação e recharçaram inúmeros grupos tribais (quando não os seus remanescentes) para zonas de refúgio isoladas e longínquas, fragmentando com isso as rotas e as redes de comércio indígena. Mas também é possível que o comércio tenha tido um papel realmente secundário na economia de muitas tribos, fazendo com que as atividades que lhes estavam ligadas, se existentes, passassem despercebidas aos primeiros cronistas (PORRO, 1995, p. 125-126).

Em suma, esse comércio se baseava na troca de produtos extraídos da natureza, domesticação de plantas, da agricultura, troca de indivíduos no caso dos prisioneiros de guerra, ou produtos artesanais como cerâmica (NEVES, 2006), porém não estava inserida no circuito do mercado e, portanto, não visava o lucro.

Nesse sentido, a chegada da colonização europeia insere novos moldes nas trocas comerciais, seja pela imposição da força militar ou pelo ensejo da troca de produtos extraídos da natureza por objetos industrializados. O mundo que se vivia era um mundo em transição, antigas formas de vida e apropriação do espaço amazônico serão substituídas e antagonizadas com a entrada do sistema capitalista nos moldes mercantilista.

Dessa forma, a igreja terá papel importantíssimo na mediação e difusão desses valores, na inserção do idioma e na utilização de utensílios e objetos que serão ofertados pelo comércio. Este período marca o aspecto das trocas sem moeda, ou seja, o escambo nas atividades comerciais entre nativos e colonizadores.

Seja pela necessidade, seja pela convivência com seus exploradores, paulatinamente os indígenas são integrados aos novos anseios da dinâmica mundial, deixando de ser meros extratores e se tornam agentes ativos desse comércio.

Vejamos uma situação dentre tantas descritas por autores diversos, que denota a sensível transição do indígena a essa nova dinâmica de trocas, mas com a utilização da moeda.

Comprei algumas armas dos seus ingênuos habitantes, que, na maioria, só falam um péssimo português, e apreciei o interior de suas casas tão simples como a própria gente. Arcos, flechas, apetrechos de pesca, remos, cabaças, redes etc. e sobretudo implementos para tecer redes, é o que se pode encontrar nessas choças. Essas criaturas são muitas vezes acriançadas! Comprei a um ticuna um arco e uma flecha para pescar pirarucu. Quando ia saindo com esses objetos, ele me disse com tristeza: “Mas você não pesca pirarucu, e eu não posso mais ir à pesca!” Deixei-lhe então a flecha, recebendo em troca duas inferiores, e dei-lhe ainda uma pequena gratificação. Manifestou então grande alegria; porque podia agora ir pescar e tinha ganho dinheiro. O que, porém, podia um estrangeiro fazer com um aparelhamento índio completo de pesca e para que o queria levar, não compreendia o ticuna (AVÉ-LALLEMANT, 1961, p. 172-173).

O trecho descrito acima corresponde a parada para abastecimento e trocas em São Paulo de Olivença, em 24 de junho de 1859, em atividades realizadas continuamente e intensamente no final do século XIX, a partir da abertura dos rios para navegação internacional.

O legado deixado por missionários, exploradores, pesquisadores, aventureiros se traduz na arte do comércio realizado desde o início da colonização até os dias atuais pelas margens dos rios da Amazônia. Todavia, como visto, este comércio considerado ingênuo vai aos poucos tomando forma e maiores dimensões de apropriação da atividade econômica regional e se torna fator preponderante na delimitação das fronteiras entre os Estados-Nação.

Dentre os tipos humanos originários do contato desse comércio está o regatão, aquele que transita pelos igarapés, rios, paranás e num contexto econômico nas palavras de Tavares Bastos (1975), “os regatões são os traficantes que levam em canoas, por todos os rios, lagos, furos e lugares, mercadorias estrangeiras ou nacionais, e as vendem a dinheiro, ou as permutam pelos produtos do país” (1975, p. 200).

Nesse sentido, Bastos (1975) ressalta que “O comércio interior do Amazonas não se faz geralmente por intermédio da moeda, mas pela troca de objetos” (1975, p. 200). O regatão se torna o elo de ligação do nativo amazônico com o mundo moderno e suas manufaturas, indo e vindo vão introduzir na Amazônia as raízes do capitalismo como o conhecemos atualmente. Para a fronteira em destaque, esse regatão vai se consubstanciar de importância consolidada com o advento do ciclo da borracha.

Tocantins (1973) afirma que “de todas as figuras regionais que o comércio estimulado pela borracha veio firmar no panorama social da Amazônia, incontestavelmente foi o regatão a mais pitoresca” (1973, p. 201). Em referência ao regatão, o autor acrescenta:

Turco, sírio, libanês, o mascate, feito navegante por imposição da geografia, vara os rios, furos, igarapés, na sua original canoa ou pequeno batelão movido a remo de faia. Três, quatro toneladas de deslocamento, ou de proporções menores, a galeota cheia de quinquilharia, de secos e molhados, [...] O regatão, sorridente, mesuroso, abalando-se às maiores aventuras - porque sempre é mal visto, combatido e às vezes perseguido a tiro de rifle pelos agentes dos seringalistas - vai oferecendo, conquistando, tentando, enganando aquela gente rude da margem dos rios. A troca de rendas, miçangas, pentes, pó-de-arroz, sabonete, xarque, cachaça, e tantas bugigangas e guloseimas, recebe a borracha, o couro, a castanha, as essências silvestres, tudo que represente valor comercial. É uma verdadeira sangria para o seringal, cuja renda se desvia, em parte, por caminhos contrários aos desejos e interesses dos proprietários (TOCANTINS, p. 200-201).

Nesse âmbito, para entender a evolução do comércio na região, é necessário a compreensão do sistema de aviamento na exploração da borracha. O aviamento interliga o mundo do caboclo à sociedade regional e nacional, e em última instância ao mercado mundial. Paradoxalmente, era a maneira de introduzir o caboclo na divisão internacional do trabalho, na "modernidade" do mercado mundial, e, ao mesmo tempo, a principal barreira ao desenvolvimento e à modernização da vida e das relações sociais na Amazônia. O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito, que começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica (ARAMBURU, 1994).

Charles Wagley (1988), em estudo na década de 1940, já afirmava que apesar do sistema comercial na Amazônia não ser mantido pelos velhos "Regulamentos dos Seringais", no caso o aviamento, as obrigações do seringueiro para com o comerciante e do comerciante para com a firma exportadora e importadora ainda constituem, essencialmente, a base das relações que canalizam as relações comerciais e sociais da região.

Esses comerciantes conhecidos tradicionalmente, com maior ênfase durante o período da borracha se tornaram as figuras ilustres ou mesmo as mais importantes nos lugares longínquos da Amazônia.

[...] Não havia nem padre nem mestre-escola num raio de mais de duzentos quilômetros, situação essa que perdurava fazia muitos anos. Não parecia existir nenhum tipo de governo no povoado, e no entanto os crimes e atos de violência ocorriam raramente ali, ao que parecia. O homem mais importante do lugar, o Sr. Justo, subdelegado de polícia - um sujeito grande, rude e enérgico - era o único comerciante que tinha barco grande e fazia a ligação direta entre Fonte boa e o Pará (BATES, 1979, p. 287).

Os comerciantes aviadores, ou o regatão na Amazônia foram os portadores dos benefícios da vida moderna, bem como de suas contradições. Nas palavras do autor citado, em análise descritiva de Fonte Boa, mas mencionada também em referência a outras localidades como Tefé e São Paulo de Olivença em meados do século XIX.

[...] O que causara a ruína do povoado foi a chegada de vários comerciantes portugueses e brasileiros, de classe baixa, que na sua ambição de comerciar haviam ensinado aos pacatos índios todo tipo de trapaça e imoralidade. Atraíam para o seu serviço os homens e as mulheres do lugar, roubando-os dos seus antigos patrões; com isso desorganizavam o trabalho nas grandes propriedades e forçavam os seus donos a empregar o seu capital em outra parte (BATES, 1979, p. 286).

No que concerne a essência do comércio e do comerciante na região do Alto Solimões, guardadas as devidas proporções, teremos o comércio de regateio como conhecemos tradicionalmente nas margens dos rios e vilas na Amazônia. Na estrutura física dos estabelecimentos vai lograr o típico 'comércio de vizinhança', em que o consumidor não tem acesso direto às mercadorias, o freguês realiza o pedido e o comerciante, patrão, verifica a disponibilidade da mercadoria, além de ser originariamente uma compra a ser paga futuramente com mercadorias extraídas da natureza, borracha, peixe, ou outras especiarias. Os estabelecimentos relativamente de tamanho reduzido em casas flutuantes ou nas praças de vilas e demais aglomerações urbanas, apresentam inicialmente aspecto de barracão, viabilizam mescla de mercadorias de extração da natureza (coleta, caça e pesca) ou produção local (agricultura), e mercadorias manufaturadas.

Na dimensão social, o comerciante se torna figura ilustre, viajado, conselheiro e portador das notícias da capital e das mudanças políticas no cenário nacional. Ele é o principal ‘benfeitor do lugar’, o ser antagônico que vive mormente na dimensão entre o santo e o profano, contribuinte das festividades religiosas, requisitado como padrinho dos filhos dos fregueses, mas em geral oposição crítica ao clérigo nos lugares onde habita. Na citação a seguir vejamos essa dimensão ainda no período da borracha:

Todos os anos, no mês de junho, no dia de São João, Francisco Firmo convida os seus fregueses e suas famílias para o posto, a fim de rezar para o santo, beber à sua custa e dançar durante toda a noite. Porque o senhor Firmo é grande devoto de São João que, segundo ele crê, lhe protege o posto. Os fregueses esperam ansiosamente pela festa anual e também amigos de outros postos a ela comparecem. No dia de seu aniversário o comerciante oferece, à sua freguesia, uma festa com bebidas e danças. [...] E o senhor Firmo é, ao mesmo tempo, o patrão e o credor de seus fregueses e líder social da redondeza (WAGLEY, 1988, p. 113-114).

Conforme Barata Salgueiro (1996), a forma tradicional do comércio é caracterizado pela presença de empresas de dimensões relativamente modestas, com relações não formalizadas a montante e a jusante. Nessa forma de comércio ocorre a divisão provocada pelo balcão entre o átrio, onde estão os clientes, e o espaço onde se empilha a mercadoria, ambiente em que predomina a proximidade entre o cliente e o vendedor, no qual as características pessoais do vendedor como simpatia, poder de argumentação desempenham papel influente, podendo ser em muitas situações mais importantes que os artigos comercializados (SALGUEIRO, 1996).

Apesar da decadência do processo de aviamento e de ele não ser mais um dos elementos básicos na compreensão da realidade econômica e social regional, como afirmava Engrácia Oliveira (1979), as características gerais do comércio na região amazônica serão estruturadas a partir dessa padronização dos aspectos físicos dos estabelecimentos comerciais e dos aspectos das relações sociais do comerciante com a população ribeirinha.

Estas relações sociais no aviamento, desenvolvidas entre comerciante - patrão e freguês, gera o *status* de fidelidade na compra e na venda de mercadorias e que vai perdurar por longos anos após a decadência da borracha e que será retomado, como afirma Aramburu (1994), com “a última geração dos grandes patrões” na economia madeireira em meados do século XX.

Este comércio tradicional de barracão ou comércio de vizinhança, de aspecto marcante na oferta de mercadorias a retalho e proximidade entre comerciante e freguês, ainda existe nos lugares longínquos às margens do Solimões, porém, coexiste com novas formas e novos tipos de comércio.

De acordo com Salgueiro (1996) em contexto global, no ensejo dos métodos e técnicas de venda, o comércio pode ser descrito como: itinerante, loja tradicional, livre serviço, ao domicílio, por correspondência, distribuidor automático, e venda eletrônica à distância. Dentre estes, nas cidades amazônicas o comércio de *livre serviço ou autosserviço* marca transformações sociais, mudança de hábitos e costumes, dentre as principais características.

O livre serviço ou autosserviço é uma forma de venda caracterizada pelo livre acesso dos clientes às mercadorias, que pagam nas caixas colocadas perto da saída do estabelecimento. Requer embalagens padronizadas e obriga a uma arrumação diferente da loja, pois os artigos têm de ficar acessíveis ao cliente que caminha entre as prateleiras; [...] O contato com os artigos é um estímulo à compra e rapidamente se percebeu que a colocação dos produtos nas prateleiras não era indiferente. Os clientes que deambulam entre as estantes veem melhor uns artigos do que outros, o olhar dirige-se preferencialmente para o lado direito, para os topos das gôndolas, pegam primeiro nos produtos colocados à altura dos olhos; a zona de espera na fila da caixa registradora é também uma área forte e, por isso, os produtores disputam as várias porções do linear e desenvolve-se o merchandising, técnica de organização da loja baseada em estudos sobre o comportamento do consumidor (SALGUEIRO, 1996, p. 56-57).

Caracterizado pelo antagonismo ao comércio tradicional, o método do livre serviço comercial marca a ruptura ao antigo sistema de proximidade entre comerciante e freguês, na fidelidade de compra e venda, além de introduzir o poder de escolha e manuseio das mercadorias e da moeda no ato da compra.

O método do livre serviço ou autosserviço no comércio foi introduzido em 1916, nos Estados Unidos, por Clarence Saunders, com poucas consequências e reapareceu com o primeiro supermercado aberto naquele país em 1937. Na França, o primeiro livre serviço surge em 1949, em Portugal, os primeiros supermercados aparecem no início dos anos 60 em Lisboa e Porto (SALGUEIRO, 1996). Este modelo se expande pelo mundo em meados do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, o que gerou mudanças e transformações nos hábitos e estilos de vida a partir da compra e venda comercial.

No Brasil, o primeiro supermercado denominado SIRVA-SE, foi instalado em São Paulo em 1953, concomitante aos supermercados também no Rio de Janeiro e Porto Alegre (BELIK, 2001). No início dos anos 1960, devido a crise de abastecimento nacional em paralelo a urbanização, foram inauguradas a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) para atuar no varejo e na estruturação de entrepostos de comercialização atacadistas de hortigranjeiros em todo território nacional (BELIK, 2001).

O surgimento do entreposto em São Paulo e a criação da Cobal marcam a mudança radical no rumo das políticas de abastecimento no Brasil, pois até então, o poder público tinha como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização. A partir da década de 1960, o poder público chama para si a tarefa de distribuir e fazer chegar até o consumidor os alimentos necessários (BELIK, 2001).

Em Manaus, com a efervescência da Zona Franca, ocorre a inauguração, na data de 08 de agosto de 1968, do Supermercado da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), situado na rua Marcílio Dias, centro da cidade. Este supermercado é um dos primeiros no âmbito do livre acesso às mercadorias na capital do estado do Amazonas.

Na década de 1970, com o revigoramento econômico causado pela Zona Franca, antigos armazéns e casa “aviadoras”, exportadoras de borracha, localizadas, no início do século XX, no quadrilátero formado pelas ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira, Marcílio Dias e Dr. Moreira foram quase todos reconvertidos em lojas de produtos importados. O centro da belle époque transformou-se no centro da Zona Franca de Manaus (FILHO, 2009).

Essa política de abastecimento chega até as fronteiras no Alto Solimões, no que se tem relatos de antigos moradores, ao final da década de 1970, a COBAL passa a atuar nas áreas de fronteira, e introduz naquela região o comércio de livre acesso às mercadorias, e se torna marco nas relações entre comerciante e freguês.

Todavia, concomitante às políticas do governo federal, há que se ressaltar que o comércio de livre acesso se instala e se intensifica a partir das relações econômicas dos comerciantes regionais donos de serrarias com a capital. Este têm como base a Zona Franca de Manaus, que naquele momento se destaca como polo nacional de produtos importados devido a política de isenção de impostos do governo federal.

A influência das políticas econômicas do governo federal, a urbanização brasileira, as mercadorias oriundas da Zona Franca, alinhadas ao poder econômico dos proprietários das serrarias, são motores de impulso na mudança dos padrões de comércio da região do Alto Solimões.

Neste sentido, com base nas técnicas de venda, temos o comércio tradicional com estabelecimento fixo, tradicional com venda itinerante e ambulante, e o comércio de método moderno representado pelo livre serviço, venda ao domicílio, venda por correspondência ou por catálogo, venda eletrônica e venda por distribuidor automático (BARATA, 1996).

O comércio praticado pelos imigrantes no Alto Solimões empregam tanto técnicas de venda tradicional quanto modernas, comércio que transita entre técnicas antigas que

valorizam o contato direto entre comerciante e freguês (subinformal e informal), como no serviço livre e no formal.

Coexistem ainda estabelecimentos comerciais que permitem o livre acesso às mercadorias, mas com abordagem de vendedores que estão sempre a dialogar e oferecer novas mercadorias. Porém, há que se ressaltar que o aspecto do comércio – comerciante no contato de vizinhança ou parentesco - já não se pratica no âmbito do comércio peruano atual na região.

Além desta característica, o comerciante imigrante insere também conexões diversas na aquisição das mercadorias. Como afirmamos anteriormente, o comércio tradicional na Amazônia era ditado pelas relações com o circuito da aviação da borracha, com polo central em Manaus e Pará, os quais se interconectavam com os centros econômicos mundiais (Europa e Estados Unidos).

Com base na teoria dos circuitos econômicos superiores e inferiores de Milton Santo (2006), pode-se inferir que o comércio realizado pelos imigrantes peruanos se estabelece no âmbito de interconectar a fronteira a espaços econômicos mundiais. Dentre as formas de inserção de mercadorias, pessoas e informações que se configuram na fronteira do Alto Solimões se destacam, ou ainda as de caráter nacional e internacional.

No âmbito do nacional temos os comerciantes peruanos que destacamos como formal, os quais se utilizam da escala nacional e regional com polarização principal na capital do estado do Amazonas. Manaus é a principal fonte de fornecimento de mercadorias para o Alto Solimões. Este circuito tradicional de fornecimento de mercadorias é apropriado pelos imigrantes peruanos no que concerne a comercialização da cesta básica, do calçado e da produção têxtil em geral (roupas, tecidos, redes).

Dos treze itens da cesta básica descrita no DIEESE (carne, leite, feijão, arroz, farinha, açúcar, batata, tomate, pão francês, café em pó, frutas, óleo ou banha, manteiga), temos, leite, feijão, arroz, açúcar, café em pó, óleo e manteiga, fornecidos majoritariamente através do polo econômico Manaus. A carne e a farinha são fornecidos por produtores rurais locais, porém a batata, o tomate, o trigo do pão francês, as frutas (uva, maçã) são fornecidos também em contexto internacional pelo Peru.

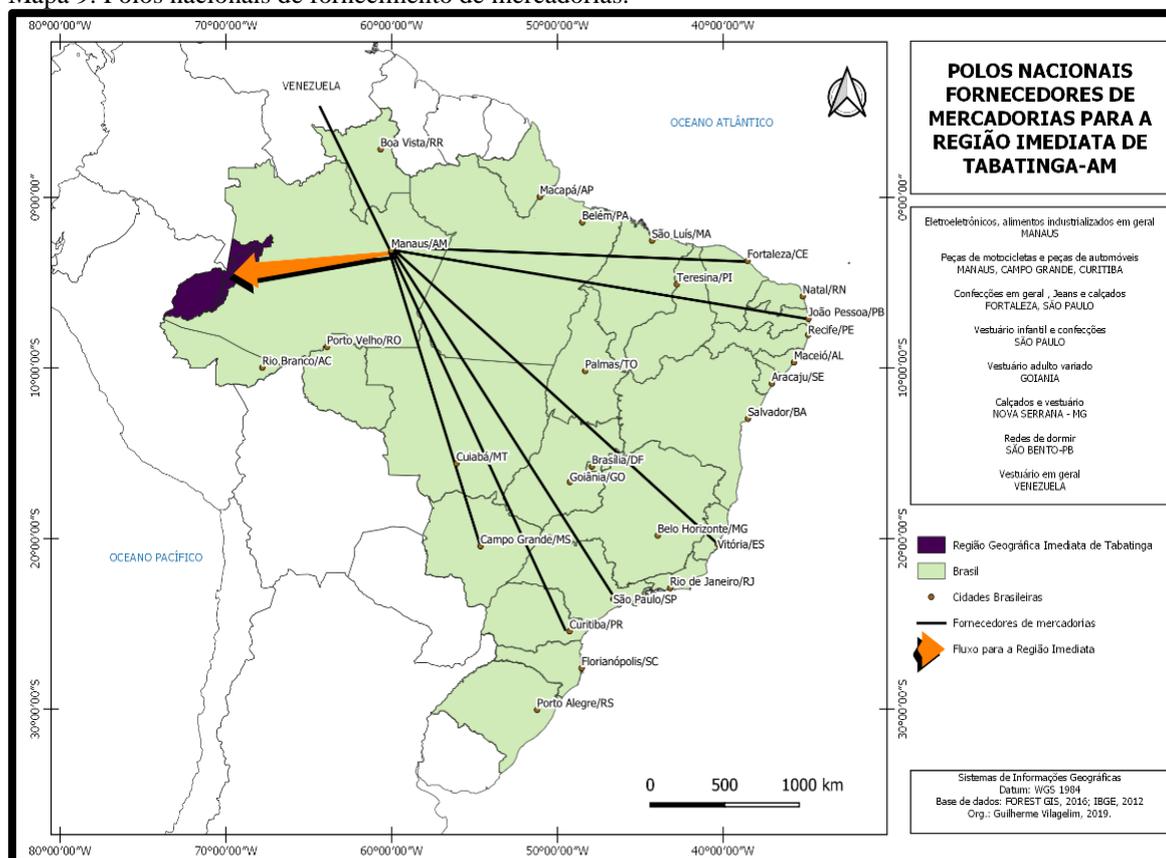
No contexto da alimentação básica se faz necessário ressaltar a presença do frango industrializado (AVELINO;SCHOR, 2016), no caso excepcional do frango oriundo do Paraná, que além de concorrer com o frango produzido regionalmente, é predominante e assimilado pelos comerciantes peruanos na região do Alto Solimões.

Nesse sentido, se destaca no âmbito das articulações do comércio realizados pelos peruanos, a aquisição de mercadorias em outros polos nacionais. No que concerne à indústria de calçados, foram citados em entrevista os polos calçadistas do Brasil, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. As principais cidades neste segmento são: Birigui (SP), Franca (SP), Jaú (SP), Cariri (CE), Juazeiro do Norte (CE), Nova Serrana (MG), Novo Hamburgo (RS), Sapucaia do Sul (RS), São Leopoldo (RS) e Santa Rita (RS).

Neste contexto, se destaca a região Nordeste como maior fabricante de calçados no Brasil, no qual os principais estados produtores são Ceará e Paraíba. Além destes foram citados em entrevistas o Cariri, que se estende à região de Juazeiro do Norte, sendo o maior polo calçadista do nordeste brasileiro e a terceira maior do Brasil. Ressalte-se também Nova Serrana (MG) principal polo de calçados esportivo do estado.

No que envolve o aspecto do comércio na indústria têxtil (roupas, tecidos e rendas), foram citados, Vale do Itajaí (SC), Ibitinga (SP) capital do bordado, Borda da Mata (MG) capital do pijama, Jacutinga (MG) capital das malhas, Nova Friburgo (RJ) capital da moda íntima, Juruáia (MG) capital da lingerie, Toritama (PE) capital do jeans, e Apucarana (PR) capital do boné. Citou-se também o Nordeste como a cidade de São Bento (PB), a maior produtora de redes do Brasil, e Jaguaruana a capital cearense da rede.

Mapa 9: Polos nacionais de fornecimento de mercadorias.



Org.: SOUZA, e VILAGELIM, 2019.

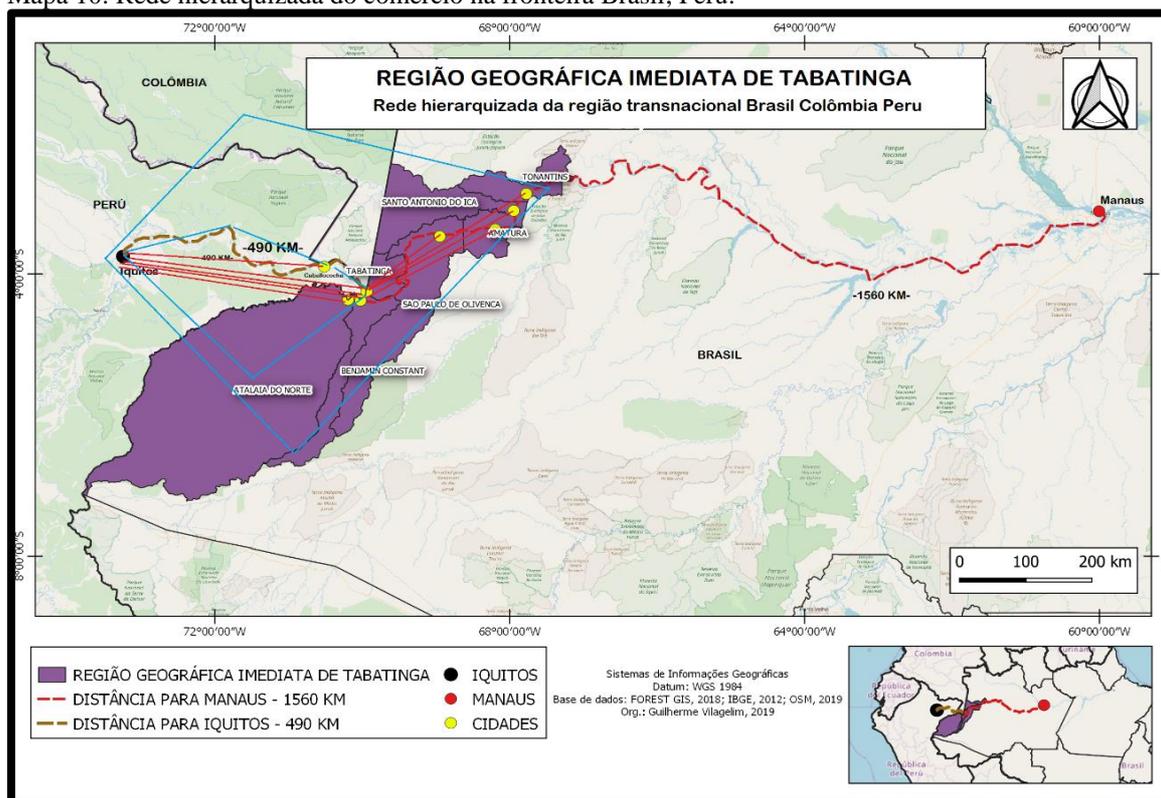
Este comércio realizado pelos imigrantes peruanos estão no âmbito da formalidade, nos quais o poder aquisitivo é relativamente maior. Verificou-se este aspecto em ordem de intensidade em Tabatinga, Benjamin Constant, e São Paulo de Olivença. Em Tabatinga se relatou que o método de aquisição das mercadorias contava com a presença periódica de representantes de fabricantes, os quais através de catálogo e imagens de internet oferecem e fornecem os itens desejados, com ressalva para facilidades com documentação e compras à prazo, com parcelamento dos pedidos em boletos bancários que variam no mínimo de três ou quatro mil reais até valores maiores.

Em outras cidades como Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, além do apresentado, citou-se também o contato com parentesco (irmãos, tios) de poder aquisitivo relativamente melhor que transitam por essas regiões e buscam conexão direta com fabricantes no ensejo de participação/visitas em feiras nacionais de calçados, roupas, tecidos, redes, e rendas.

Além do fluxo de mercadorias oriundas dos polos nacionais, os comerciantes peruanos citaram também a aquisição de mercadorias em âmbito internacional, como a Venezuela, fornecedor de roupas e calçados. Ressalte-se que esta rota era muito utilizada por comerciantes peruanos e brasileiros até o ano de 2017, momento em que se agrava a crise econômica no país citado, culminando com o fechamento da fronteira em 2018 e 2019. Outro detalhe é que os comerciantes que mais citaram esta rota são os que se localizam nas cidades de Tonantins, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença.

No contexto de Tabatinga e Benjamin Constant, a entrada de mercadorias importadas tem como referência a cidade de Iquitos no Peru e Letícia na Colômbia. A partir dos anos 2000, Iquitos desponta regionalmente como principal entrada de produtos importados, tais como: eletroeletrônicos, motocicletas, frutas, verduras, frutos do mar, gasolina, materiais de construção.

Mapa 10: Rede hierarquizada do comércio na fronteira Brasil, Peru.



Org.: SOUZA, 2019.

A região geográfica imediata de Tabatinga faz parte de uma rede hierarquizada de cidades em contexto internacional ou como propõe Machado (2014) parte da *Região Transnacional Brasil, Colômbia, Peru*, tendo como cidade que polariza todas as redes de mercadoria, Iquitos (Peru).

A distância da capital Manaus até Tabatinga, seguindo o contorno do rio Amazonas é de 1.560 quilômetros e de Iquitos a Tabatinga é de 490 quilômetros. A rede hierarquizada de localidades urbanas absorvem as mercadorias importadas com duas rotas principais de entrada no Brasil, que utilizam as vias fluviais Ucayali – Solimões e Putumayo – Içá.

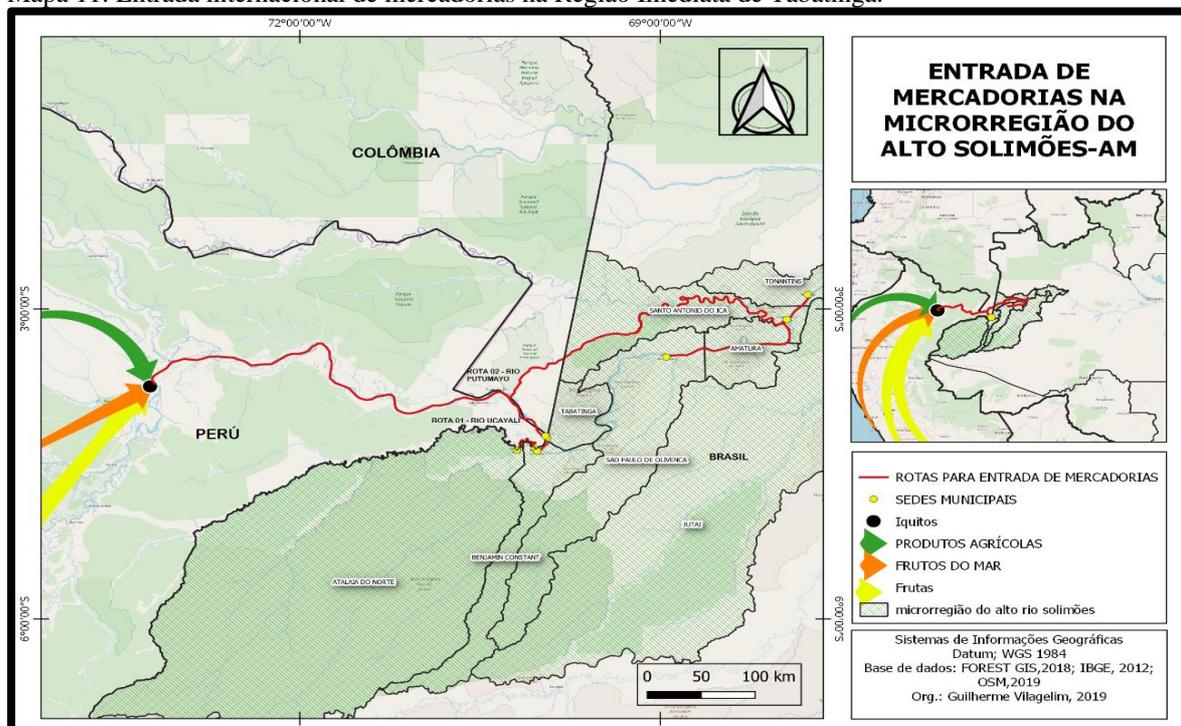
Na primeira, os comerciantes se utilizam de entrepostos, que regionalmente se originam em Iquitos com escala em Cabalococha e Santa Rosa, para redistribuição até Tabatinga e Atalaia do Norte. Na mesma rota, temos como entreposto Islândia, que redistribui as mercadorias para Benjamin Constant e também Atalaia do Norte.

Na segunda rota, as mercadorias oriundas de Iquitos percorrem o rio Putumayo – Içá, com escalas de distribuição pelas localidades centrais de Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins e Amaturá.

Dentre as mercadorias importadas de maior influência no contexto regional estão os produtos *in natura*, frutas, verduras, e frutos do mar. As frutas são absorvidas diretamente

pela população local em mercadinhos, tabernas, e os frutos do mar abastecem essencialmente os restaurantes. A rota comercial internacional das frutas são oriundas do Chile, Argentina e essencialmente da região montanhosa do Peru. A atividade pesqueira se desenvolve com mais intensidade na costa peruana.

Mapa 11: Entrada internacional de mercadorias na Região Imediata de Tabatinga.

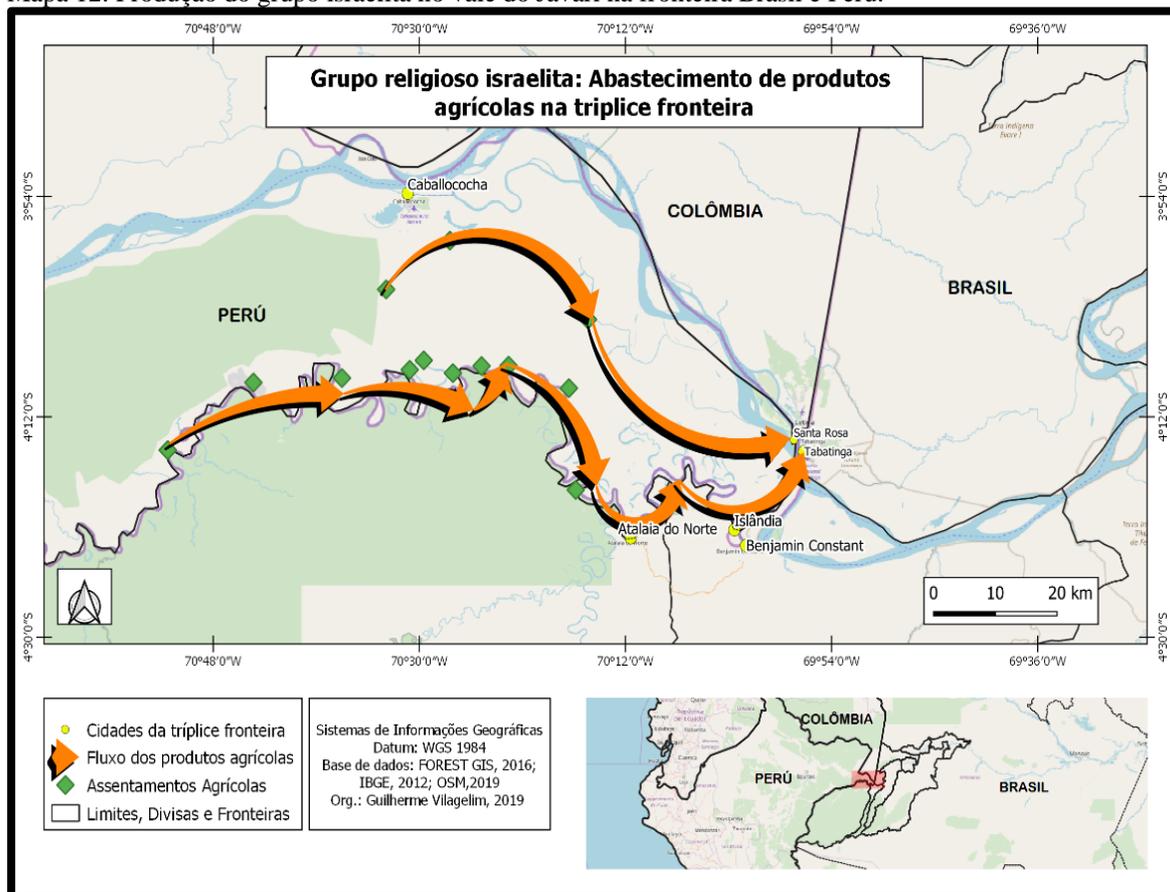


Org.: SOUZA, e VILAGELIM, 2019.

A presença dos produtos *in natura* comercializados pelos imigrantes peruanos é perceptível em todas as cidades da região do Alto Solimões, porém gradativa a disponibilidade em referência a proximidade do limite territorial, com destaque em disponibilidade no eixo Tabatinga e Benjamin Constant.

Todavia, além das frutas e verduras oriundas do Chile, Argentina e região montanhosa do Peru, enfatiza-se a produção oriunda do vale do Javari, realizada pelo grupo religioso israelita.

Mapa 12: Produção do grupo israelita no vale do Javari na fronteira Brasil e Peru.



Org.: SOUZA, 2019.

A maior parte dos produtos agrícolas cultivados pelo grupo israelita são oriundos de assentamentos situados ao longo do rio Javari e utilizam este rio como via de conexão com as cidades de Atalaia do Norte, Islândia, Benjamin Constant e Tabatinga. Ressalta-se que a produção oriunda desses assentamentos abastece apenas as cidades citadas, com ressalva para assentamentos localizados também em Atalaia do Norte e Benjamin Constant, os quais se utilizam de vias terrestres que interligam ambas as cidades.

Em outro ponto há também assentamentos israelitas em São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, porém com presença menos significativa em presença e diversidade de produtos agrícolas obtidos no vale do Javari.

Todavia, como não há registro quantitativo de produção em órgão governamentais ou em órgão de qualquer natureza, se faz necessário outra forma de verificação para o entendimento desse fluxo de mercadorias, a qual seja, as atividades realizadas no âmbito das apreensões concebidas no cotidiano.

### 3.2 A vida cotidiana nas cidades amazônicas de fronteira

Ir e vir na fronteira são sempre experiências no mínimo intrigantes. Mesmo que você seja “morador local”, ou alguém que já tenha ido diversas vezes à região, sempre encontrará ou viverá situações inusitadas, pois as influências são multidimensionais.

Considerando os fatores ambientais, a paisagem instável em virtude das cheias e vazantes, disso dependem em determinadas dimensões fartura ou escassez de alimentos. Tais fatores econômicos, culturais e ou políticos nos deparam com a explosão de influências, vivências, cheiros, cores, sons. As teorias e os paradigmas vigentes e emergentes nos chamam a prudência para o cuidado com as possíveis “mutilações na pesquisa”, para que tenhamos cuidado ao observar ou analisar os possíveis objetos, isto é, de que a teia de fenômenos seja tão complexa que métodos e metodologias não consigam dar conta do real, mas talvez de uma possível realidade.

Parte-se desses pressupostos e embrenha-se no campo de pesquisa na fronteira, com infinitos questionamentos e poucas certezas para saber: Como abarcar tão complexo, variável e multidimensional laboratório de pesquisa: a fronteira, a tríplice fronteira, os Estados-Nação, os nativos, os imigrantes, o comércio, a cultura, a dinâmica das cidades na fronteira? Buscaremos nesse âmbito entrar nas nuances do cotidiano das pessoas que vivem nessas cidades localizadas na faixa de fronteira.

Em primeira impressão, o cotidiano é o repetitivo, banal, cansativo e enfadonho. No contexto comum ele é o dia a dia que castiga, subjuga e impõe a necessidade de ir e vir para simples sobrevivência, se traduz no aparente de ir a escola, ao trabalho, a feira, pegar o ônibus, o barco, a canoa, pescar, cultivar, comprar, vender.

Para Lefebvre (1969) apesar de aparente, o cotidiano possibilita a investigação da realidade, contém o enigma da mudança do indivíduo, da superação e da transformação da economia, da política, e da sociedade.

Ainda com Lefebvre (1969), “ é no cotidiano que as pessoas ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido; não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre”. O cotidiano se concretiza no espaço, no vivido, no espaço vivido dos usos, dos costumes, das similaridades, e das diferenças. Nele é que encontraremos a concretude da vida nas cidades da fronteira com suas vicissitudes e festas, com encantos e desencantos.

Nesse sentido, dentre as discrepâncias perceptíveis nas cidades amazônicas, podemos citar o acesso. Todas possuem acesso via fluvial, porém no aéreo, apenas Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá. Excepcionalmente Tabatinga que apresenta

aeroporto em âmbito comercial com voos diários, outras cidades como São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá apresentam aeroporto que atendem demandas particulares, militares, táxi aéreo, ou questões de urgência médica.

O acesso à Tabatinga, o via aéreo é instável, ocorrem constantes mudança de horários de voo, variando também o preço das passagens, a qual figura-se entre as passagens de preço mais elevado do Brasil, considerando-se o trecho Manaus – Tabatinga - Manaus. A maioria das mudanças não leva em consideração a realidade local, com ênfase a determinado período em que os horários de chegada em Tabatinga ocorriam às 19:00 horas, ou seja, para aqueles que pretendiam se deslocar para as cidades próximas como Benjamin Constant ou Atalaia do Norte, era necessário aguardar até o dia seguinte. Haviam aqueles que se aventuravam em viagens noturnas em pequenas embarcações, tráfego perigosíssimo, por ser período noturno e porque o rio apresenta mudanças constantes em seu leito, bem como sedimentação flutuante abundante (troncos e árvores), apresentando mudanças bruscas de bancos de areia que provocavam graves acidentes.

Para quem chega via aérea em Tabatinga, as primeiras impressões mostram a presença militar, com frases de impacto nos muros do oitavo Batalhão de Infantaria de Selva Solimões (8º BIS), que denotam aspecto marcante de vigilância na fronteira, das quais “Aqui começa o Brasil”.

Neste aspecto, se sobressaem instituições ligadas às forças armadas e de segurança como exército, marinha, aeronáutica, polícias (civil, militar e federal). Todavia, ao transitar pelas ruas é clara a influência estrangeira que se verifica no sonoro, músicas de bandas colombianas e peruanas que são veiculadas nas rádios locais, carros de som de divulgação publicitária, bares e ambientes sociais.

Outra situação do cotidiano é vivenciar na fronteira o período de pleito eleitoral (por exemplo a eleição municipal de 2016), vive-se no mínimo o irônico e o contrastante da política. É angustiante visualizar de um lado a situação de pobreza e de descaso em todos os setores municipais, principalmente no que se refere ao urbanismo (ruas esburacadas, sem pavimentação), com em outro ponto o despejo de dinheiro em passeatas, comícios e outras práticas lícitas e ilícitas; aliás, estes conceitos se confundem bastante no dia-a-dia da fronteira.

Chegar a Tabatinga no momento noturno esconde aquela imagem da presença das forças armadas tão marcante naquela cidade que parece ser outro lugar. Pode-se assim nesse início e fim de mundo ocorrer situações inusitadas, como em determinado campo (2016) presenciar na chegada ao aeroporto de Tabatinga à recepção a determinada senadora do

Brasil, com direito a fogos de artifício, gritos, aplausos, toda aquela situação de politicagem, o que dificulta o trânsito para quem desejava chegar até o porto fluvial.

Quando isto ocorre, uma grande passeata na Avenida da Amizade em Tabatinga. O taxista quando questionado sobre o porquê de continuar naquela rota da avenida congestionada, responde que é a única trafegável, salientando que as outras “estão uma porcaria, esburacadas, enlameadas, e ainda é possível que esse prefeito se reeleja”.

Nas cidades da fronteira, a queima de fogos é sinônimo de festas, conquistas, convenções sociais. No período político eleitoral, este ambiente de queima de fogos de artifício se torna até “normal”, pois ocorrem estrondos de foguetes há todo momento.

Salienta-se que não há horário para a queima de fogos de artifício, seja dia, noite ou madrugada o “papoco estrondoso” anuncia algum feito, muitas vezes acordos entre famílias, grupos políticos, situações diversas.

Nesses períodos, se divulga demagogicamente nos comícios e ruas das cidades propostas de melhorias na educação, saúde, transporte, ou para os que tentavam a reeleição, comparativos de melhoras, títulos de melhor gestão municipal recebido em Brasília, dentre outras menções de apoio relacionados a grandes nomes da política nacional.

Todavia o que se percebe realmente é o caos urbanístico nas cidades, uma confusão demagógica, com ênfase para Benjamin Constant, com ruas em completo estado degenerativo, esburacadas, sem pavimentação, ruas várias interditadas pela própria população, sendo que esta situação não se limitava apenas a áreas periféricas, mas em toda a cidade, como na área central, ruelas, becos e nas principais avenidas.

O relato dos moradores é comovente, reclamam com entonação revoltosa de acidentes no percurso de seus trabalhos, da situação humilhante de não conseguirem atendimento médico urgente porque as ruas que deveriam dar acesso ao hospital estavam em péssimo estado de conservação, e que em dias chuvosos o acesso era impossível.

Naqueles momentos de pesquisa (2016-2017), o que chamou a atenção foi quanto à coloração da cidade, Benjamin Constant apresentava um tom vermelho-amarelado, isto devido à manobra política furtiva de tentar amenizar a quantidade de buracos espalhados pelas vias. A prefeitura jogava barro (argila) nessas verdadeiras “crateras urbanísticas”. Transitar das motocicletas gerava um empoeiramento infernal, cobrindo as fachadas das casas, plantas ornamentais, tudo que houvesse nas imediações das ruas, daí a cidade com aquela coloração inusitada, indignante, repulsiva e talvez cômica.

Benjamin Constant, que outrora conhecida como “a cidade cultural do Alto Solimões”, devido a feitos gloriosos na educação, música, esporte, lazer, e beleza urbanística

destacável em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, agora em período recente amarga outro título: “a cidade amarelada”, por estar esburacada, enlameada, gangrenada pela corrupção.

A figura a seguir registrada na balsa dos taxistas fluviais de Tabatinga denota esta menção de outrora sobre a “cidade cultural” Benjamin Constant:

Figura 10: Banner informativo de recepção em Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, novembro de 2017.

Local: Balsa flutuante dos taxistas fluviais em Tabatinga-AM.

Outro aspecto destacável em Benjamin Constant está na dimensão olfativa, em determinados períodos a cidade apresenta cheiro característico marcante de acari-bodó. Este é um peixe amazônico de aspecto cascudo, de coloração escura é muito apreciado pela população local, sendo que no período de vazante dos rios, ele é encontrado abundantemente. Aos finais de tarde, umas das práticas tradicionais da população daquela região é degustá-lo no formato assado, sem muito trato culinário.

Ali, isto ocorre quase como ritual. Ir à feira, finalzinho da tarde, porque o peixe está barateando, escolhe-se “cambadas” com muito acari-bodó vivo, pegam-se duas bolsas de carvão, chega-se em casa com família e alguns amigos que aparecem em hora oportuna, faz-se o braseiro, joga-se o peixe direto da cambada no fogo, e em seguida vem aquela fumaça de perfume inebriante que se espalha pela casa e ruas da cidade; na mesa aguardam a farinha, pimenta e limão cultivados regionalmente, em geral pelos israelitas. Aquele, digamos “churrasco regional” gera aroma incrível, perceptível a grandes distâncias.

Neste período, realizar passeios aos finais de tarde em Benjamin Constant é adentrar em nevoeiro de aroma peculiar provocado pela fumaça desse churrasco regional, o acarí-bodó.

Figura 11: Acarí-bodó no cotidiano da fronteira.



Foto: SOUZA, novembro de 2017.

Destaca-se nesse âmbito a abundância de frutas e verduras nas feiras das duas cidades, Tabatinga e Benjamin Constant. Vale a pena acordar cedo, sentir a brisa fria da manhã e ir a feira conversar com as pessoas, ver as primeiras embarcações chegando no porto, a abertura dos estabelecimentos comerciais, os professores do “beiradão” adentrando nas pequenas barcas, os alunos da UEA e do IFAM aguardando transporte fluvial para estudar em Tabatinga.

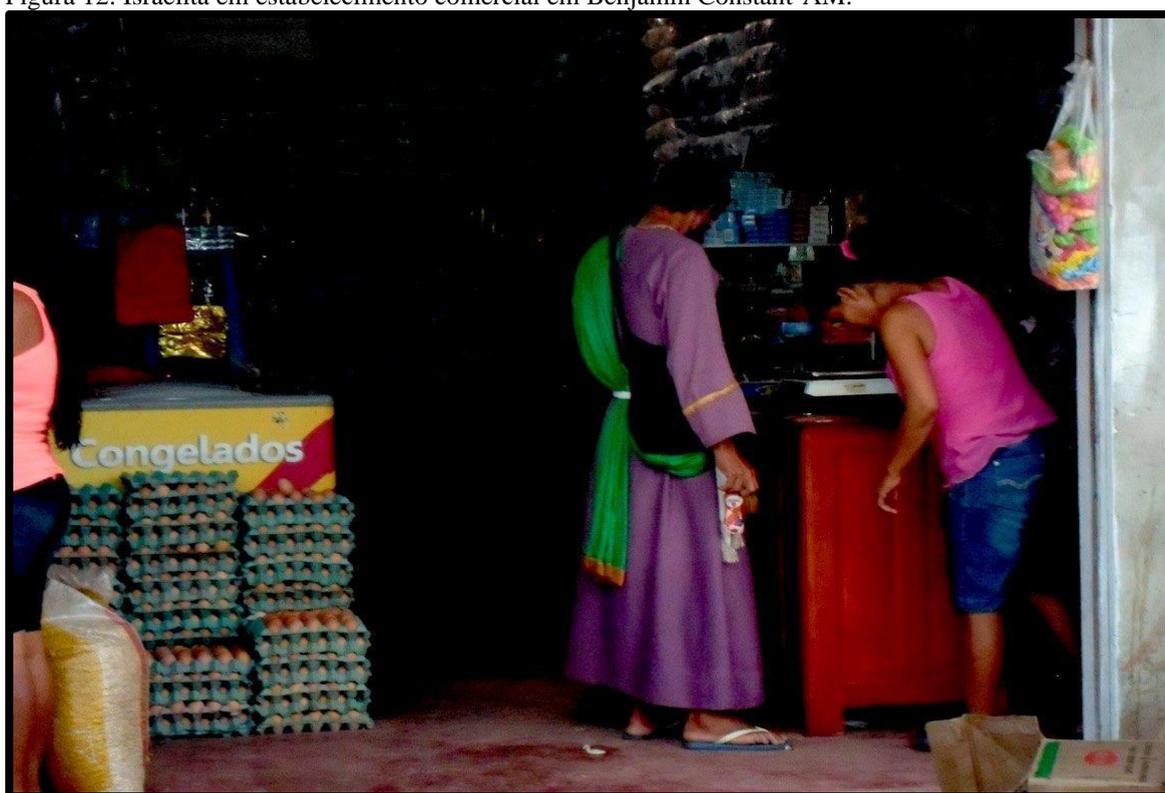
A dinâmica dessas duas cidades é intensa comparada às demais cidades do Alto Solimões, na beira do rio o movimento de pessoas e embarcações parecem sincrônicos como numa dança que envolve o sobe/desce de pessoas e motocicletas, combinados com o ir e vir de pequenas embarcações atravessando o rio como se não houvesse limite territorial.

Esta “dança fronteira” é ritmada por músicas bilíngue-trilíngue nos bares e boca de ferro de mercados municipais, existe um frenesi de está lá e aqui ao mesmo tempo, com atenção constante nos “tons da música” que é orquestrada pelo comércio. O ambiente é tenso, a tensão está presente no negociar, no falar, no registrar imagens, no questionar origens, mas a necessidade de convivência é vital e salutar, a fronteira separa e segrega, mas também junta e articula.

De modo geral, nos diálogos pelas feiras e beira de rio, se afirma que os comerciantes peruanos “brotam do nada” nas cidades de Benjamin Constant e Tabatinga, se expandem visivelmente pelos bairros dessas cidades. A presença de peruanos comerciantes e peruanos israelitas na paisagem urbana é marcante.

Outrora, os líderes religiosos com suas vestimentas diferenciadas se apresentavam apenas nos templos ou proximidades, mas atualmente eles estão presente nas ruas e tabernas de Benjamin Constant e Tabatinga, parece que quanto maiores às dificuldades da população local, mais eles se enraízam e se espalham pelos bairros e ruas da cidade.

Figura 12: Israelita em estabelecimento comercial em Benjamin Constant-AM.



Fonte: SOUZA, julho de 2016.

A percepção de intensidade da presença de imigrantes peruanos se deve a dois fatores principais: ao aumento expressivo de comerciantes ambulantes transitando pelas ruas, o prolongamento do aglomerado de pequenos estabelecimentos comerciais, e a difusão de

transações empresariais de maior vulto econômico que envolve compra de grandes propriedades rurais, terrenos, sítios e granjas.

No que se refere à aquisição de propriedades em Benjamin Constant, fala-se muito sobre a compra de determinada granja em extenso terreno localizado em área urbana, algo que a população local especula constar de transação que cobre a casa dos milhões de reais. Ainda é necessário melhor apuração das informações, entretanto, o certo é que a compra se efetivou por um senhor que faz parte do grupo de israelitas. Outro detalhe é que a granja, juntamente com criação de bovino e tanque de piscicultura já existia desde a década de 1980 e tinha como proprietário brasileiro que utilizava inicialmente mão de obra local e posteriormente dos israelitas para a realização de atividades agrícolas e criação animais.

Com o óbito do antigo proprietário, no final da década de 1990, as propriedades ficaram para os herdeiros, e estes, recentemente em 2016, venderam todas as propriedades para o comerciante israelita.

Em Benjamin Constant é notório na paisagem a expansão do comércio peruano com abertura de estabelecimentos de pequeno e médio porte, com ênfase para restaurantes, salão de beleza e ambulantes de remédios caseiros. No que se refere aos restaurantes, o estabelecimento comercial “punto de encuentro”, comércio retratado na dissertação de mestrado (Souza, 2014), mudou de dono.

O antigo proprietário peruano vendeu o estabelecimento para um brasileiro, especulam-se muitas coisas sobre esta transação, como dívidas de jogos, vícios diversos, mas de fato o que se verificou foi que ocorrera grande incêndio no local e que pouco tempo depois se realizaram as reformas e em seguida a venda. A imagem física do antigo proprietário pouco lembra o senhor bem vestido, educado, altivo que nos atendera gentilmente na época do mestrado. Agora com aspecto envelhecido, roupas surradas, aquele senhor passou sobre velha motocicleta como um vulto fantasmagórico, portando um galão vazio de gasolina, atividade (venda de gasolina) que outrora exercia como extensão de seu restaurante.

Na área leste da cidade nas imediações do bairro de Coimbra e Agropalma, próximo ao hospital, inaugurou-se outro pequeno restaurante de proprietário peruano. O estabelecimento tem por nome fantasia “Rocoto Arequipeño”, ou seja, faz alusão a uma pimenta vermelha peruana que se assemelha muito com formato externo do tomate, mas com entonação forte no sabor queimoso-ardoso e também faz alusão a cidade peruana, Arequipa.

Figura 13: Restaurante *EL Rocoto* Arequipeño em Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

O estabelecimento conta com pequeno ambiente aconchegante, rústico e levemente requintado que destoa do padrão local, com suporte de atendentes brasileiros. Eles servem comidas típicas peruanas, com base em peixes, carnes, frutos do mar, acompanhados de bebidas peruanas e brasileiras, com ressalva para o refrigerante *Inca Cola* e a cerveja *Cuzqueña*, muito apreciados pelos moradores da região.

Figura 14: Interior do restaurante Rocoto Arequipeño em Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Com relação ao assentamento agrícola israelita em Benjamin Constant, as informações denotam que houve dispersão da população que residia naquele local, mas não se sabe os motivos. Relatos informam que estão espalhados por outras áreas ao redor da cidade como na estrada Cardoso, no qual se identificou novo bairro, o Eduardo Braga, em “ocupação desordenada”. Neste, identificou-se a abertura de pequenas tabernas, quitandas de proprietários peruanos.

Todavia, o grupo mais denso de israelitas que se localizam ao longo do rio Javari, principalmente na comunidade de São Pedro, está com presença cada vez mais forte na região. Torna-se visivelmente perceptível o aumento no número de embarcações israelitas que fazem o trecho via rio Javari, pelas cidades de Atalaia do Norte, Islândia (Peru), Benjamin Constant, Tabatinga e Santa Rosa (Peru).

Figura 15: Embarcação dos israelitas no porto de Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Logo ao alvorecer, as embarcações dos israelitas, com maior regularidade durante a semana (segunda a sexta) atracam no porto de Benjamin Constant para realizar suas atividades de venda. O que se percebe é que apesar destes se identificarem como grupo, as vendas são realizadas por donos distintos, separados, e são as mulheres predominantemente que realizam as vendas, como mostra a figura a seguir:

Figura 16: Comércio dos israelitas no porto de Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Na imagem acima, as mulheres, na parte central à direita, com panos escuros que lhes cobrem as cabeças estão na negociação de frangos e verduras. Para quem observa é uma aula de barganha, pois os “atravessadores” tentam conseguir a compra pelo menor preço possível. Primeiro ficam na escolha dos itens desejados, colocam defeitos diversos, no caso observado, o porco ou a galinha estão maltratados, em local de difícil acesso, no caso dos porcos que se encontravam dentro da embarcação num substrato improvisado abaixo do nível dos tripulantes, os quais estavam acomodados em redes suspensas no teto da embarcação; depois, ressaltavam a dificuldade de encontrar o verdadeiro dono do animal desejado, pois ali haviam vários animais com diferentes donos.

Figura 17: Bovino dentro da embarcação dos israelitas em Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Em seguida, ao ouvir o preço inicial, os atravessadores citavam outras pessoas que vendem mais barato; prosseguem e retiram dos bolsos bolos de dinheiro e contam em frente da vendedora enfatizando as notas graúdas, porém com sugestão de preço bem abaixo do estipulado pela israelita.

A vendedora, por sua vez, não demonstra nenhuma intenção, nem desejo de venda, e pergunta se ele vai querer ou não pelo preço inicialmente mencionado. Para finalizar, ocorre diálogo em entonação quase imperceptível aos ouvidos de quem está próximo, em geral o atravessador paga um preço acima da média que ele sugestionara, mas abaixo do que a vendedora supunha inicialmente. Mas, naquela transação em específico (sobre porcos) a peruana manteve seu preço inicial e o atravessador pagou com a ressalva, “essa peruana é ruim de jogo...”. Apesar dos avanços das telecomunicações das transações por *internet*, uso

de cartão de crédito, é assim que ocorre boa parte dos negócios nas cidades à beira do rio envolvendo compradores e vendedores de dois países, negociação direta em espécie do mesmo modo que é feita há séculos.

Após realizarem breve venda no porto de Benjamin Constant, a embarcação com os comerciantes israelitas parte em direção a Tabatinga, o que parece ser o destino final, no qual terminam de realizar suas vendas, bem como fazer suas compras.

Figura 18: Embarcação israelita no trecho Benjamin Constant/Tabatinga-AM, 2016.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Em Tabatinga, o número de embarcações de israelitas é bem mais expressivo que nas demais cidades da região. Identificou-se diariamente média de cinco embarcações atracadas, lado a lado, no porto conhecido como “feira da bagaça”, cenário matutino de muito ir e vir, típico daquela cidade de tríplice fronteira.

Nos dias que se realizaram as incursões a campo em Tabatinga, principalmente na área portuária, notou-se que o comércio é mais dinâmico no período matutino, um verdadeiro

burburinho. Embarcações saindo e chegando, principalmente de Santa Rosa (Peru), trazendo pessoas e mercadorias diversas, conforme mostra a figura a seguir:

Figura 19: Desembarque de verduras em Tabatinga-AM de embarcações oriundas de Santa Rosa - Peru.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Como se observa, as mercadorias oriundas do Peru chegam transportadas em pequenas embarcações conhecidas na região como “canoão”. A venda dessas mercadorias já foi previamente acertada, ou seja, não ficam expostas à venda na beira do rio.

Logo após a chegada, as mercadorias são desembarcadas, e entram em cena carregadores da feira ou de particulares. Esses carregadores “lombam” as mercadorias até veículos que aguardam na rua imediata à margem do rio. Como se observa na figura a seguir:

Figura 20: Carregadores no transporte de verduras até veículo em Tabatinga-AM, 2016.



Fonte: SOUZA, julho de 2016.

Observe, na figura acima (esquerda para direita centralizada), dois carregadores subindo o barranco com cargas para embarcar em veículo que os aguarda (direita centralizada). Há de se frisar que este ir e vir guarda uma série de fatores nem sempre explícitos e por isso é tenso, faz parte de um ambiente de fronteira. O fluxo de pessoas e mercadorias exige o mínimo de cuidados e fiscalizações, acordos entre Estados-Nação e acordos locais, quase sempre estes últimos são o que contam.

Obviamente na fronteira também há a fiscalização militar que marca a presença do Estado, como se observa na figura a seguir:

Figura 21: Forças armadas brasileiras em fiscalização das embarcações que transitam o trecho fluvial da tríplice fronteira.



Fonte: SOUZA, julho de 2016.

Na figura acima ocorre a fiscalização no trecho Tabatinga – Santa Rosa. Observe, à esquerda, centralizada, a embarcação local e à direita, a embarcação do exército brasileiro, e ao fundo da passagem Santa Rosa. Apesar da presença militar, não há fiscalização de procedência ou de documentação das mercadorias oriundas do Peru, tão pouco das mercadorias que saem do Brasil. Verificam-se principalmente a obrigatoriedade no uso de coletes salva-vidas, pois neste período de vazante ocorrem muitos acidentes. Há também a fiscalização relacionada ao tráfico de drogas.

Em terra firme, no período de vazante, podemos delimitar uma área maior de dinamicidade do comércio dito “subinformal”, que vai da margem do rio (embarcações) até a rua inicial na feira, algo que compreende aproximadamente das balsas flutuantes dos catraieiros e SESAI, entre 100 a 150 metros até a rua da beira, um quadrilátero com níveis diferenciados de organização, que formam a “feira da bagaça”. Observar a imagem:

Figura 22: Paisagem da fronteira em Tabatinga Brasil – Peru.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Na figura acima, entre as paralelas do horizonte com o rio se visualiza a comunidade peruana de Santa Rosa, naquelas margens peruanas do rio estão onde estão as casas flutuantes. Em geral são casas comerciais flutuantes, as quais se contabilizou um total de 62 em 2016, que de acordo com dados obtidos junto a catraieiros e passageiros, estas se multiplicam significativamente desde o ano 2000.

Ainda na figura acima, percebe-se a esquerda, desaguando no rio próximo, a balsa da SESAI. Um filete de água que mais se assemelha a um esgoto a céu aberto; à direita um trapiche improvisado que leva até a balsa dos catraieiros fluviais. Entre a SESAI e a balsa dos catraieiros, se situa o local no qual os israelitas atracam suas embarcações. Na parte central, tendas de lona, área na qual ocorre a comercialização de produtos agrícolas, como se vê na figura seguinte:

Figura 23: Perímetro de comercialização de produtos agrícolas na feira da bagaça em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Percebe-se pela figura acima a chegada de uma embarcação israelita de grande porte, manobrando para atracar na área especificada anteriormente. No perímetro citado, forma-se um corredor com aglomerado de tendas, nas quais se expõem produtos agrícolas diversos. Também participam neste perímetro comercial pescadores locais e indígenas da etnia Ticuna, principalmente dos bairros do Umariacú.

Esta paisagem parece ser histórica em Tabatinga. Robert Avé-Lallemant, em viagem no ano de 1859, descreve a paisagem de comércio e comerciantes na área portuária da referida cidade que guardam semelhanças com a vida cotidiana atual:

Nos últimos dias, antes da chegada do vapor, aporta um igarité após outro, descendo o Solimões, trazendo chapéus-do-chile e salsaparrilha. A margem morta do forte passa a apresentar intensa atividade. Dez, dose e mais embarcações ancoram ao longo da praia. Suas tripulações, índios peruanos de força gigantesca, armam suas tendas à noite na margem, enquanto os próprios comerciantes fazem suas camas numa 'casa aberta da nação', sob os mosquiteiros, e se alojam lá, em estranhos grupos, inteiramente ao modo dos caravançarás orientais. Assim o vapor encosta, os peruanos vão imediatamente para bordo, para ver quem chega e o que traz. No dia seguinte, começam então os negócios com grande animação; porque o vapor só demora três dias, dentro dos quais todos tem que ser feitos. Nesse entretanto, procede-se ao mesmo tempo à carga e à descarga; os fardos de tecidos ingleses dão lugar aos pacotes de chapéus-do-chile, e os rolos de salsaparrilha substituem os barris de vinho. Fala-se espanhol, português,

inglês e até alemão, embora não se reúnam mais de 20 negociantes; ajusta-se, regateia-se ruidosamente, e, por fim, divergem ainda sobre a moeda metálica peruana, que, aliás, parece não gozar de boa fama no Amazonas (AVÉ-LALLEMANT, 1961. p.182).

Guardadas as devidas proporções, o comércio nessa área da fronteira mantém semelhanças com o que ocorria no século XIX, com a especificidade de que a atenção principal não seja para a embarcação que vem da capital Manaus. Atualmente, as embarcações que chegam de Manaus ancoram em área exclusiva controlada pela Marinha do Brasil e não é permitido a entrada dos comerciantes estrangeiros naquela área.

O comércio na denominada “feira da bagaça” é realizada entre diversos comerciantes, como: brasileiros, peruanos e colombianos, centrando-se em mercadorias oriundas do Peru. Como salientado, estes comerciantes vão se aglomerando na área da feira e tem como fator dinamizador a presença dos comerciantes israelitas.

As embarcações dos israelitas são as mais procuradas pelos moradores locais e os seus produtos, frutas, verduras são negociadas diretamente com o consumidor, já a criação de animais são negociados com os atravessadores, que os compram para revenda em açougues e feiras em Tabatinga e Letícia.

Figura 24: Comercialização agrícola nas proximidades das embarcações israelitas em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

De súbito, a aparência predominante do comércio se consolida na desorganização, mas um funcionário fiscal da prefeitura de Tabatinga informou que os israelitas têm que obedecer a comercialização naquele perímetro próximo às embarcações, e que não podem ir além daquela área para realizar suas vendas.

Outras informações de moradores locais, que passavam e que ouviram nosso diálogo, é o registro de que em tempo específico naquele mesmo ano, o prefeito da cidade havia proibido a presença destes comerciantes no porto da cidade, o que gerou tumulto. Houve por parte da população local muitas críticas sobre a medida proibitiva, muitas das críticas incitadas por locutores de rádio de Tabatinga que trabalham na rádio de Santa Rosa no Peru. Algo interessante, pois esses locutores não trabalham em Tabatinga, dizem que são oposição política ao prefeito. Outro fato singular é que a rádio de Islândia “bomba na audiência” em Tabatinga devido as críticas à administração política vigente em 2016.

Contudo, o que se sabe é que a discussão foi das rádios para as mídias digitais, e para a câmara municipal, com desfecho na alteração da medida restritiva, permitindo a permanência, mas delimitando o espaço de comercialização dos peruanos israelitas. Ressalte-se que em Tabatinga os comerciantes israelitas vendem suas mercadorias e compram outras de origem brasileira, como por exemplo, o frango congelado industrializado. Observaram-se quantidades significantes de mercadorias adquiridas em Tabatinga, como arroz, açúcar, e congelados, como nos mostra a figura a seguir:

Figura 25: Embarcações israelitas no porto de Tabatinga-AM, 2016.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Como se observa acima, as embarcações são de madeira e com propulsão a pequenos motores movidos à gasolina e que na parte superior das embarcações estão organizados muitos depósitos e vasilhames de isopor e plástico, além de carcaças de *freezers*.

Os vasilhames são para depósitos de gasolina e os *freezers* são para depositar frango industrializado e outras mercadorias adquiridas em Tabatinga, como demonstra a figura seguinte:

Figura 26: Mercadorias adquiridas pelos israelitas no porto de Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

As mercadorias estão dispostas na rua imediata ao rio e são adquiridas em Tabatinga (Brasil) ou Letícia (Colômbia). À esquerda na imagem, apoiada nas mercadorias atrás da motocicleta, se encontra a senhora israelita provável dona da mercadoria. À direita, dois carregadores iniciam o transporte das mercadorias até as embarcações. A atividade de transporte de mercadorias para as embarcações é realizada ao final da tarde.

Caminhar pelas ruas da área portuária de Tabatinga é se deparar com os imigrantes peruanos que oferecem serviços e comércio em segmentos, que vão do corte de cabelo à culinária, comerciantes de frutas e verduras, confecções, calçados, material importado, ferragens, tanto como ambulantes como em estabelecimentos fixos.

A fronteira em Tabatinga, especialmente na beira do rio é isso, mas não somente. É um vai e vem de gente novas e velhas, veículos, embarcações configurando naquilo, que a grosso modo, poderíamos denominar de cotidiano na fronteira, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 27: Cotidiano na fronteira de Tabatinga-AM, 2016.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Na imagem acima se observa a paisagem ao fundo, o rio Solimões com destaque ao lado esquerdo, onde fica o povoado de Santa Rosa (Peru); e ao lado direito, Letícia (Colômbia). No centro, as casas flutuantes Tabatinga (Brasil). E para melhor ilustrar esta convivência cotidiana da presença do imigrante, temos no cenário amazônico duas crianças peruanas atravessando a rua e um “tuc-tuc” de origem colombiana trafegando na via.

No âmbito do comércio peruano informal e formal, os estabelecimentos fixos na cidade de Tabatinga se situam predominantemente nas ruas próximas à beira do rio. Nesta área há predomínio numérico dos comerciantes peruanos em relação aos comerciantes colombianos e brasileiros.

A particularidade em Tabatinga está na documentação de regularidade para funcionamento dos estabelecimentos de proprietários peruanos. Todos os entrevistados tinham em mãos ou fixados nas paredes alvarás da prefeitura e de órgãos afins. Ao entrevistar uma das poucas proprietárias brasileiras no local, ouviu-se a seguinte frase “esses peruanos são espertos, preferem passar fome, mas regularizam tudo quanto é documentação, é mais fácil um estabelecimento comercial de brasileiro fechar por falta de documentação, do que de um peruano. Antes, isso aqui tudo era de brasileiros”. Esta comerciante brasileira retratou uma história que chamou a atenção:

Professor um dia chegou um carro desses grandes, baú, com um montão de mercadorias na loja da paisana, os carregadores tirando as coisas pra colocar na loja; aí chegaram uns fiscais da receita, da polícia e foram logo entrando na loja, arrumando lacre pra por no caminhão, os outros olhando as coisas dela, roupas essas coisas, pediram os papéis, porque quando eles veem é assim, pedem muitas documentações, mas quando a gente vai atrás é uma dificuldade pra atender; daí professor a gente só olhando de frente das lojas, claro os outros lojistas estavam ali olhando e se aproximando, a paisana entrou e trouxe uma pasta branca e colocou em cima da mesa, colocava a mão na cabeça, daí abriu e começou a entregar documentos disso daquilo, os fiscais pegaram os documentos, olharam as mercadorias, ficaram um pouco e foram embora (Entrevista com comerciante brasileira, campo de 2017).

Figura 28: Estabelecimento comercial peruano na rua da frente em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Como em Benjamin Constant, há em Tabatinga um forte comércio de frutas e verduras realizado por imigrantes peruanos que vendem produtos oriundos do Peru em geral das áreas montanhosas. Existem os estabelecimentos fixos, mas, sobretudo vendedores ambulantes que estão sempre à procura de possíveis clientes. As principais frutas comercializadas são: uva, maçã, pêra, laranja, tangerina, e verduras, como o rocoto (pimenta), batata, cenoura, cebola roxa.

Figura 29: Comércio ambulante de frutas em Tabatinga-AM.



Fonte: SOUZA, agosto de 2016.

As frutas e verduras chegam em Tabatinga rotineiramente, na figura abaixo se visualiza embarcação com carregamento de frutas na beira do rio Solimões em Tabatinga. O que se observa é que não existe fiscalização para esse tipo de mercadoria.

Figura 30: Carregamento de frutas em canoão em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Há também os ambulantes que vendem produtos diversos e oriundos da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), eles estão presentes na beira do rio, mas transitam por outras áreas da cidade. Utilizam a extensão de seus corpos como vitrine de exposição possível, conforme mostra a figura a seguir de comerciante ambulante vendendo chapéus, bolsas, e cintos na Avenida da Amizade nas proximidades da prefeitura, banco do Brasil e banco Bradesco:

Figura 31: Ambulante peruano na Avenida da Amizade, Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Podem ser encontrados com mais frequência nas imediações da feira os ambulantes que vendem doces, espécie de gelatina em potes coloridos de sabor bem adocicado. Em diálogo informal, o peruano revelou que vive na região há aproximadamente dez anos, passando por Atalaia do Norte, Benjamin Constant e se fixando há oito anos em Tabatinga, local que constituiu família, esposa e duas filhas. Observe a seguir:

Figura 32: Venda ambulante de gelatina em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

Na figura abaixo, dois restaurantes peruanos disputam a clientela brasileira. Salientando que nessa rua (Marechal Mallet) foram identificados quatro restaurantes de proprietários de origem peruana.

Figura 33: Conjugado de restaurantes peruanos em Tabatinga-AM.



Foto: SOUZA, agosto de 2016.

No aspecto das características físicas, os restaurantes vão dos mais simples aos de melhor requinte, com disponibilidade de cardápio em pratos diversos como: *ceviche*, *doncella*, *paiche*, *mixto*, *sudados*, *parihuelas*, *chicharrón de pescado e de pollo*, *arroz con mariscos*, *chaufa con mariscos*, *llomo saltado*, *pollo frito*.

Nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Letícia, nos trabalhos de campo realizados (2016 e 2017), foram observados a presença de comerciantes ambulantes com venda específica de remédios caseiros. Comercializam-se compostos de chá com prováveis propriedades medicinais, ou como se denominam *emoliente medicinal*. Foi constatado que existe relação de parentesco destes tipos de comerciantes identificados nas cidades de Tabatinga, Benjamin Constant e Letícia, como a figura a seguir nos mostra.

Figura 34: Ambulante peruano de venda de emoliente medicinal em Benjamin Constant-AM.



Foto: SOUZA, julho de 2016.

Esses *hermanos* peruanos são o maior sucesso de venda entre os moradores locais, pois além dos relatos, basta observar a venda por alguns minutos que se nota a presença de muitos clientes. Supostamente o chá, composto de cascas e raízes da floresta, é indicado na prevenção e tratamento de doenças que atingem fígado, rins, estômago e outros órgãos.

O certo é que o chá é servido numa pequena medida, dessas de cafezinho, e tem o sabor extremamente amargo que acompanha um copo de medida maior composto por chá grosso de linhaça, levemente adocicado. O sabor combinado é de amargo levemente adocicado, para alguns de difícil assimilação ou degustação.

Figura 35: Ambulante peruano de venda de emoliente medicinal em Tabatinga-AM.



Fonte: SOUZA, agosto de 2016.

Observa-se que os carrinhos nas duas cidades têm o mesmo *layout*. Em geral, as pessoas que utilizam o “emoliente” atestam a eficácia do chá, os quais, catraieiros, mototaxistas, carregadores de carga, atravessadores, ou seja, os tipos humanos que habitam nas proximidades das feiras municipais ou beira do rio.

Cada porção custava (2016-2017) em média R\$ 2,00 (dois reais), mas variável com a preferência, a aquisição de apenas um dos componentes apresentava o valor de R\$ 1,00 (um real). De acordo com os vendedores, se vendem aproximadamente entre oitenta (80) a cem (100) porções diárias do emoliente.

Em referência ao comércio peruano, outra cidade que se destaca nas paisagens do Alto Solimões é São Paulo de Olivença, conhecida como a cidade dos Cambeba, em referência aos índios predominantes naquela região.

Márcia Wayna Kambeba (2013), no livro *Ay kakyri tama* (Eu moro na cidade), nos brinda com poesias que retratam o povo Kambeba e a cidade São Paulo de Olivença:

São Paulo de Olivença cidade  
pacata  
Que vem do rio, que vem da mata  
De pele morena, de alma serena  
No sangue a nobreza, minha bela  
pequena.

Guarda os segredos de bravos  
guerreiros,  
As histórias dos que por ti  
passaram,  
As lutas que em teu solo travaram,  
O sangue, que teus filhos  
derramaram.

Enterradas em seu rico solo,  
Estão as urnas de nossos ancestrais,  
Daí a importância de nossos sítios  
arqueológicos,  
Neles encontramos vestígios de  
cerimoniais,

Dos Kambeba, e de tantos povos,  
Que de braços abertos recebestes  
para morar,

Trazidos de outras aldeias,  
Pelas mãos dos que buscavam  
“catequizar”

As lendas e mitos Kambeba,  
Em ti venho buscar,  
Me apresentas teu baú,  
Tuas memórias, vens me contar,  
Mostrando que és importante,  
Por ser de fato, meu lugar.

São Paulo minha terra Kambeba,  
Me sinto feliz por em teu solo estar,  
Me encantas com tua beleza,  
Me transmites tua calma e firmeza,  
E nesse chão que me criei,  
Hoje volto a pisar.  
(KAMBEBA,2013, p.51)

Neste poema se busca trazer o olhar de quem mora naquela cidade, e nesse sentido, se percebe a descrição de um ambiente tranquilo e sossegado, o apego às origens, às lendas e à natureza. Ressalta-se ainda a luta histórica dos povos indígenas, além de situar a importância da cidade no contexto arqueológico.

Na cidade, as impressões imediatas nos dão conta da mudança da área portuária fluvial, pois a área que havia anteriormente foi interdita pela defesa civil devido ao problema das “terras caídas<sup>1</sup>”, mudança que gera, a curto prazo, transferência de moradores do local, estabelecendo diferentes dinâmicas da cidade.

Na cidade se pega mototáxi e ao pedir para encontrar hospedaria em boas condições e de preço acessível, invariavelmente chegará à hospedaria cujo proprietário é peruano. Sem perguntar sobre o proprietário, irá-se notar pelas imagens expostas na parede da recepção alguns quadros de cidades peruanas, como Cuzco, Lima, Machu Picchu.

---

<sup>1</sup> As terras caídas, como são conhecidas à erosão de margem, na Amazônia, acontece com intensidade onde os rios são margeados pela planície de inundação, pois, os depósitos recentes geralmente material fino e de baixo grau de coesão oferece pouca resistência a ação dos agentes causadores de erosão de margem (CARVALHO, 2016).

Além disso, estabelecimento arejado, com cama bem arrumada, paredes com pintura recente, frigobar, ar condicionado, ventilador, banheiro na cerâmica, mesa de escrever, televisor. Isto é um dos prédios, do mesmo proprietário, no total de duas lojas e dois hotéis.

Para quem já visitou a cidade outras vezes vai se surpreender, pois na área do antigo porto fluvial há a paisagem comercial totalmente diferente de outrora (período de 1990 a 2005).

Atualmente, a predominância na paisagem da rua imediata ao rio é de estabelecimentos comerciais de proprietários peruanos, de tal forma que esta rua é conhecida pelos moradores locais como a “Letícia de São Paulo de Olivença”, embora os comerciantes não sejam de Letícia, tampouco, colombianos.

No local conhecido como “escadaria”, em outros tempos tratava-se apenas de longa escada que dava acesso ao rio, hoje apropriado, se tornou um corredor que se estabelece o comércio em predomínio de peruanos.

Figura 36: Escadaria comercial em São Paulo de Olivença-AM, 2017.



Foto: SOUZA, novembro de 2017.

Na imagem acima se visualiza estabelecimentos comerciais em ambos os lados da escadaria, com a pulverização de mercadoria expostas, tais como: utilidades do lar, vestimentas, bolsas, chapéus, relógio, redes, construção civil, utensílios para caça e pesca.

Nas demais cidades, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Atalaia do Norte e Amaturá, a presença dos comerciantes peruanos é discreta, com nuances de frequência dos comerciantes imigrantes em determinados períodos do ano.

A presença dos comerciantes peruanos no cotidiano Santo Antônio do Içá é sensível, encontram-se em área denominada de “língua do vulcão” em referência a antigo prefeito que construiu uma espécie de beco de acesso à rua principal da cidade. Nesta, assim como em São Paulo de Olivença, já se destaca a presença dos produtores agrícolas israelitas.

No âmbito do cotidiano nas cidades de Atalaia do Norte, Tonantins e Amaturá a presença de comerciantes peruanos é incipiente, isto se verifica no ritmo lento das áreas portuárias das respectivas cidades, com poucas embarcações transitando pelo rio ou atracadas na área portuária.

Em Atalaia do Norte, apesar de aparentemente pouco expressivo, o comércio peruano faz parte do cotidiano local, os quais estão na forma de pequenas tabernas, tendas com características improvisadas, restaurante, salão de beleza e comércio de grande porte relacionado a escala da cidade.

Na cidade, há ainda a presença do grupo israelita, que ocorre de dois modos: o grupo oriundo das comunidades do Alto Rio Javari e os que residem na cidade. Os israelitas oriundos das comunidades são os mesmos que abastecem Benjamin Constant e Tabatinga, ou seja, na rota fluvial passam primeiro em Atalaia do Norte e em seguida nas respectivas cidades citadas.

Figura 37: Comerciantes peruanos nas extremidades do Mercado Municipal de Atalaia do Norte-AM, 2017.



Foto: SOUZA, novembro de 2017.

Em Amaturá, a primeira impressão é que o comércio peruano inexistente, sendo que ao aportar na cidade e percorrer suas ruas não se nota a típica concentração de estabelecimentos comerciais ou daqueles furtivos comerciantes peruanos a se esgueirar em busca de potenciais consumidores.

Porém, a partir de diálogo com alguns desses peruanos e moradores da cidade verificamos que os comerciantes peruanos estão presentes, mas de forma diferenciada das demais cidades. Identificou-se que existem moveleiros, carpinteiros, ambulantes, médicos, empresários de médio porte, além da presença recente de imigrantes peruanos que se concentram nos novos bairros.

### 3.3 A cidade na fronteira e a fronteira nas cidades amazônicas: o que o limite territorial separa, o rio, a canoa, e o comércio unem

Atualmente, os discursos do ódio e da intolerância são práticas global, a ilusão do mundo fluido e uno se esvai na prática política xenofóbica empregada com relação aos imigrantes. Dos Estados Unidos à Europa recorre-se a muros físico e jurídicos para impedir a difusão das grandes migrações.

De forma geral, os discursos se embasam na perspectiva de que os imigrantes são problemáticos, irritantes, indesejáveis, inadmissíveis, condutores da pobreza, miséria, criminalidade, doenças, distúrbios sociais, ou seja, o imigrante nessa perspectiva é o outro, o intruso que bate à porta (BAUMAN, 2017).

As práticas políticas mundiais predominantes adotadas com relação a “crise migratória” se revestem dos discursos embasados no nacionalismo e na identidade nacional em detrimento excludente depreciativo do outro.

Todavia, o que se verifica historicamente é que o imigrante foi e continua sendo a força motriz da mão de obra que cria, sustenta e recria as nações. No ato histórico de migrar, o imigrante interligou múltiplos espaços geográficos, se tornando assim ponte entre limites territoriais, difusor econômico e cultural, portador de conhecimentos da humanidade.

No âmbito das cidades na fronteira amazônica, a presença marcante dos imigrantes peruanos é essencial para a dinâmica econômica da região. Como demonstrado nos capítulos anteriores, o limite territorial é instituído na escala macro do poder, portanto, além de demarcar territórios, divide povos, fragmenta sociedades, modifica modos de vida. As faixas de fronteira, ou melhor, as cidades na fronteira são nesse sentido, as resistências à fragmentação, são lugares-ponte de diferentes espaço-tempo.

A tolerância e alteridade na fronteira nasce da necessidade de sobrevivência de uma sociedade que é relegada à políticas incipientes de seus respectivos Estados-Nação. Os sujeitos que habitam essas cidades alternam como protagonistas da economia local, outrora eram os comerciantes luso-brasileiros que habitavam e dominavam o comércio para além do limite territorial, em Caballococha, Iquitos e outros sítios urbanos no Peru.

Hodierno, os comerciantes peruanos, estão presente em todas as cidades da Região Imediata de Tabatinga, variando em número e densidade fazem parte do cotidiano das cidades na fronteira.

Dessa interação de encontros e desencontros de imigrantes brasileiros lá e imigrantes peruanos cá, surge a sociedade com especificidades multidimensionais, que se traduzem na concretude das atividades cotidianas, economia, religião, culinária, música, estrutura familiar e esporte.

Na religião, percebe-se a expansão dos templos religiosos israelitas em Tabatinga e Benjamin Constant, o que indica a assimilação da população local à religião introduzida pelos imigrantes na região.

Em outro ponto, também há relatos de situações de imigrantes que outrora israelitas, adotam religiões de cunho evangélico protestante. Estes dissidentes dos assentamentos situados no vale do Javari migram para outros núcleos urbanos e incorporam os novos hábitos religiosos. Moradores locais afirmam que a mudança se deve à rigidez das normas e regras que o grupo deve seguir, mas em diálogo com determinados israelitas de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença discorrem que a mudança de assentamento ocorre devido a insalubridade e alta incidência de doenças (malária) no vale do Javari.

O discurso de brasilidade e de peruanidade também está presente, ou seja, a assimilação do discurso nacional em detrimento e submissão do outro também é real. Porém, a necessidade de sobrevivência é maior, ambos se utilizam da fluidez da fronteira e de suas benéficas.

Neste contexto, quando se considera o âmbito do esporte nacional e a grande paixão do brasileiro para com o futebol, encontraremos a efervescência do nacionalismo e do limite territorial que se imbrica como fronteira.

Nas cidades da região do Alto Solimões, o nacionalismo reivindicado na forma de esporte, dá lugar a expressão máxima da multidimensionalidade da fronteira, no qual indivíduos, famílias se apresentam com as cores que representam Brasil e Peru. Observe na figura abaixo quatro indivíduos de mesma família, pai e mãe se apresentam com camisa da seleção peruana e filho com a camisa da seleção brasileira.

Figura 38: Família binacional em Tonantins na fronteira Brasil e Peru.



Fonte: MARTINS, 2018.

Suscitando a indagação de Darcy Ribeiro (1995) sobre que povo é esse que nasce da mescla de diferentes matrizes culturais, indígena, africana, e europeias. Dessas idas e vindas de imigrantes peruanos e brasileiros, que sociedade é essa que surge na fronteira dessa Amazônia profunda? Quem são os filhos dos imigrantes peruanos e brasileiros? Apesar da resistência em manter os traços culturais, como na classificação para a Copa de 2018 em Benjamin Constant, onde se reuniram em bar específico de proprietário peruano, aproximadamente 30 peruanos na torcida pela seleção do Peru, eles se misturam, se não como dimensão da cultura, como estratégia de se inserir, de ser aceito pelo outro.

Figura 39: Comemoração da classificação da seleção do Peru para a Copa do Mundo de Futebol em Benjamin Constant – AM.



Fonte: SOUZA, 2017.

O comércio se apropria dessas manifestações que atualmente são bem toleradas e assimiladas, devido a convivência cotidiana e porque um jogador peculiar fazia parte de determinado time de expressão no contexto do futebol brasileiro.

Na figura abaixo, há na parte superior esquerda e direita, dois estabelecimentos comerciais em Benjamin Constant, o da esquerda com venda predominante de camisas e bandeira de representação peruana, com ressalva para transeuntes caracterizados com essas camisas e indivíduo com camisa peruana e bandeirola do Brasil; no lado direito estabelecimento que disponibiliza camisas de ambas as seleções, com ressalva na aglomeração de pessoas (brasileiros e peruanos) no momento de jogo da seleção peruana; Na parte esquerda inferior da figura, temos estabelecimento comercial peruano em Tonantins que disponibiliza camisas da seleção brasileira; no lado direito, comércio *online* de confecção de camisas personalizadas das seleções da Colômbia, Brasil e Peru.

Figura 40: Dimensões do comércio no Alto Solimões no período da Copa do Mundo de 2018.



Fonte: SOUZA, 2017.

Essas manifestações culturais esportivas revelam a dimensão do cotidiano na fronteira que se imbrica de alteridade, ou seja, na interação social e aceitação do outro com suas crenças e valores culturais. Elas parecem se tratar de uma espécie de hibridismo cultural em que se evidenciam nas cidades com maior coeficiente de imigrantes peruanos, porém nada semelhante com o que ocorre em Tabatinga e Letícia no que se refere a passeata nos dias de jogos de Brasil e Colômbia (BUTEL, 2016).

Em Benjamin Constant também é prática a passeata em dias de vitória em finais de campeonato nacional ou Copa do Mundo, mas nunca realizado no contexto dos imigrantes peruanos, o que se verificam são manifestações localizadas de imigrantes peruanos.

As manifestações culturais a que nos referimos não se trata de uma vida harmônica e feliz, mas da aceitação com o próximo dentro dos limites da tolerância. Em entrevista, os peruanos ressaltam nunca ter problemas de convivência com os brasileiros, com exceção da menção a um comerciante, dos mais antigos de Benjamin Constant. Este senhor relatou que a única situação em que os ânimos ficaram exaltados e ouviu alguns insultos referente à nacionalidade peruana, ocorreu em 1978, momento em que de forma “suspeita” a Argentina venceu o Peru com saldo de seis gols e eliminou o Brasil de disputar a fase seguinte da copa

do mundo. Neste momento, o senhor ‘J’ relatou em tom cômico que os brasileiros estavam enfurecidos e descontaram com menções pejorativas a presença dos imigrantes peruanos.

A predominância dos imigrantes peruanos na esfera do comércio nas cidades na fronteira evocam a necessidade de convivência carregando consigo a dimensão das trocas culturais. Todavia, para se apreender a dimensão apropriada do que se produz e reproduz na fronteira é necessário sair da fronteira, e olhar a fronteira de fora. Os indivíduos brasileiros ou brasileños quando migram das cidades na fronteira em direção à capital, revelam o estilo próprio daquele lugar.

Em Manaus, ocorrem as confraternizações dos denominados conterrâneos das respectivas cidades, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Essas confraternizações ocorrem de duas formas, separadamente (somente os indivíduos oriundos de determinado município e poucos convidados) e mutuamente (com indivíduos das respectivas cidades numa grande confraternização) em datas flexíveis.

Nas confraternizações se revela a dimensão peculiar da cultura de fronteira, seja no âmbito separado, seja no mútuo do conagraçamento se verifica a constância dos elementos oriundos da presença do imigrante peruano, a música e a culinária.

Aliás, a culinária peruana é reconhecida mundialmente, pois em busca rápida pela *internet* se identificam menções sobre as características e prêmios mundiais no âmbito da culinária, dentre os quais “melhor destino culinário do mundo” pela sexta vez seguida pelo prestigiado *World Travel Awards*, considerado o “Oscar do turismo”.

A origem da culinária peruana mescla a cultura andina, africana, espanhola, chinesa e japonesa. Atualmente, existem três restaurantes peruanos que estão na lista dos 50 melhores restaurantes do mundo: Central (5º lugar), Maido (8) e Astrid & Gastón (33); e há 10 restaurantes que estão na lista dos 50 melhores restaurantes da América Latina: Maido (1), Central (2), Astrid & Gastón (7), Osso Carnicería y Salumería (12), La Mar (15), Isolina (21), Rafael (24), Malabar (30), Fiesta (46) e Ámaz (47). No Brasil, os restaurantes que trabalham com a temática voltada para a gastronomia peruana estão presentes nas principais capitais.

Na capital do estado do Amazonas, a música e a culinária são elementos identitários dos imigrantes estrangeiros (peruanos, colombianos) e imigrantes brasileiros oriundos do Alto Solimões, os quais são reificados em situações diversas como no caso das reuniões entre imigrantes brasileiros oriundos da fronteira, assim como para amenizar situações de submissão nos bairros periféricos quando confrontados nas contradições capital e interior do estado.

Neste sentido, os indivíduos deixam de ser simples interioranos para se tornarem indivíduos oriundos da fronteira imbricados de suas articulações e contradições. Os bares e restaurantes de Manaus que trabalham com a culinária peruana são espaços de convivência social de reencontro dos imigrantes oriundos em geral da fronteira. Dentre os principais estabelecimentos identificados em Manaus temos, Restaurante Master Bar, Restaurante Machu Pichu, Restaurante Gastro Bar Brasil, Restaurante Peruano (centro), Restaurante Peruano (zona leste), Restaurante Peruano Bar do Norte 2, Restaurante Mira Flores, Restaurante Colombiano La Finca, Restaurante Cevicheria Império Inca.

Ressalte-se que estes locais não são em sua totalidade estabelecimentos pertencentes a imigrantes peruanos, mas estabelecimentos que trabalham com a temática de culinária peruana. Observe a figura a seguir do *Restaurante Master Bar*, no bairro Flores.

No lado esquerdo superior, temos o carro-chefe da culinária peruana, o *ceviche* e no lado direito o *lomo saltado*; na área inferior à esquerda se destaca, no interior do estabelecimento, as bandeiras de Peru e Brasil sugerindo a parceria entre as duas nações; e na parte inferior à direita, grupo musical que trabalha com a temática de músicas latinas. Destaque-se que no caso do grupo musical, o vocalista é o proprietário do estabelecimento em pauta. Em dias específicos ele também realiza shows em outros restaurantes que trabalham com a mesma temática.

Figura 41: Restaurante peruano em Manaus – Amazonas;



Fonte: SOUZA, dezembro de 2018.

O dono do estabelecimento é oriundo da região costeira do Peru, trabalhou também num restaurante em Benjamin Constant, e em 2014, na Copa do Mundo, chegou em Manaus para assumir o estabelecimento comercial de seu pai.

O que se nota aparentemente nesses espaços comuns é que existe uma convivência diferenciada entre brasileiros oriundos da fronteira e os peruanos, pois aqui não há somente a questão da tolerância com outro por necessidade de comércio, algo latente na fronteira. Nestes ambientes, onde o brasileiro da fronteira também está revestido de migrante, a condição ambígua e flexível de tolerância e concessão de ambas as partes parece que se imbricam no reconhecimento identitário de elementos culturais cultivados na região do Alto Solimões.

Todavia, o que se verifica na capital Manaus não traduz em sua totalidade a convivência entre brasileiros e peruanos. Nas cidades na fronteira é latente a negação para com o imigrante comerciante peruano e aceitável a cultura que a partir deste se produz e reproduz na região do Alto Solimões.

Esta negação à presença do imigrante peruano é mais forte quando mais se aproxima o limite territorial entre os Estados-Nação, Brasil e Peru. Ela ou a aceitação aos imigrantes peruanos está intimamente ligado à forma como se desenvolve o comércio realizado nas cidades de fronteira.

No âmbito da funcionalidade do comércio realizado pelos imigrantes peruanos existem duas formas distintas: a forma de estabelecimentos fixos e de estabelecimentos itinerantes, as quais descritas anteriormente como comércio formal e comércio itinerante.

Como descrito no primeiro capítulo, a forma de estabelecimentos fixos está no ensejo do adensamento numérico de imigrantes, ou seja, o quantitativo numérico de estabelecimentos fixos é evidente em Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, porém esse comércio se cristaliza nas duas primeiras cidades desde a década de 1990, já em São Paulo de Olivença se identifica maior volume a partir da década de 2000 e se intensifica gradativamente a partir de 2010.

Isto não significa que o comércio peruano fixo não se faz presente nas demais cidades, ele se faz em coeficiente numérico reduzido, quase imperceptível, porém em intenso volume na forma de estabelecimentos itinerantes nas cidades de São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

A presença do comércio realizado por imigrantes peruanos em Tabatinga e Benjamin Constant se consolida nas últimas três décadas, ou seja, em determinado momento, mesmo que de forma inconsciente, o aumento do coeficiente numérico de estabelecimentos comerciais nestas cidades é relacionado com as mazelas que ocorrem nos âmbitos econômicos, políticos e sociais.

Estas cidades, como relatado no subitem da esfera cotidiana, sofrem com graves problemas estruturais, evidentes no urbanismo precário, na falta de médicos e medicamentos e escândalos de corrupção. Nessa esfera da vida, o cotidiano, revela que as mazelas estruturais urbanas se consubstanciam na presença do imigrante, pois as grandes angústias se concretizam no âmbito da falta de emprego, moradia, transporte e saúde.

O que se verifica é que as maiores reclamações relacionadas aos imigrantes está no fato dos moradores locais dividirem os equipamentos básicos precários com os novos habitantes, os imigrantes. Concomitante a isso, também se consolida a imagem dos comerciantes peruanos que conseguem obter êxito econômico construindo casas, adquirindo imóveis e amplos terrenos. Ressalte-se que nesse âmbito, a expressão é mínima de comerciantes que galgam êxito econômico, isto posto relativamente no que se refere a imagem de precariedade que se observa no maior volume de comerciante peruanos que vivem em pequenos estabelecimentos comerciais e em situação de extrema pobreza.

No outro extremo dessa situação está a forma do comércio itinerante, os comerciantes imigrantes que realizam essa atividade econômica se fazem presentes nas cidades de São Paulo de Olivença à Tonantins, somente em datas específicas.

Em São Paulo de Olivença estão presentes em número relativamente maior no aniversário da cidade, comemorado no dia 31 de maio, assim como nas festas juninas com ápice para o dia do padroeiro São Paulo Apóstolo (29 de junho).

Em Amaturá ocorre no mês de julho, no período do dia 7 ao dia 16, a festa de Nossa Senhora do Carmo e do dia 16 a 25, os festejos de São Cristóvão. Em Santo Antônio do Içá, os festejos do padroeiro no período da semana que o antecede até 12 de junho. Em Tonantins as principais datas festivas são: 29 de junho, festa do padroeiro São Pedro e 10 de dezembro festa do pirarucu de manejo.

Nesses períodos, os cidadãos comemoram suas festividades principais e recebem coeficiente significativo de imigrantes peruanos que realizam suas atividades econômicas e logo que se encerram as comemorações se deslocam para os lugares de origem ou outras cidades, ou seja, a presença dos imigrantes peruanos se corporifica à imagem da festa e do lazer.

Na situação específica dessas cidades, os imigrantes não disputam o uso dos equipamentos urbanos com os moradores locais, portanto devido a fluidez da presença em festividades não se consubstanciam na imagem das mazelas locais.

Barth (2011) ao analisar numa perspectiva ecológica o contato entre dois ou mais grupos étnicos, salienta que dois grupos distintos podem coabitar na mesma área em interdependência limitada, no qual “a articulação tenderá a se estabelecer pelo comércio, e talvez em um setor cerimonial-ritual” (BARTH, 2011, p.201).

Neste âmbito do espaço-temporal, o contato entre os comerciantes peruanos itinerantes e os demais cidadãos brasileiros ocorre no ensejo específico do comércio, ou seja, o que ocorre é uma relação de interdependência limitada. Existem nisso também os casos específicos de comerciantes itinerantes que a partir da realização dessa atividade econômica fluida e acabam por se estabelecer e se fixarem em determinada cidade, porém, via de regra, mesmo estabelecendo vínculo fixo, geralmente matrimonial, continuam a realizar o comércio itinerante pelas cidades do Alto Solimões.

Todavia, seja na perspectiva da convivência fixa ou fluida desses encontros e desencontros, surgem especificidades cotidianas quase imperceptíveis, mas que denotam a interdependência ou adaptações recíprocas estáveis e simbióticas, como por exemplo, o *pollo* se transforma em frango, o *chancho* se transforma em porco, ou se consome o frango frito, porém com arroz *chaufa*, ou o churrasco vira *parrilladas*, o corte de carne bovina com arroz se reveste de *lomo saltado* ou *lomo saltado* con arroz *chaufa*, o refrigerante se torna *gaseosa*, o dindim se amplifica ao *curite*.

Como se observa na figura abaixo, entremeado às cores que evocam os respectivos Estados-Nação Brasil e Peru, a fronteira está no idioma, oportunhol, na culinária peruana que carrega influências mundiais, como o *tallarín saltado* e o *arroz chaufa*, pratos que mesclam a cultura peruana à cultura chinesa, além da *gaseosa* de origem colombiana. Nesse sentido, a fronteira além de territorial também é simbólica (BARTH, 2011).

Figura 42: A culinária e o idioma na fronteira Brasil e Peru.



Fonte: SOUZA, dezembro de 2016.

Nesse contexto, se retoma a questão: Qual sociedade é essa que vive cotidianamente nas cidades amazônicas na fronteira?

Diante da histórica “crise migratória”, a solução que se adota politicamente na atualidade se solidifica nas expressões “fechem a fronteira” e “ergam-se os muros de contenção humana”.

Nessa perspectiva da negação ao outro, os migrantes do mundo são encarcerados, separados, excluídos, vagueiam e morrem nas travessias dos rios e mares, eles estão no mediterrâneo, nos desertos, amontoados em lugares entre mundos. Na ótica de Michel Agier (2015), todos esses lugares de exclusões, encarceramentos, de separações, de litígios, perseguições, e mortes são a fronteira.

Para o autor, esses lugares-fronteira transcendem o litígio e são também lugares de reflexão humana, de alteridade, do “cosmopolitismo banal” cotidiano, nos quais surge o homem-fronteira (homens e mulheres). Sendo assim, o homem-fronteira não é somente o migrante, mas todos aqueles que participam da vida cotidiana na fronteira, esse homem-fronteira vai surgir do encarceramento e da liberdade, das separações e reuniões, das indiferenças e solidariedades, do litígio e da alteridade, da tolerância ao outro, do idioma articulado, da culinária adaptada, do esporte e da música compartilhada, das uniões matrimoniais, dos desejos de dignidade no presente e no futuro.

Em determinada dimensão temporal e espacial, esta é a sociedade que se estabelece no Alto Solimões, isto é, de homens e mulheres de resiliência, seres que resistem às intempéries sociais, que se adaptam e transformam, constroem e reconstroem modos de vida para além da periferização e precarizações de seus respectivos Estados-Nação.

Esta sociedade tem como articulação comum a atividade econômica, o comércio, que em tempos pretéritos foi introduzido pelo colonizador, meandrou em tempos de constituição dos Estados-Nação pela predominância imperial luso-brasileira em território peruano, pela presença fluida de atores mundiais no ensejo da borracha que promoveu rápido florescimento/decadência das cidades amazônicas, e, contemporaneamente, se adapta e mescla-se à presença do comerciante peruano como fator dinamizador urbano das relações econômicas, sociais e culturais nas cidades amazônicas da fronteira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da reflexão, confecção, e produção da tese intitulada *Cidades Amazônicas na fronteira: dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões -AM* se vivenciou momentos distintos da sociedade como um todo, momentos dinâmicos e de transformação política, econômica e social.

Apesar da necessidade de neutralidade axiológica científica, temos que transcender filosoficamente e conviver com a ambiguidade de pensar a ciência como produção humana para seres humanos, portanto passível em determinados momentos de influências diversas, passível de caminhar em caminhos retilíneos ou tortuosos de correntes de pensamento muitas vezes contraditórias.

É primordial que se tenha na reflexão filosófica que a tese que se propõe em defesa não foi produzida apenas no espaço-tempo de 2015-2019, pois transcende, para além do quadro de referenciais epistemológicos científicos acadêmicos, ela é também fruto das influências da família, da igreja, da escola, do ambiente.

A tese em questão meandra naquilo que os precursores das ciências humanas sociais denominam como fato social, pois é produto da sociedade, porém, também é ferramenta de reflexão e se enquadra na ação social dos indivíduos, pois também busca conhecer e analisar os nexos das ações dos indivíduos em sociedade.

Nesse sentido, carrega em seu bojo de forma latente a preocupação com a análise das classes sociais no que concerne a periferização física e social de Estados-Nação. Não obstante, aos fatos e ações, as macro e micro escalas de poder sejam políticas, sejam econômicas, sejam epistemológicas. Suscita-se a análise a partir de uma epistemologia do sul, este na perspectiva de Boaventura, que não é somente o sul geográfico, mas o sul epistemológico que contrapõe as ideias e discursos propalados pelo norte dominante. Na dimensão específica, o sul que nos referimos é o norte do Brasil, é o oeste continental, é a Amazônia, são as cidades na Amazônia.

As cidades amazônicas que aqui abordamos, apesar de distribuídas de modo irregular às margens do rio Solimões, apresentam formas e sequências que se repetem. Todavia, não se pode analisar cada cidade em particular sem levar em conta os aspectos complexos que as formam, pois estes aspectos variam continuamente no espaço e no tempo, decorrendo nesse sentido que cada cidade é diferente da outra, mas da mesma maneira também é verdade que cada uma é semelhante a outra, mesmo que não imediatamente contígua ou sucessiva. Enfim, essas cidades apresentam formas e funções que se repetem apesar de distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo.

A tese, estruturada em três capítulos e subdividida em três subtópicos, respectivamente, se utilizou no primeiro capítulo de dados quantitativos que identificam a presença dos imigrantes peruanos nas cidades amazônicas do Alto Solimões.

Desse modo, verifica-se que mesmo nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, nas quais os maiores estabelecimentos comerciais (supermercados, lojas de eletrodomésticos) sejam de proprietários brasileiros, o quantitativo numérico total é de estabelecimentos de predominância de proprietários peruanos.

Identificou-se também que estes estabelecimentos se concentram geograficamente nas áreas próximas ao rio Solimões e constituem o centro de comércio das cidades na fronteira. Para tal, descrevemos as características e as formas de atuação dos comerciantes peruanos, os quais enquadrados na tipologia de comerciantes formais, informais, subinformais e itinerantes. Esta caracterização, principalmente a dos itinerantes, abriu um leque de questionamentos, pois estes se fazem presente nas cidades, porém com múltiplas características espaciais e temporais, ou seja, nas cidades que estão localizadas nas proximidades do limite territorial apresentam dinâmica comercial diferenciada das demais cidades.

Nesse contexto, no segundo capítulo se utilizou da perspectiva histórica para entender essas diferentes formas de ocupação e atuação dos comerciantes peruanos nas cidades na fronteira e porque eles são predominantes nessa área.

Nesse resgate da fronteira histórica, percebeu-se que a sociedade que se constrói naquela região compartilha de passado comum, o esvaziamento e reocupação do espaço com marcos territoriais em contexto colonial, consolidação de limites territoriais por Estados-Nação, mas com especificidades de tipos humanos que se deslocam por ambos territórios dependendo da necessidade econômica e de sobrevivência.

Por seu turno, verificou-se a partir de relatos de viajantes, cronistas e documentos oficiais que na gênese da formação dos respectivos Estados-Nação, Brasil e Peru, havia incertezas quanto aos verdadeiros limites territoriais de ambas as nações. Nesse contexto, em determinado momento temporal de cristalização espacial dos limites territoriais, eram os comerciantes luso-brasileiros que adentravam e ocupavam o território em questão peruano. Esta situação exigiu do governo peruano pensar novas práticas de ocupação da Amazônia peruana oriental, dentre elas o acordo com o império brasileiro pela partilha da navegação do rio Amazonas, o que permitiu o comércio mais fluido entre as nações.

Com efeito, do lado brasileiro as fortificações, criação de vilas e posteriormente cidades foram as atitudes imediatas de consolidação espacial do limite territorial. Todavia, o

período de exploração mundial da borracha, final do século XVIII e início do século XIX, provocou mudanças drásticas no mundo econômico, dinamizando o florescimento de determinadas cidades na fronteira brasileira e redirecionando o fluxo dos movimentos humanos regionais. É nesse momento que há o primeiro movimento em massa de peruanos em direção às cidades brasileiras.

A herança deixada pelo período áureo da borracha e os problemas advindos da política econômica e social peruana, paulatinamente, impulsionam a migração de peruanos em direção à capital Manaus e cidades localizadas nas proximidades do limite territorial brasileiro. Ressalte-se que esta migração não ocorre de forma linear, mas com nuances no tempo e no espaço, pois a partir da análise de registros e de entrevistas identificou-se que os primeiros imigrantes se direcionam primeiramente para Benjamin Constant, Tabatinga e São Paulo de Olivença, a primeira afetada diretamente pelo período da borracha, a segunda por se constituir como marco territorial histórico nos documentos oficiais e a terceira no que concerne destaque no período colonial.

No terceiro capítulo, numa perspectiva pautada na análise do cotidiano percorremos com foco no comércio realizado pelos imigrantes peruanos os sabores e dissabores da vida na fronteira. Partiu-se assim da vida cotidiana para reflexões em torno das questões mundiais. A fronteira Brasil e Peru apresentam especialmente para o migrante que desenvolve atividade e para aqueles moradores que acessam esse serviço, dinâmicas diferenciadas do que tem sido discutido na atualidade sobre fronteiras e imigrantes. Todavia, este tem sido tema que se impõe nos debates que envolvem as agendas mundiais, sejam nos noticiários de tv, jornais e revistas, impressos ou eletrônicos, mídias sociais, a temática fronteira faz parte da dinâmica atual.

Atualmente, os discursos do ódio e da intolerância são práticas globais, a ilusão do mundo fluido e uno se esvai na demagógica política xenofóbica empregada com relação aos imigrantes. Da América à Europa recorre-se aos limites territoriais, que se configuram na forma de muros físico e jurídicos para impedir a difusão das grandes migrações. De forma geral, os discursos se embasam na perspectiva de que os imigrantes são problemáticos, irritantes, indesejáveis, inadmissíveis, condutores da pobreza, miséria, criminalidade, doenças, distúrbios sociais, ou seja, o imigrante nessa perspectiva é o outro, o intruso que bate à porta (BAUMAN, 2017).

Nesse sentido, estudar a partir da ótica do cotidiano as cidades localizadas nessa faixa de fronteira nos permite identificar formas de adaptação, trocas e concessões salutares para a vida em sociedade. A fronteira é vista assim como o *locus* de conectividade de múltiplos

espaços geográficos que se materializam nas cidades, o mundo e suas contradições se materializam nos espaços de fronteira, são nessas cidades que podemos encontrar o pior e o melhor da sociedade humana. O limite territorial separa nações, sociedades, grupos, indivíduos, é a negação do outro e afirmação da auto-identidade, porém, seja pela necessidade de comércio ou alteridade entre seres humanos, os espaços de proximidade, as fronteiras, são lugares de reencontro com a capacidade de refletir filosoficamente sobre a condição de ser humano.

Retoma-se aqui o pensamento de Michel Foucher (2009) que sustenta que o mundo para ser habitável precisa de fronteiras. Nesse sentido, as fronteiras são indispensáveis marcadores de identidade, autoconsciência e diversidade. Por sua vez, Bauman (2017) sugere que as fronteiras são as pontes entre os limites territoriais, verdadeiros espaços de diálogo, diálogos saudáveis ou irritantes, porém inevitáveis. Para Agier (2015), são desses lugares-fronteira, em que se desenvolve o cosmopolitismo banal, que pode surgir num futuro próximo o homem-fronteira, capaz de emergir e levar a sociedade para uma nova compreensão de humanidade.

Enfim, na fronteira específica do Alto Solimões, o comércio desenvolvido pelos imigrantes peruanos é indispensável e vital para a dinâmica urbana das cidades. Seja em maior ou menor coeficiente numérico, fixo ou itinerante. O comércio peruano está presente em todas as cidades dessa Amazônia profunda. Os contatos oriundos desse comércio fronteiriço se imbricam no dinamismo multidimensional e multicultural que se materializam no idioma, na religião, na música, na culinária, na vida cotidiana das cidades amazônicas na fronteira.

Termina-se aqui, mas não se chega ao fim, e assim se vai pelo rio o barquinho em busca de um novo porto e de novos negócios. São barcos pequenos outros grandes, pequenos comerciantes outros nem tanto, é a vida que segue na fronteira, tendo o rio não como limite, mas como meio de tudo, inclusive de vida. A própria fronteira é apenas o limite formal, a vida na fronteira parece não ter limites. No cotidiano, a fronteira não é limite, é área de contato de viventes que apesar dos limites teimam em continuar a existir. É vida que segue...

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Migrações, descentramentos e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras*. Tradução Bruno César Cavalcante. Maceió/São Paulo: Edufal: Unesp, 2015.

ARAGÓN, Luis E. (Organizador). *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARAGÓN, Luis Eduardo. (Organizador). *Migração interna na Pan-Amazônia*. Belém: Naea, 2013.

ARAGÓN, Luis E. ; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. Disponível em

<file:///C:/Users/alexg/Documents/livros%20e%20artigos%202019/comercio/AVIAMENTO,%20MODERNIDADE%20E.html> Acesso em 23/01/2019.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Volumes 1 e 2. Tradução de Eduardo de Lima de Castro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro Ministério da Educação e Cultura, 1961.

BARROS, Pedro Silva; HITNER, Verena. A economia política do Peru. Rio de Janeiro: *OIKOS*, volume 9, n. 2, 143-164, 2010. Disponível em [www.revistaoikos.org](http://www.revistaoikos.org). Acesso em 24/08/2018.

BATES, Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth*. São Paulo: Unesp, 2011.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do rio Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL, 1975.

BASTOS, Élide Rugai.; PINTO, Renan Freitas (org.). *Vozes da Amazônia III*. Manaus: Edua, 2016.

BASTOS, Carlos Augusto; LOPES, Siméia de Nazaré. Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: Capitanía de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820. Procesos, No. 41 (ene - jun. 2015) . *Revista Equatoriana de História*, 2015. Disponível em <http://revistaprocessos.ec/ojs/index.php/ojs/article/view/546>.

BASTOS, Carlos Augusto. Nas Rotas do Grão-Pará e Loreto: Comércio e fugas nas “Amazônias” peruana e brasileira (c.1840-c.1870). Vitória: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento*. 2. ed. Manaus: editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

- BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BELIK, Walter. *Políticas de combate à fome no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENTO, Fábio Régio. *Fronteiras em movimento*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BECKER, Bertha K. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Tradução Silvia Mazza. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BIJLMER, J.. The Informal Sector as a Lucky Dip: Concepts and Research among Ambulatory Street Workers in Surabaya, Indonesia, P. van Helder y J. Bijlmer (comps.), About Fringes, Margins and Lucky Dips. *The Informal Sector in Third World Countries: Recent Developments in Research and Policies*. Amsterdam, Free University Press, 1989.
- BLANCHETTE, Thaddeus G. Is it a real marriage?: Imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein; colaboração de Joscilene Souza. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880 – 1932*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazonico de Investigaciones (IMANI), 2008.
- BUTEL, Alex. A dinâmica do transporte pan-amzônico: as redes urbanas estabelecidas na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. In: SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. Manaus: Edua, 2016.
- BUTEL, Alex. Caderno de campo: a Copa do Mundo na fronteira. In: SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. Manaus: Edua, 2016.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 9. ed.. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARVALHO, José Alberto Lima de. Terras caídas e implicações sociais na área rural de Itacoatiara. In OLIVEIRA, José Aldemir de. *Dinâmicas Urbanas na Amazônia brasileira: espacialidades, ambiente e saúde*. Manaus: Edua, 2016.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASEMENT, Roger. *Diário da Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARMES, John. Critical Review of Concepts: Definitions and Studies in the Informal Sector. BERNARD; SCHWARZ (Editores). *The Informal Sector Revisited*. Paris: OECD, 1990.

CHAUMEIL, Jean-Pierre. Par delà trois frontières, l'espace central du Trapèze amazonien (Pérou, Colombie, Brésil). *Autrepart* (14), 2000 : 53- 70. Disponível em [http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/autrepart.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/autrepart.pdf). Acesso em 12/10/2018.

CHAUMEIL J.-P. Retour à la Terre Promise. Colonisation des frontières et mouvement israelita dans la forêt péruvienne, *Cahiers des Amériques latines*, 1997, 23: 158-176. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2394561>. Acesso em 12/10/2018.

CONTRERAS CARRANZA, Carlos. *Historia del Perú contemporáneo*. Desde las luchas por la independencia hasta el presente. 5.a. Ed. / Carlos Contreras Carranza y Marcos Cueto. Lima, IEP; PUCP; Universidad del Pacífico. CIUP, 2013. (Estudios Históricos, 27).

CORNEJO-POLAR, Antonio. Una heterogeneidade no dialectica: sujeto y discurso migrantes em el Peru Moderno. *Revista Iberoamericana*. Vol. LXII, n.176-177, julio-diciembre, 1996. Disponível em [www.academia.edu/6997849](http://www.academia.edu/6997849). Acesso 20/08/2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Renilda Aparecida. *Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

COULANGES, Numa Denis Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Tradução de Edson Bini. São Paulo/Bauru: Edipro, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Amazônia – um paraíso perdido*. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas/Edua, 2003.

DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007.

DILLA ALFONSO, Haroldo. *La vuelta de todo eso: economía y sociedad en la frontera chileno/peruana: el complejo urbano transfronterizo Tacna/Arica*. Santiago: Universidad Arturo Prat, 2018.

DINIZ, Alexandre; MATOS, Terezinha de Jesus. O Comércio informal de Boa Vista. *Revista Textos e Debates*. n° 5. Boa Vista, 1998. Disponível em <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1019>.

DINIZ, Alexandre. Tendências Migratórias Atuais. *Revista Textos e Debates*. n° 4. Boa Vista, 1997. Disponível em <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/1019>.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEI, J. ; RANIS G.. *Development of the Labor Surplus Economy: Theory and Policy II*. The Economic Growth Center, Yale University, 1964. Disponível em *American Journal of Agricultural Economics*, Volume 47, Issue 2, 1 May 1965, Pages 480–482, <https://doi.org/10.2307/1236604>. Acesso em 08/06/2018.

FILHO, Vitor Ribeiro. A dinâmica da área central de Manaus. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

FREIRE, Sérgio. *Amazonês - expressões e termos usados no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2011.

FOUCHER, Michel. *Obsessão por fronteiras*. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GALVÃO, Pedro (org.). *Filosofia: uma introdução por disciplinas*. 70 ed. Lisboa: Pentaedro, 2012.

GEORGE, Pierre. *Geografia da população*. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. 4. ed. São Paulo: Difel, 1975.

GEORGE, Pierre. *Os métodos da Geografia*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. In: SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estudos regionais: estrutura, agentes e processos*. Cascavel: Edunioeste, 2012.

GOES, Filho; SAMPAIAO, Synesio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: Funag, 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. *Brasil e Peru no século XIX: uma história pouco amistosa* Revista Faz Ciência, v.11, n.13, 55-78, jan./jun, 2009. Disponível em [e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/7607/5599](http://revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/download/7607/5599)

GRANERO, Fernando Santos; BARCLAY, Frederica. *La frontera domesticada*. História económica y social de Loreto, 1850-2000. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, 2002.

- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. Trad. Thomaz Newlands Neto. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/159873>. Acesso em 08/06/2018.
- HARRIS, J. ; TODARO Michael. Migration, Unemployment and Development: A two-sector analysis. *American Economic Review*, March, 1970. p.126-142.
- HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Bom Tempo, 2011.
- JOBIM, Anísio. *Panoramas Amazônicos*. V – São Paulo de Olivença. Imprensa Pública, 1940.
- JOBIM, Anísio. *Panoramas Amazônicos*. VI – Benjamin Constant. Departamento de Imprensa e Propaganda de Manaus, 1943.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas, 1735-1745*. Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA; São Paulo: Edusp, 1992.
- LAGUERRE, Michael. *The informal City*. London: MacMillan Press, 1994.
- LASATER-WILLE, Amy. Apresentação do *Chef* na vida cotidiana: socialização dos *Chefs* em Lima, Peru. São Paulo: *RAE-Revista de Administração de Empresas*. v. 58. n. 3. maio-jun 2018. 233-243. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180304>. Acesso em 02/01/2019.
- LEDA, Luisa Corrêa. Sistema tradicional de varejo de alimentos e sua importância para a segurança alimentar e nutricional: o caso do Distrito Federal. *Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB de Planaltina*. Brasília, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: ed. Península, 1973.
- LEWIS, W. Economic Development with Unlimited Supplies of Labor, in Agarwala, Agarwala, A.N.; Singh, S.P. (org.) *The Economics of Underdevelopment*. London, Oxford Press, 1954. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25602824>. Acesso em 08/06/2018.
- LUBELL, Harold. The Informal Sector in the 1980s and 1990s. Paris: *Development Center of the Organization for Economic Cooperation and Development*, 1991. Disponível em: <https://catalog.princeton.edu/catalog/SCSB-8518178>. Acesso em 08/06/2018.
- LUCENA, Carlos Heleno Bezerra. *O polir da pérola*. Brasil: Grafiarte, 2016.

LUZEIRO, Maria das Graças. *Dossiê sobre o perfil do Centro Universitário de Benjamin Constant*. Benjamin Constant, 1993. (Impresso).

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. Histórias intercruzadas: projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889). *Tese de doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia*. Manaus, 2015.

MACHADO, Bruno Caldas; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A configuração de uma rede de localidades centrais no espaço transnacional da tríplice fronteira. In: SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. Manaus: EDUA, 2016.

MACHADO, Bruno Caldas. A presença dos agricultores israelitas do novo pacto universal na região peruana de Loreto. *Revista Geonorte*, edição Especial 3, V.7, N.1, p. 965-979, 2013.

MACHADO, Lia O. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Barcelona: Tese de Doutorado pela Universidade de Barcelona, 1989.

MACHADO, L. O. ; HAESBAERT, R. ; RIBEIRO, L. P. ; STEIMAN, R. ; PEITER, P. C.; NOVAES, A.R., “O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Uma Proposta Conceitual e Metodológica,” *Unbral Fronteiras*, accessed July 30, 2019, <http://unbral.novem.ufgs.br/base/items/show/2890>. Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Trad. Antonio Porro. 2 ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

MARTINEZ, Mario Valero. *Las fronteras como espacios de integración*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.

MARTINS, Edilson. *Amazônia a última fronteira: reportagem*. Rio de Janeiro: Codercr, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, José de Souza. *Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução Felipe José Lindoso. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATTOS, João Wilkens de. *Diccionario topographico do departamento de Loreto na Republica do Perú*. Pará: Comercio do Pará, 1874. Disponível em

<https://play.google.com/books/reader?id=-KNdFn1n2n4C&hl=pt&pg=GBS.PA98>. Acesso em 12/02/2019.

MAZUMDAR, D.. *The Theory of Urban Underdevelopment in Less Developed Countries*. World Bank Staff Working Paper, 1975 # 198. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/277171468767375816/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em 08/06/2018.

MELO, Octaviano Augusto Soriano de. *Topônimos Amazonenses*. Manaus: Governo do estado Amazonas, 1940.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Pequenas cidades em faixa de fronteira na Amazônia: o caso de Tabatinga e Benjamin Constant. In: Oliveira, José Aldemir de (Organizador). *Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Cidades e mobilidades de controle do espaço e do território na Amazônia Ocidental Brasileira. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MESQUITA, Otoni Moreira. Solimões: imagem e memória de uma viagem. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo. *Revista Paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n. 111, 09-18, jul./dez. 2006.

MONTOYA, Rodrigo. *Al borde del naufragio: democracia, violencia, y problema étnico em el Perú*. Madrid: Talasa Ediciones S. L., 1992.

MOTA, Jorge Aponte. Comércio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga. In: BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazonico de Investigaciones (IMANI), 2012.

MUNFORD, Lewis. *A Cidade na história: suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1965.

NADDIL, Beatriz Walid de Magalhães; BELUCI, Vítor Prevedel. Fronteira México-Estados Unidos: um panorama geral. *Revista InterAção*, v. 7, n. 7, 94-126, jul/dez 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/download/94-126/pdf>. Acesso em 24/08/2018.

NASCIMENTO, Alberto Francisco. *Tonantins – sua história e sua gente*. Manaus: gráfica e Editora Silva Ltda, 2006.

NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Aldemir Pacelli (Orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazônia Continental: geopolítica e formação das fronteiras*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado da Cultura; CCPA, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. As redes geográficas na fronteira da Amazônia. *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008.

NORONHA, Marconde C. de. *O espaço geográfico do Amazonas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

OLIVAR, José Miguel Nieto; CUNHA, Flávia Melo da; ROSA, Patrícia Carvalho. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. *Revista TOMO*, n. 26, jan/jun, 2015. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/4405>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. *A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia*. Estud. av. vol.20 no.57. São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S010340142006000200014>.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. A decadência do aviamento num povoado da Amazônia. *Trabalho apresentado ao III Encontro do Grupo “Agricultura na Amazônia”*. Projeto de Intercambio de Pesquisa Social em Agricultura, F. G. Vargas, em Rio Branco (Acre) — setembro de 1979.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PATARRA, Neide. Migrações. In: SANTOS, Jair L.; LEVY, Maria Stella Ferreira; Szmrecsanyi, Tamás. *Dinâmica da população: teorias, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

PINTO, Moisés Augusto Tavares. *O mercado de caça e pescado na tríplice fronteira Brasil-Colômbia*. Manaus: Edua, 2017.

PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de ciudad del este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

RAIMONDI, Raimondi. *Apuntes sobre la provincia litoral de Loreto*: Publicada á expensas del gobierno. Nova York: Tipografia nacional, 1862. Disponível em <https://play.google.com/store/books/details?id=6kwTAAAYAAJ>

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. A Amazônia na geopolítica brasileira e internacional. In: OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Humberto (orgs). *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.

ROJAS, Rodrigues Montoya. El Peru despues de 15 anos de violencia (1980-1995). *Revista Estudos Avancados* v.11, n.29, 287-308, 1997. Disponível [www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RÚA, Teófilo Altamirano. *Migraciones, remesas y desarrollo en tiempos de crisis*. Lima: Pucp.Cisepa, 2009.

SAÉNZ, David Adan Teixeira. Os israelitas: religião cultura e migração em espaços amazônicos. O caso da AEMINPU em Benjamin Constant – Amazonas. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2014.

SALAH, Roberto Abusada; VARGAS, Cinthya Pastor. Migração no Peru. *Cadernos Adenauer* X, n.1, 69-94, 2009. Disponível em [www.kas.de/wf/doc/9235-1442-5-30](http://www.kas.de/wf/doc/9235-1442-5-30). Acesso 20/08/2019.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Do comércio à distribuição: Roteiro de uma mudança*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carlos; PACHECO, Susana Mara Miranda (orgs). *Cidade e comércio: A rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Alessandra Rufino. *Trajetórias migratórias e identidades relevadas: a presença de peruanos em Boa Vista-RR, Boa Vista*, 2011. Monografia Universidade Federal de Roraima curso em Ciências Sociais.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SENADO FEDERAL. *O tratado de limites Brasil-Peru*. Brasília: Conselho Editorial, 2009.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, Marilene Corrêa. *O paiz do Amazonas*. Manaus: Valer, 2012.

SILVA, J. C. J.; VEDOVATO, L. R.; MENEZES, D. N.; FERNANDES, D.; SILVA, Sidney; PERES, R.; ANUNCIAÇÃO C.; DOMENICONI J. (Organizadores). *Migrações*

*fronteiriças*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na fronteira* (a expansão de Sant’ Ana do Livramento). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant’ Ana do Livramento, 1993.

SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs). *Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SCHOR, Tatiana (organização). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. V.3. Manaus: Edua, 2016.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. Manaus: Edua, 2016.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). *Migrações na pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: FAPEAM, 2012.

SILVA, Sidney A.; ASSIS, GLAUCIA O. Assis (organização). *Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus: Edua, 2016.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org). *Estudos regionais: estruturas e processos*. Cascavel: Edunioeste, 2012.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *A vida nas cidades*. 5. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

TAVARES-PINTO, Moisés Augusto. O mercado ilícito e a formação da tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia e Peru. In: SCHOR, Tatiana (org.). *Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia*. Manaus: Edua, 2016.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. São Paulo: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 29 - Especial, 107 - 121, 2011. Disponível em [revistasusp.br/geousp](http://revistasusp.br/geousp). Acesso 15/08/2018.

TELTSCHER, Susanne. *Informal Trading in Quito, Ecuador: Economic Integration, Internal Diversity and Life Changes*. Fort Lauderdale: Verlag Breitenbach Publishers, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2307/143653>. Acesso em 08/06/2018.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. Unesp, 2006.

TORRES, Rudson do Nascimento. *A imigração peruana: dinâmicas migratórias recentes em Benjamin Constant/AM*. Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia. Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant, 2011.

TOSTI, Mário. *A igreja sobre o rio: A missão dos capuchinhos da úmbria no Amazonas*. Manaus: Gráfica Moderna, 2012.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: *Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira*. Paper do NAEA 321, p.1-22, dezembro de 2013.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem dos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. Belo Horizonte: Itatiaia; São paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

YU, Sandra. *Supporting the Informal Sector, Cases of NGO Assistance Programs*. Simbahan: Pagsusuri Ukol Sa Lipunan, 1994.

ZUCCONI, Guido. *A cidade do século XIX*. Tradução e notas Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

## Apêndice

## ROTEIRO DE ENTREVISTA – CIDADES AMAZÔNICAS NA FRONTEIRA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. N. QUESTIONÁRIO: \_\_\_\_\_  
(DIA/HORA/MINUTO/INICIAIS)

1.1.2. LOCALIZAÇÃO:

3. NOME ESTABELECIMENTO: \_\_\_\_\_

4. TEM CNPJ? ( ) NÃO ( ) SIM N: \_\_\_\_\_

5. NOME FANTASIA: \_\_\_\_\_

1.1.3 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

1.1.4 PONTO GPS: \_\_\_\_\_ ( ) FOTO FAIXADA

1.2 NOME DO PROPRIETÁRIO: \_\_\_\_\_

1.2.1 LOCAL DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

1.2.2 O CÔNJUGE É PERUANO (A): ( ) SIM ( ) NÃO, ORIGEM: \_\_\_\_\_

1.2.3 NÚMERO DE FILHOS: \_\_\_\_\_

( ) PERUANOS ( ) BRASILEIROS DE BC ( ) BRASILEIROS \_\_\_\_\_

1.3 TIPO DE ESTABELECIMENTO:

( ) ROUPAS ( ) PEÇAS MOTOCICLETAS ( ) HOTEL/POUSADA ( ) ESTIVAS

( ) SUPERMERCADO ( ) PRODUTOS ELETRÔNICOS IMPORTADOS ( ) PRODUTOS AGRÍCOLAS ( ) OUTROS \_\_\_\_\_

1.4 TEMPO DE ATUAÇÃO NO RAMO:

( ) 0-5 ANOS ( ) 6-10 ANOS ( ) 11-15 ANOS ( ) MAIS DE 16 ANOS

1.5 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS MEMBROS DA FAMÍLIA: \_\_\_\_\_

1.6 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS:

1.6.1. NO PERÍODO NORMAL: \_\_\_\_\_

1.6.2. NO PERÍODO DO NATAL: \_\_\_\_\_ ( ) BRASILEIRO ( ) PERU

1.6.3 QUANTOS DESTES FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS SÃO PERUANOS? ( )

1.6.4 OUTRAS ORIGENS \_\_\_\_\_

### 2. TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E COMERCIAL

2.1 POR ONDE PASSOU COMO COMERCIANTE ANTES DE SE INSTALAR NESSA CIDADE?

LOCAL (CIDADE/PAÍS)	RAMO DE ATIVIDADE	TEMPO
---------------------	-------------------	-------

2.2. TRAJETÓRIA COMERCIAL

LOCAL NA CIDADE	RAMO DE ATIVIDADE	TEMPO
-----------------	-------------------	-------

2.2.1. IMÓVEL PRÓPRIO? ( ) SIM ( ) NÃO

( ) ALUGADO DE BRASILEIRO ( ) ALUGADO DE PERUANO ( ) FAMÍLIA

( ) OUTRO: \_\_\_\_\_

MOTIVO DA LOCALIZAÇÃO DA LOJA ATUAL:

**3. REDES DE COMÉRCIO****3.1 QUAIS OS PRINCIPAIS PRODUTOS DE VENDA NO ESTABELECIMENTO?**

PRODUTO	ORIGEM (CIDADE/PAÍS)	FORMA DE OBTENÇÃO	FORMA DE TRANSPORTE
---------	-------------------------	-------------------	------------------------

**4. FILIAIS**

1. TEM LOJAS EM OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS? ( ) NÃO ( ) SIM
2. TEM LOJAS NO PERU? ( ) NÃO ( ) SIM \_\_\_\_\_
3. OUTROS LUGARES \_\_\_\_\_
4. TEM PARENTES COM LOJAS NO BRASIL? ( ) NÃO ( ) SIM \_\_\_\_\_
5. TEM PARENTES COM LOJAS NO PERU? ( ) NÃO ( ) SIM \_\_\_\_\_
6. TEM PARENTES COM LOJA EM BC? ( ) NÃO ( ) SIM:

PARENTESCO

LOCAL

RAMO

**5. MOTIVOS PARA SE ESTABELECEM COMERCIALMENTE NA CIDADE:**

- ( ) PARENTES ( ) CASAMENTO ( ) REDE DE AMIZADES ( )  
 OPORTUNIDADE DE EMPREGO ( ) OPORTUNIDADE DE ESTUDO ( )  
 FECHAMENTO DE SERRARIAS  
 ( ) OUTROS:

**6. SITUAÇÃO LEGAL / TEM VISTO?**

( ) NÃO, RAZÃO:

( ) SIM: ( ) TEMPORÁRIO ( ) PERMANENTE

TEMPO QUE ATUOU COMO COMERCIANTE NO BRASIL SEM VISTO: ( ) ANOS

RAZÃO DA DEMORA

TEVE PROBLEMAS DE ADAPTAÇÃO AQUI NA REGIÃO? ( ) NÃO ( ) SIM